

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas Conselho Nacional de Recursos Hídricos

46ª Reunião Ordinária do CNRH

Brasília/DF.

(Degravação ipsis verbis)

- 1 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então iniciamos, hoje,
- 2 dia 29 de junho a 46ª reunião ordinária do CNRH. Agradeço a todos os conselheiros e
- 3 conselheiras presentes e demais representantes da área que estão nos acompanhando na reunião
- de hoje. Nós teremos uma pauta, que eu espero, que consigamos vencer até às 18:00 de hoje.
- 5 Dou então início a essa reunião, 46ª reunião ordinária. Queria justificar a ausência do presidente
- do CNRH, ministro Daniel Ferreira, que está em agenda externa e não pode participar da nossa
- 7 reunião de hoje que será conduzida por mim, diretor de recursos hídricos e revitalização de
- 8 bacias. Roseli se você puder passar para a gente, passa algumas orientações para a reunião, por
- 9 favor.
- 10 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Eu
- vou verificar o quórum, a gente vai fazer um chamamento das instituições, então quem tiver
- 12 presente representando, por favor, se identifique.
- 13 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –
- 14 Ministério do Desenvolvimento Regional
- 15 SRA. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 16 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) Cristiane, presente.
- 17 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –
- 18 Ministério do Desenvolvimento Regional a segunda vaga.
- 19 SR. GILSON PIRES DA SILVA (CONSELHEIRO TITULAR MINISTÉRIO DO
- 20 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL** Gilson, presente.
- 21 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –
- 22 Ministério da justiça e segurança pública. Ministério da defesa.
- 23 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –
- 24 Ministério das relações exteriores
- 25 SR. VITOR PUECH BAHIA DINIZ (CONSELHEIRO TITULAR MINISTÉRIO DAS
- 26 **RELAÇÕES EXTERIORES**) Vitor, presente.
- 27 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 28 Ministério da economia
- 29 SR. RAUL MENEZES DOS SANTOS (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE MINISTÉRIO
- 30 **DA ECONOMIA**) Raul, presente.
- 31 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 32 Ministério da infraestrutura
- 33 SR. LUIS SÉRGIO SILVEIRA (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE MINITÉRIO DA
- 34 **INFRAESTRUTURA**) Luís Sérgio Silveira, presente.
- 35 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 36 Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento
- 37 SR. FREDERICO CINTRA (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE MINISTÉRIO DA
- 38 AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO) Frederico Cintra, presente boa
- 39 tarde.
- 40 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)
- 41 Mistério da cidadania
- 42 SRA. CARLA MARIA AZEVEDO C. CASTRO (CONSELHEIRA TITULAR -
- 43 **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**) Carla, presente.

- 44 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)
- 45 Ministério da Educação
- 46 SRA. MARIA LUCIANA DA SILVA NÓBREGA (CONSELHEIRA TITULAR -
- 47 **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**) É a Maria Luciana, presente.
- 48 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)
- 49 Ministério da Saúde
- 50 SRA. ADRIANA RODRIGUES CABRAL (CONSELHEIRO 1ª SUPLENTE -
- 51 **MINISTÉRIO DA SAÚDE**) Adriana, presente.
- 52 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)
- 53 Ministério de Minas e Energia primeira vaga
- 54 SR. DANIEL ALVES LIMA (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA) Daniel Lima,
- 55 presente.
- 56 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)
- 57 Ministério das Minas de Minas e Energia, segundo vaga. Ministério da Ciência, Tecnologia e
- 58 Inovações
- 59 SR. SAVIO TULIO OSLIERI RAEDER (CONSELHEIRO TITULAR MINISTÉRIO
- **DA CIÊNCIA, TÉCNOLOGIA E INOVAÇÃO) -** Savio Raeder, presente, boa tarde a todos.
- 61 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)
- 62 Ministério do Meio Ambiente. Ministério do meio ambiente pelo Ibama. Ministério do turismo.
- 63 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
- 64 SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (CONSELHEIRO TITULAR -
- 65 MINISTÉRIO DA MULHER, DA AMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS) Boa tarde,
- 66 Henrique Villa da Costa Ferreira, presente.
- 67 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Dos
- 68 conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos. Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso
- 69 SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (CONSELHEIRO TITULAR CONSELHO
- 70 **ESTADUAL MS, MT e GO**) Leonardo presente, Leonardo Sampaio Costa.
- 71 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 72 Distrito Federal, Espírito Santo
- 73 SR. JOÃO LÓSSIO (CONSELHEIRO TITULAR CONSELHO ESTADUAL DF, e ES)
- João Lóssio, Distrito Federal.
- 75 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -Santa
- 76 Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul
- 77 SR. LEONARDO FERREIRA (CONSELHEIRO TITULAR CONSELHO
- 78 **ESTADUAL SC, PR e RS)** boa tarde, Leonardo Ferreira, presente.
- 79 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) São
- 80 Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.
- 81 SRA. IARA BUENO GIACOMINI (CONSELHEIRO TITULAR CONSELHO
- 82 **ESTADUAL SP, MG e RJ)** Iara Giacomini, presente.
- 83 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 84 Rondônia, Amapá e Tocantins
- 85 SRA. CATIA ELIZA ZUFFO (CONSELHEIRA TITULAR CONSELHO ESTADUAL
- 86 **RO, AP e TO) -** Kátia Eliza Zuffo presente

- 87 SR. ALDO ARAÚJO DE AZEVEDO (CONSELHEIRO 2º SUPLENTE CONSELHO
- 88 **ESTADUAL RO, AP e TO) -** Aldo também presente, Tocantins.
- 89 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Pará,
- 90 Roraima, Amazonas. Maranhão, Ceará, Piauí
- 91 SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE -
- 92 **CONSELHO ESTADUAL MA, CE e PI) -** Ramon presente, Ceará.
- 93 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 94 Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba
- 95 SRA. FERNANDHA BATISTA LAFAYAETTE (CONSELHEIRA TITULAR -
- 96 **CONSELHO ESTADUAL PE, RN e PB)** Fernanda presente.
- 97 SR. PORFÍRIO CATÃO CARTAXO LOUREIRO (CONSELHEIRO 2º SUPLENTE -
- 98 CONSELHO ESTADUAL PE, RN e PB) Porfírio Loureiro, presente pela Paraíba
- 99 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 100 Alagoas, Bahia e Sergipe
- 101 SR. EDUARDO TOPÁZIO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE CONSELHO
- 102 **ESTADUAL DE AL, BA e SE**) Eduardo Topázio, presente pela Bahia.
- SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 104 Agora a parte dos usuários sociedade civil. Irrigantes. Prestadores de serviços públicos de
- 105 abastecimento de água, esgotamento sanitário
- 106 SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) –
- 107 Wanderley da Silva Paganini, titular presente.
- 108 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 109 Concessionárias, autorizadas de geração hidrelétrica
- 110 SRA. MÔNICA IRION (CONSELHEIRA 1ª SUPLENTE ABRAGE) Mônica Irion, da
- 111 Abrage presente,
- SRA. JÚLIA SAGAZ (ABIAPE) Julia Sagaz da Beape presente também.
- 113 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -Setor
- 114 hidroviário. Indústria
- SR. ALEXANDRE VILELLA (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FIESP) Boa tarde,
- 116 Alexandre Vilela, presente.
- 117 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 118 Pescadores e usuários de recursos hídricos e com finalidade de lazer, turismo
- 119 SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AMAT) -
- Wilson boa tarde presente.
- SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 122 Comitê de bacia hidrográfica Rios de domínio da União
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Waldemir
- 124 Azevedo, presente.
- SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 126 Organizações técnicas de ensino e pesquisa
- SR. JEFFERSON NASCIMENTO (CONSELHEIRO TITULAR UNESP) Jefferson
- Nascimento de Oliveira, representando a Unesp, representação titular presente.

- 129 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- 130 Organizações não governamentais.
- 131 SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (CONSELHEIRO TITULAR Consórcio PCJ).
- 132 Marco Antônio, presente
- SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- Temos 26 instituições presente Wilson. Temos quórum para a nossa reunião.
- 135 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Agradeço a
- participação de todos os setores representados aqui na reunião de hoje, e eu queria passar
- Roseli, pra algumas orientações, nós não temos... vamos ter algumas discussões ao longo da
- reunião de hoje, eu queria pedir para que sempre mantenha os microfones desligados, aqueles
- que não tiverem com a palavra ao pedir a palavra erguer mãozinha aí do chat, com exceção de
- eventualmente alguém que não tenha aparecido aí essa opção pode se pronunciar de forma
- verbal, para que a gente faça o registro aqui na reunião para a ordem de fala.
- Então, dando início antes de passar a leitura da ordem do dia, eu queria passar a palavra também
- para as boas-vindas do Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento, Victor Saback,
- para que a gente possa após então essa palavra de saudação dar início a nossa reunião.
- SR. VICTOR SABACK (ANA) Grande Wilson, como é que vai? Tudo bem, muito
- rapidamente, obrigado pela palavra. Eu quero dizer da satisfação que é participar dessa 46ª
- reunião do Conselho, além de cumprimentá-lo, você meu amigo, também quero cumprimentar
- também os senhores e senhoras conselheiros e conselheiras aqui presentes representando os
- diversos segmentos que compõem aqui esse conselho, os usuários, governo, sociedade civil e
- também aqui é o time da ANA. Vejo aqui o Humberto nosso superintendente apoio ao sistema
- 151 nacional de gerenciamento de recursos hídricos doutor Humberto, estão em seu nome
- Humberto, eu quero saudar também o time da nossa agência. Nessa abertura, Wilson, eu não
- poderia deixar de mencionar o trabalho que o conselho, esse colégio fez com a aprovação do
- Plano Nacional de Recursos Hídricos, fruto desse processo participativo sobre a sua condução.
- Então, parabéns pela aprovação e a recente publicação do Plano.
- Sobre a pauta de hoje a gente tem um item aqui na pauta de hoje, chamar a atenção para esse
- item número 5, a apresentação dos contratos de gestão, da nossa Agência Nacional de Águas e
- 158 Saneamento básico, com as agências de bacia. Então, é uma compilação da situação da
- execução, dos atuais contratos durante este ano de 2021. Então eu quero só desejar uma reunião
- produtiva e uma tarde excelente a todos. Obrigado, Wilson.
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Obrigado, Diretor
- Vitor, pelas palavras. E, realmente acho que é importante, realmente fazer a citação ao PNRH
- que foi aprovado na reunião passada, e a resolução foi publicada no diário oficial desta semana.
- 164 Então, Roseli você poderia projetar, por favor, a pauta com a ordem do dia, para seguirmos
- aqui com nossos procedimentos regimentais. Cumprimentar aqui a Diretora Fabiana, tô vendo
- aqui no MAPA que tá presente, tudo bem Fabiana?
- Muito bem, então nós temos como pauta do dia a aprovação das atas transcritas é e a respectiva
- síntese da 45ª reunião ordinária e da 48°, 49°, 50ª reunião extraordinária do conselho.
- 169 Então, como vocês sabem, isso é uma obrigação regimental, nós conseguimos concluir, então
- as transcrições integrais dessas reuniões foram submetidas para apreciação de todos com
- anterioridade a reunião, e é um dos itens de pauta. O terceiro item e uma proposta encaminhada
- pela Secretaria executiva do CNRH, e já debatida no âmbito da CTAL, acerca da deliberação
- sobre a proposta de resolução CNRH para estabelecer procedimentos para deliberação sobre
- 174 recursos de que trata o parágrafo único do artigo 38 da Lei 9.433, que é justamente o dispositivo
- que coloca, que cabe ao CNRH, avaliação de recursos sobre decisões de comitês de bacia, esse
- é um item de pauta número 3, o item 4. Apresentação sobre as atividades do CNRH em 2021

- e o planejamento para 2022 tem uma relação direta com o Plano Nacional de Recursos
- Hídricos. O item 5, conforme mencionado pelo diretor Victor, é a apresentação sobre os
- 179 contratos de gestão da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico com agências de
- bacia, que no caso com as entidades legatárias é dos comitês de bacia de domínio federal e a
- aplicação dos recursos da cobrança naqueles comitês que já tem instituído pelo uso, as
- cobranças pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. O item 6 é uma apresentação do
- panorama das contribuições recebidas ao projeto de Lei 4546, 17 dezembro 2021, aquele
- intitulado pelo governo federal e reconhecido como marco hídrico. O item 7 o informe sobre a
- necessidade de revisão do regimento interno do CNRH, no qual a Secretaria executiva gostaria
- de fazer algumas propostas ao plenário e, por fim, assuntos gerais, e encerramento da nossa
- reunião. É, eu queria, é, já é passar novamente para Roseli. Acho que não tivemos nenhum
- 188 pedido de requerimento de urgência, não é isso, Roseli?

189 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) – É,

- Wilson, não recebemos aqui nenhum pedido que pede urgência, e aí eu só informo que pelo
- MDR, a gente vai solicitar a retirada de pauta do item referente à proposta de resolução, que aí
- eu passo para você para fazer as devidas justificativas pelo MDR, e como coordenador da
- 193 câmara técnica, conforme regimento.
- 194 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim. Então, como
- 195 coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais, eu gostaria até de justificar o pedido da
- 196 retirada de pauta, e esclarecer a questão.
- 197 Acredito que todos os conselheiros devam ter avaliado, analisado a minuta de resolução, é uma
- 198 resolução é que foi decorrente de uma última análise que tivemos sobre um direito de recurso
- promovido pelo setor elétrico. É, sobre uma decisão do comitê do Parnaíba, do Paranaíba, em
- que tramitou de forma muito morosa, eu diria no CNRH, até por ausência de procedimentos, a
- gente constatou que, por ausência de procedimentos claros, acabou-se protelando muito a
- avaliação desse pedido e o plenário decidiu, então na época da análise da matéria, no passado,
- sob a necessidade de normatizar esse procedimento de análise de recursos.
- 204 É, foi feito uma primeira minuta pela secretaria executiva, pela nossa equipe do departamento
- e analisada na CTAL, na última reunião, que ocorreu no dia 20, não é isso Roseli, de junho.
- Não me lembro agora a data, mas foi, eu acredito que tenha sido em torno do dia 20, é 15, 15
- de junho.
- 208 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) 15
- de maio, foi em maio, por causa da reunião plenária que de 30 dias é 15 de maio.
- 210 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Verdade, o tempo está
- passando tão rápido que parece que foi ontem, 15 de maio. E, nessa reunião da CTAL, nós
- apreciamos essa minuta de resolução considerando aspectos de um parecer prévio que a nossa
- 213 consultoria jurídica do MDR fez, e nesse parecer prévio, pra aqueles que acompanharam a
- discussão dentro da CTAL, vários conselheiros também estão lá conosco na CTAL, puderam
- ver que a jurídica orientou que nós, é deveríamos seguir estritamente os prazos previstos na lei
- 216 9784, que é a lei de processo administrativo.
- 217 São prazos que na própria análise da CTAL, nós chegamos a discutir e são prazos inexequíveis.
- 218 Considerando até aspectos regimentais de como as matérias são tratadas dentro do CNRH,
- tramitando por câmaras técnicas, e eventualmente que a constituição de grupos de trabalhos,
- então, por exemplo, a lei 9784, coloca aqui a manifestação da entidade responsável pela análise
- do recurso que tem que se dar em 30 dias.
- 222 Então, é algo inviável para o CNRH, em 30 dias tramitar em câmaras técnicas e o plenário e
- 223 tomar uma decisão sobre o recurso. É, mas tendo em vista esse argumento interno e jurídico,
- fazendo esse paralelismo com a Lei 9.784, é na CTAL, nós deliberamos, então, por colocar
- prazos um pouco maiores, bastante é, eu diria, é justo, né! Considerando algumas questões de

- trâmites do CNRH, mas que descumprem na prática a lei 9784. É, então nós iniciamos umas 226
- discussões internas no MDR, para justificar e criar esse ambiente, dizendo olha o CNRH, 227
- precisa ser tratado de forma diferenciada. 228
- E o fato que finalmente, aqui nessa minha longa justificativa, que coloca o pedido de retirada 229
- 230 de pauta, e que nós não conseguimos ainda concluir essas tratativas com o setor jurídico. De
- forma que nós queremos realmente aprovar os prazos colocados pela CTAL, mas que nós 231
- precisamos é estar bem alinhados sobre aspecto jurídico para posteriormente essa resolução vir 232
- a ser aprovada, assinada pelo MDR, e publicada. Então eu é, se alguém tiver alguma dúvida, 233
- 234 alguma consideração que talvez não tenha ficado clara sobre essa minha justificativa para a
- retirada de pauta desse item. 235
- 236 Eu queria mais uma vez mencionar, é a retirada de pauta, obrigatoriamente, é, coloca que esse
- 237 item tem que vir para a próxima reunião. Então, a próxima reunião, seja extraordinária ou
- ordinária, obrigatoriamente esse item volta para a pauta, mas o que aqui no MDR, gostaria de 238
- pedir então, infelizmente, até com um certo constrangimento é que a gente então retire de pauta 239
- e possa é concluir essas tratativas internas para que na próxima reunião a do CNRH plenário, 240
- nós possamos aprovar essa resolução que é de suma importância para nosso colegiado. 241
- É Waldemir, pediu a palavra? É isso? Por favor! 242
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE CBH) Exato, é 243
- Wilson, boa tarde a todos vocês. Eu fiz uma análise, anterior a tudo, concordo até com o que 244
- você está dizendo e desde já, com base no que é, tem o que do que dispõem o artigo, inciso da 245
- 246 lei o parágrafo da 9433, eu acho que a gente deveria até fazer uma análise também, de propor
- anteriormente também ou conjuntamente, uma resolução para que fosse obedecida pelos 247
- 248 comitês de bacia e também pelos conselhos estaduais. Porque o prazo que estamos dando um
- 249 prazo de 30 dias, mas qual é o prazo que o comitê de bacia vai ter para deliberar sobre a
- resolução, o comité de bacia delibera do mesmo jeito que a gente faz hoje aqui. 250
- 251 O comitê de bacia delibera, é sobre determinada coisa, ele só vai ter realmente da aprovação
- 252 da ata na reunião subsequente. Ou então, os conselhos estaduais do mesmo jeito, a gente tá
- aprovando ata que da nossa reunião que será realizou em dia 23 de março. Então, teria que ver 253 254
- se teria um sincronismo, para sintonizar tudo. O comitê de bacia quando tomava uma
- deliberação sobre determinado assunto ele tem quantos dias, para independente da ata da 255
- reunião, geralmente só vai ser referendado a ata da outra... 256
- Tem comitê que se reúne de 6 em 6 meses, isso fica solto. Como é que a pessoa vai comprovar 257
- que aquele ato que ele está atacando foi negado no comitê ou foi negado no conselho estadual? 258
- 259 A gente tem que se preocupar quanto a isso, a minha preocupação exatamente para que a gente
- na próxima reunião não vá levar até essa mesma questão. Então gostaria de uma questão de 260
- ordem que levantasse e fosse analisado esse aspecto também, tá Ok? É só conta isso, e eu estou 261
- de acordo com a propositura. Um abraço, obrigado a todos. 262
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Muito bom, Waldemir. 263
- 264 Essa foi uma discussão, inclusive dentro da CTAL, para aqueles que puderam analisar essa
- 265 minuta que foi submetida o artigo primeiro, ele coloca algo do tipo eu não vou recordar agora
- a redação exata, mas coloca que o interessado em manifestar um recurso dentro do CNRH, ele 266
- 267 tem 30 dias, a contar da publicação do resultado daquela manifestação cujo recurso já foram é
- feito lá no comitê, porque em primeira instância o recurso tem que ser feito no comitê de bacia. 268
- 269 E, só após o comitê é se manifestar por aquela primeira manifestação e emitir a sua decisão é
- que o recorrente tem o direito, então de recorrer na segunda instância, que é o CNRH. Mas de 270
- 271 fato, Waldemir essa resolução, ela não disciplina o prazo para o comitê de bacia, o que ela está
- se propondo é definir os prazos para o próprio conselho, mas a princípio, ela realmente não 272
- define diretrizes ou prazos a serem seguidos lá pelos comitês. E aí, realmente é um prazo ainda 273

- muito pouco, vamos dizer, não tem nenhum tipo de garantia, sobre a rapidez da agilidade lá no
- 275 âmbito do comitê, com certeza.
- 276 É, não sei se mais alguém tem mais algum comentário? Mas de qualquer forma, Waldemir, eu
- 277 queria te pedir até um esclarecimento sobre a sua proposição. É, eu acho que talvez não sei, se
- é o caso de a gente incluir também no escopo alguma orientação aos comitês. Eu acho que se
- 279 nós pudéssemos seguir com essa resolução, vamos dizer interna uma resolução administrativa
- interna e depois, com mais tempo, amadurecer essa questão para uma discussão junto com os
- 281 comitês de bacia.
- 282 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE CBH) Ou seria isso
- estabelecido de se ter é resoluções independente, tanto para os comitês de bacia, assim como
- para os conselhos estaduais. Porque o parágrafo único, ele diz; das decisões dos comitês de
- bacias hidrográficas haverá recurso ao conselho nacional e aos conselhos estaduais de acordo
- com as suas competências. Tudo bem, mas porque o comitê pode até nem postergar aquela
- publicação, eu sou aqui, defende os comitês, eu sou representante do comitê, mas o comitê tem
- de ter um prazo para mudar. Não pode esperar aprovação da ata, o comitê se reúne de 6 em 6
- meses, de 3 em 3 meses, e pode postergar a direito de terceiros que a gente não pode coadunar
- a lidar com isso. Então, como a resolução estabelecendo o prazo também para os comitês,
- independente da aprovação da ata ou não. A aprovação do comitê teria um prazo para fazer a
- deliberação quanto aquela matéria, independente da aprovação da área ou na hora da negação
- de qualquer direito já ter a decisão solidificada para que a pessoa tivesse acesso àquelas visões
- para que aquela decisão for objeto, até mesmo de juntar junto ao processo de anexar o processo,
- 295 dizendo que tinha sido negado. Que fica solta, é só quanto a isso!
- 296 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ok. Não, tá claro.
- 297 Então, é mais uma vez, infelizmente, a gente ainda vai precisar de um prazo maior para esse
- 298 alinhamento interno, que está em vias de ser concluído, mas é muito importante que a gente
- 299 tenha segurança jurídica sobre essa resolução, de forma que ela não tenha nenhum tipo de falha,
- 300 é sobre algum outro aspecto de legislação maior. Mas o fato é que nós estamos justificando e
- deixando claro que o conselho precisa ter esse tratamento diferenciado porque infelizmente,
- realmente não dá para se cumprir os prazos legais dentro do CNRH.
- 303 Agora, para quem não lembra estamos colocando ainda assim, prazos bastante ousados.
- Desculpa, acho que eu caí, né? Mas, eu vinha dizendo que vamos precisar de um tempo maior
- para poder alinhar. Mesmo assim, o prazo que está se propondo na resolução é bastante ousado
- é de 30 a 60 dias, para análise dentro de uma câmara técnica, para então encaminhar para o
- plenário a para aprovação. Então, é um prazo bastante apertado, considerando aí o histórico de
- análise de algumas matérias no CNRH.
- 309 Então, se todos estão de acordo, infelizmente é tendo justificado, gostaria de então, pedir ao
- 310 plenário a autorização para retirada de pauta no item 3. Se todos estão de acordo, então na
- 311 próxima reunião nós, com certeza, vamos aprovar esse item. Espero, tô ansioso para resolver
- essa questão. Obrigado aí pela compreensão de todos.
- E aí Roseli? Vamos então, retomar parte do item 1, aprovação das nossas atas e transmissões.
- 314 Teve alguma contribuição Roseli, algum comentário que tenhamos recebido de forma
- 315 antecipada?
- 316 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Te,
- 317 pela Abrage, a conselheira Mônica Irion encaminhou uma solicitação, e somente um registro
- do nome que estava incompleto, é referente à 48ª reunião extraordinária. Então, a gente vai só
- fazer esse ajuste, somente essa contribuição que recebemos.
- 320 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Quer completar
- 321 Mônica, com alguma questão?

- 322 SRA. MÔNICA IRION (CONSELHEIRA 1ª SUPLENTE ABRAGE) É, boa tarde a
- 323 todos. Mônica Irion, da Abrage. Acho que não é necessário, era somente o nome do um colega
- da CEMIG, que acabou ficando incompleto o nome na transcrição já passei por e-mail para
- Roseli, acho que é algo bem fácil de ajustar.
- 326 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ótimo. E, tem mais
- alguma contribuição que algum conselheiro queria trazer aqui no plenário? Ok! Então, eu acho
- que fazendo esse ajuste solicitado pela conselheira Mônica, é gostaria de submeter então para
- apreciação e aprovação dessas pautas, atas, transcrições e sínteses da 45ª reunião ordinária, 48ª,
- 330 49° e 50° reunião extraordinária do conselho. Se nenhum, se ninguém tiver oposição, gostaria
- de declarar aprovado essas atas, Ok! Queria só aproveitar para dar um informe que o Ministério
- agora está com o contrato de transcrição e acho que agora vamos manter mais em dia, acho
- que não é isso Roseli, a próxima a gente... essa de hoje já vai ter condição de na próxima
- reunião, nós temos aprovação da ata e da transcrição. A transcrição, ela exige muito esforço,
- vocês devem imaginar, né? Mas, agora a gente tem uma contratação concluída e vamos
- conseguir agilizar essas transcrições. Seguindo, então aí item 2 Roseli, por favor!
- Deixa eu ler aqui o item, o item 2 de pauta foi justamente aprovação, é tem então, por aprovado
- as atas, o item 3, nós retiramos de pauta. E, agora seguindo, tem um item 4, novo item 3, né?
- A apresentação sobre as atividades do CNRH em 2021, e o planejamento para 2022 em
- atendimento a obrigação prevista no regimento interno. Então, a Secretaria executiva, pelo
- regimento tem que anualmente apresentar o relatório das atividades do exercício anterior e o
- 342 planejamento com o exercício corrente.
- Roseli fez uma breve apresentação, e passo a palavra para a Roseli. Então, por favor Roseli!
- 344 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) –
- Bom, boa tarde a todos. Novamente bem-vindos. Então, nosso objetivo aqui é fazer uma rápida
- retrospectiva, o que que foi em 2021, e também apresentar ao final o que tem planejado para
- 2022 e pra isso aí eu vou contar com a colaboração dos coordenadores das câmaras técnicas e
- relatores eventualmente quiserem aí fazer alguma complementação. Vocês tão vendo a minha
- 349 tela?
- 350 **Sr. Sem Identificação**. Preciso só que coloque em tela cheia, para mim não aparece cheia.
- 351 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Ah,
- 352 tá vou colocar.
- Então, em 2021 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, suas instâncias câmara técnica e
- ao plenário, realizaram 41 reuniões. Sendo que dessas reuniões 35 foram de câmaras técnicas,
- 6 reuniões plenárias, sendo 2 ordinárias e 4 reuniões extraordinárias. Foram deliberadas 6
- resoluções e 1 moção. Também no âmbito das câmaras técnicas foram criados, e geraram em
- torno de 12 grupos de trabalho que deram apoio, aí a todas as câmaras técnicas.
- Então, aqui a gente tem uma visão de quantas reuniões ocorreram por câmara técnica. Foi uma
- média de 5 reuniões por câmara técnica, sendo que a câmara técnica de segurança de barragem,
- é que se reúne mais que ela tem uma tradição de pelo menos uma vez ao mês que está se
- reunindo, né? E aqui vocês vão ter uma visão do que que foi..., quem propôs resoluções, quem
- onde estavam os grupos de trabalho, e a proposição de moção.
- Então, a CTSB em 2021, teve em operação aí 4 grupos de trabalho. É ela propôs desses grupos
- de trabalho, saiu aí uma proposta de resolução que foi aprovada este ano, que é a diretriz para
- a fiscalização de barragens. E que ainda tá em atuação aí o grupo de revisão dá 143, que ainda
- 366 permanece.
- E a CTPA, também teve 2 grupos de trabalho que a câmara técnica de planejamento e
- 368 articulação, essa câmara técnica o ano passado, ela atua muito fortemente aí no
- acompanhamento e no monitoramento do processo de elaboração do Plano Nacional De

370 Recursos Hídricos. A Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, também teve um grupo de trabalho, e também é aprovou 2 propostas de resoluções, referentes a agência de bacia e a 371 cobrança no CBH 2. A Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial 372 373 que é CTIGAT, também 3 grupos de trabalho, que foram atuantes em 2021. A Câmara Técnica de Assuntos Legais, que é aquela câmara técnica, então, que recepciona toda a matéria que 374 vem das outras câmaras técnicas. Então, ela deliberou sobre 4 propostas de resoluções e 1 375 376 moção. E a Câmara Técnica de Educação, Ciência e Tecnologia, teve um grupo de trabalho 377 que é um grupo Reúso, que ainda se mantém. E propôs aí 1 moção que foi aprovada para esse plenário. Então, aqui ao todo o conselho fez essas 6 resoluções, aprovou 6 resoluções e 1 378 379 moção.

A gente não pode deixar de destacar que em 2021, foi esse intenso trabalho aí junto a elaboração do PNRH. Então, todas as instâncias do conselho estiveram aí fortemente, participativo nesse processo. Isso aí, e nesse ano inclusive no Dia Mundial da Água, a gente aprovou a Resolução 232, que foi publicada recentemente, aprovando o Plano Nacional de Recursos Hídrico para esse período 2022 e 2040. Então, fruto desse processo por participativo e aprovado pelo conselho.

386 É, aqui brevemente os normativos aprovados. Então a resolução 224, que altera que alterou uma resolução 204, referente aí a prorrogação do prazo para que o comitê PCJ apresenta-se a 387 388 revisão dos mecanismos de valores de cobrança. A resolução 225, que foi uma resolução ad referendum, acho que vocês se lembram, referente aí uma solicitação dos técnicos agrícolas 389 para uma mudança no artigo dessa resolução que trata de outorga. A 226 simplesmente 390 391 referendou a 225. A 227 que é uma resolução que tratou dos valores de cobrança pelos recursos 392 hídricos da bacia hidrográfica do Rio Doce. A 228, que prorrogou a competência a delegação 393 de competência para a Peixe Vivo, desempenhar a função de agência do CBH São Francisco. 394 Por fim, a resolução 229, que prorrogou o mandato da diretoria provisória do comitê da bacia 395 hidrográfica do Rio Parnaíba, que vocês lembram que foi que tem essa prorrogação aí até 396 31/12/2022. E, por fim, a moção que recomendou aos conselhos estaduais de recursos hídricos 397 e Distrito Federal sobre a inserção sobre o debate de segurança hídrica. E, não menos importante, gente precisa falar também de algumas matérias que não levaram a resoluções ou 398 normativo, mas que ficaram registradas aí como encaminhamentos do conselho. Um deles é a 399 aprovação dos temas prioritários para compor a agenda estratégica do conselho nesse biênio 2 400 401 2021/2022. Quero destacar aqui a grande maioria destes temas prioritários foram incorporados 402 dentro do PNRH. Então, acho que esse instrumento aí, essa consulta que foi feito para elaborar a agência estratégia do conselho, ela já está fortemente incorporada dentro do PNRH. 403

Também, foi um aprovado o plano de ação para a melhoria dos processos de elaboração das deliberações do conselho, não sei se vocês lembram, teve uma demanda da CGU para que se melhorasse a nossa questão de informação, e divulgação. Então, a gente está nesse processo e ao final também vai ser apresentada como é que o novo layout para acessar as resoluções, moções, deliberações do conselho, via Power bi.

Também, tivemos aí a deliberação sobre o recurso apresentado pela Abrage e Abragel, em relação à decisão do comitê do Paranaíba, disso aí, motivou também muito essa resolução que vai ser deliberada na próxima reunião, referente aos pedidos de recursos, entrada de recursos junto ao conselho.

Por final, a aprovação do relatório do mapeamento de pontos de normatização da lei 12.334/2010, esse relatório foi elaborado pela CTSB, e o conselho aprovou o relatório, e recomendou que fosse incorporado ao PNRH, então ele aparece lá no PNRH, com anexo

416 normativo, em algumas das ações lá previstas.

Também um tema que é permanente dentro do conselho, que a apreciação do relatório de segurança de barragens, feito então essa apreciação do relatório de 2020, o conselho aprovou parecer elaborado pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens, e todo esse material foi

- 420 encaminhado ao Congresso Nacional e todas as casas legislativas também receberam, e
- 421 governadores. Então, todos estão cientes aí do relatório e do parecer.
- E aprovação do parecer da CTOC, também que é uma outra demanda do conselho é referente
- à análise da aplicação pela ANA, dos recursos da cobrança da CFURH, que é o recurso lá de
- 424 compensação pelo uso dos recursos hídricos.
- Então, esse também foi aprovado pelo conselho e como encaminhamento, teve a proposta de
- 426 revisão da resolução 70/2007, que vai ser incorporado em um grupo de trabalho.
- 427 Posteriormente, será falado aqui.
- 428 Também, o conselho definiu aí pela criação de grupos de trabalho, um deles é o grupo de
- escassez hídrica, é um grupo de trabalho conjunto que tem se desenvolvido bem, a gente está
- 430 fazendo várias reuniões, chamando comitês, estados, usuários, para apresentar essa questão,
- como é que eles veem isso. Então, foi informado esse grupo de trabalho conjunto, e também o
- conselho deliberou também para que a CTAL, discute-se a aplicação e avaliação do impacto
- regulatório nos normativos do CNRH. Isso está sendo discutido que a gente tem uma também,
- 434 uma consultoria aí envolvida nessa questão.
- Também é em relação ao PL 4546, foram feitas 2 inserções dentro do conselho ano passado e
- 436 especificamente uma reunião para tratar desse tema que foi a 51ª reunião extraordinária, e na
- reunião ordinária da última reunião ordinária foi definida e a aprovação de uma realização do
- seminário em 2022, para discutir o projeto de lei, isso aconteceu em 17 de fevereiro deste ano.
- E, por fim aí como eu já falei, que o conselho ano passado teve esse trabalho aí, quase todas as
- 440 reuniões do conselho, a pauta tinha como pauta aí o processo de elaboração do PNRH
- 2022/2040, para que ele pudesse acompanhar e sugerir melhorias para esse processo.
- 442 É, no âmbito da secretaria executiva, estamos com 2 contratos de consultoria, um contrato aí
- vocês já tiveram oportunidade de ouvir um pouco e foi a com o Rodrigo Flecha, que ele é um
- contrato bem amplo, e no outro contrato, aí que a gente é recente, mas que é a gente pediu para
- que é com o Daniel Ferreira, consultor é para que fizesse aí justamente isso que eu estou
- fazendo aqui agora, é uma sistematização das informações do conselho, para fazer um relatório
- sistematizado aí com gráficos e tudo mais, em relação ao período 2019 a 2021.
- Então, depois vocês receberam esse material. Em relação a consultoria do Rodrigo Flecha, eu
- 449 fiz questão de deixar destacada aqui alguns produtos dele, o produto 1 e produto 2, é eles
- resultaram que trata isso justamente que ele fez aquele levantamento de todas as deliberações
- do conselho, resoluções, moções, e envio quais que já estavam, que já tinham pedido a eficácia,
- e já tinha e precisavam ser revogadas? E aí, como resultado desses produtos, a gente conseguiu
- elaborar essa resolução, de forma mais rápida, e que declarou a revogação expressa de algumas
- normas do conselho, foi publicada essa resolução 231/2022, aprovada este ano pelo conselho.
- É também quero destacar esse produto 3 do Rodrigo, que ele trata justamente de levantamento
- de projetos em tramitação no Congresso Nacional, que modificam, proponha modificações na
- lei 9433, também de segurança de barragens e saneamento básico.
- 458 Acho que era importante depois fazer uma divulgação, esse trabalho que ele fez, ele não chegou
- a pegar, o PL 4546, porque ele foi entregue no final do ano, mas independente disso é bom
- saber que além do 4546, tem outros projetos de lei rodando lá no Congresso Nacional que se
- refere a Política Nacional de Recursos Hídricos.
- Destacar também aqui, por fim, é o produto 5, que é esse da avaliação do impacto regulatório,
- 463 é um produto que está em elaboração, contando essa proposta foi um produto que a gente pediu
- logo posterior a gente fez até um adendo aí ao contrato, para que ele pudesse nos auxiliar e
- numa forma fazer pesquisa em outros colegiados para ver como é que está sendo feito essa
- 466 questão da avaliação do impacto regulatório e normativos pra colegiado. Então, ele já fez um
- levantamento e agora a gente está como a gente consegue internalizar isso por meio de uma

- resolução, mas ainda está numa fase bem inicial essa discussão e, posteriormente vocês vão
- receber aí a CTAL, inicialmente que tem um grupo lá justamente para discutir isso, e talvez
- saia uma resolução, também sobre esse assunto.
- E, por fim aqui o produto 6 é, foi de estruturar um sistema de gestão de informação via Power
- bi e permitindo aí a disponibilização de consulta de manutenção das deliberações é do Conselho
- Nacional de Recursos Hídricos, aí eu vou pedir para o Anderson, se você puder abrir, aí.
- 474 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 475 Sim. Vou compartilhar minha tela.
- 476 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Tá
- 477 pode compartilhar, e você explica como é que ficou, então o novo layout para acessar as
- deliberações do conselho e também a opção de legislações, e a gente fica a disposição...
- 479 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Só comentar que todo
- o site do CNRH, que era hospedado no MMA, nós concluímos a migração dele para o site do
- 481 MDR. Então, hoje não é mais necessário consultar a resolução lá no site do MMA e a outra
- parte aqui no MDR, estão todas aqui dentro já, aí o Anderson, vai mostrar caso queiram fazer
- com consultas, como é que faz para consultar no site do Ministério.
- 484 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 485 − É, perfeito Wilson! É, obrigado Roseli. Boa tarde a todos novamente. Então, logo ao entrar
- 486 no site do conselho é, clicamos aqui em deliberações, vai abrir diretamente o site o Power bi
- 487 que é o banco de dados, é que tem esse layout, e os dados estão todos distribuídos nesses ícones,
- 488 e o principal seria as resoluções. Antes o site antigo, ele tinha uma lista corrida de resoluções
- dificulta um pouco o filtro, a identificação por temas, e agora com o banco de dados do Power
- 490 bi, aí fica bem mais simples de identificar.
- 491 Então, logo quando clicamos aqui nas resoluções, você já pode aqui na barra superior já fazer
- o filtro, se você está procurando alguma resolução que já foi revogada ou que é estar vigente,
- e a também por tipo, por de câmara técnica da autoria da própria resolução, considerando que
- tanto a estrutura antiga quanto a nova do decreto 10.000.
- 495 Temos também aqui por outro filtro, através desse filtro você pode verificar algumas
- deliberações relacionadas as agências delegatárias e também aqui aos comitês, todos esses
- filtros aqui na barra superior, vocês podem também fazer aqui nessa área central é pelos temas
- 498 das resoluções, fica mais simples de verificar ao clicar nesses temas é, por exemplo, de
- 499 cobrança abaixo já lista, aparece a lista aqui das resoluções relacionadas com o tema.
- 500 Então, desde a criação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, todos como Wilson, falou,
- já estão hospedados aqui, todas essas resoluções já estão hospedadas no novo site no gov.br,
- 502 nesse domínio é ao clicar aqui, por exemplo, na resolução dos 22, clicar no link, ela vai abrir a
- 503 diretamente a resolução em PowerPoint, ou em PDF.
- 504 É aqui também tem um só uma análise quantitativa de resoluções através dos filtros que já
- estão aqui, então tirando o filtro volta, é para termos uma ideia a partir de junho de 2019, que
- 606 é a nova estrutura, e também até junho de 2019 a estrutura antiga um quantitativo de resoluções.
- 507 Aqui também mais abaixo temos é outros gráficos é quantitativo que podem dar uma ideia
- 508 geral é por tema de quantidade de resoluções do conselho, de deliberações.
- 509 Então, acreditamos que através do Power bi, é fica mais simples, mais intuitivo e estamos indo
- ao encontro que é recomendado pela própria CGU, da maior transparência, a transparência
- ativa do conselho é pra termos gestão de recursos hídricos.
- 512 Então, nesse sentido a contratação foi bem-sucedida, e qualquer dúvida sobre o Power bi, pode
- entrar em contato com a própria secretária executiva, que podemos esclarecer nesse período
- agora de primeiras experiências com o banco de dados, tá bom. Basicamente é isso Roseli.

- 515 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) Só
- uma pergunta Anderson, é Aparecida Vargas, foi rápido pode ter passado e eu não percebi. É
- as atas e as transcrições das câmaras técnicas devem tá lá na hora que você entra na câmara
- 518 técnica e das plenárias anterior a 2019?
- 519 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 520 Aqui, quando a gente vem logo na entrada do site para as realmente, as câmaras acesso estão
- 521 todas aqui. A gente clica aqui, estão todas aqui nas abas de cada câmara técnica dividido por
- pauta e demais documentações, você pode baixar em um ZIP, de acordo com o número da
- reunião. As reuniões plenárias também, se clica aqui e você vai ver por pelo ano de 2022, já
- 524 teve então a reunião ordinária, uma reunião extraordinária, e já estão aqui a pauta, que fica
- mais fácil de baixar, e o restante da documentação aqui, você ao clicar é baixar um ZIP com
- 526 toda a documentação.
- 527 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) Mas
- 528 anteriores a 2019 também, né?
- 529 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Ela
- está perguntando de anterior Anderson.
- 531 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 532 Sim, e ficou agora na lista corrida aqui e o clicar aqui também mesma forma para essas
- 533 documentações do ano.
- 534 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) -
- Parabéns, gente fico muito bom.
- 536 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 537 Obrigada você, Aparecida.
- 538 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então, acho que é isso
- de ações para 2022, Roseli, acho que pra gente concluir esse item de pauta.
- 540 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) É,
- 541 tem umas pessoas inscritas... vamos terminar e aí a gente abre.
- 542 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** É termina só a as ações
- 543 para 2022.
- 544 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) É Roseli, eu
- pedir pra falar não sei se você permite falar agora ou não.
- 546 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Deixa Waldemir, só
- deixar a Roseli terminar de mostrar as ações para 22, tem mais acho que 2 slides e aí a gente
- vai abrir essas ações.
- 549 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Eu só porque
- era a respeito da matéria tratada pelo Anderson, mas tudo bem, posso esperar.
- 551 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** Não. Então pode, pode
- 552 aproveitar então.
- 553 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) O Anderson,
- quando apresenta lá os comitês apresenta Piranhas Açu, na realidade o comitê é Piacó Piranhas
- Açu, inclusive o Rio Piacó é o Rio dominante bacia hoje em dia. Isso aí é o objeto do estudo
- da ANA, já de resolução da ANA, é Comitê de Bacia Piacó Piranhas AÇU, tá? É só a correção
- onde tá errado, por favor. Mas tá excelente trabalho agora é só a correção com relação a isso.
- 558 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 559 − Nas resoluções antigas é provavelmente vai ficar com o texto antigo nas resoluções antigas,
- 560 mas toda menção aqui no site, a gente pode deixar é aqui...

- 561 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Comitê
- 562 Piranha Açu e é Piacó Piranhas Açu.
- 563 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 564 − Aqui é possível a gente ajustar com certeza.
- 565 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Tá, ok querido
- obrigado.
- 567 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É porque tem uma
- questão de como ficou no decreto que constitui o comitê, mas é reconhecido realmente, a gente
- tem usado bastante...
- 570 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Mas foi
- reformulado o decreto.
- 572 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** Ah foi, então pronto!
- 573 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Pelo que eu
- sei, é até mesmo sou o presidente hoje do comitê Piacó, comitê de Piranhas Açu. Só isso, mas
- 575 tudo bem.
- 576 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) A gente corrige aqui.
- 577 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -
- Wilson tem outros escritos, talvez seja esse mesmo assunto a Socorro e Wilson de Azevedo.
- 579 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Aparecida tem mais
- alguma dúvida Aparecida que aparece aqui com um primeiro escrito
- 581 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) Isso,
- mas é no geral da apresentação, eu posso esperar a Roseli terminar.
- 583 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ok. Maria do Socorro,
- tudo bem, boa tarde.
- 585 **SRA. MARIA DO SOCORRO** (**CNI**) Bom, Wilson, eu também espero.
- 586 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ótimo. E doutor xará
- 587 Wilson Azevedo.
- 588 SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AMAT) -
- Obrigado. Boa tarde a todos, não só para saber se as apresentações que foram feitas durante as
- 590 câmaras técnicas as reuniões do conselho, elas também constam como anexo nesse programa,
- 591 essa pergunta é para o Anderson.
- 592 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 593 Toda a documentação que é tratada na reunião, Wilson. É anexado lá no site, não fica aqui
- específico ao Power bi das resoluções, né? Aquelas deliberações, mas apresentações que estão
- tratadas dentro de cada reunião, é anexado no site do próprio site do CNRH, que é só entrar na
- 596 documentação da reunião.
- 597 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Tá, obrigado
- 598 Anderson.
- Nesse caso, está separado. Se for de Câmara técnica, Wilson, tem lá um link, câmaras técnicas
- e aí você pode baixar os documentos de toda a discussão da Câmara técnica, incluir as atas,
- inclui a transcrição e eventuais apresentações que tenham sido feitas tanto nas câmeras, quanto
- 602 nas plenária.
- É, então Roseli, você segue por favor com uma apresentação para agora, sobre o planejamento
- de 22, passado os resultados 2021, por favor Roseli.

- SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Sim. 605
- E aí para 2022, a gente já encaminhou aí, claro, a gente já está no meio do semestre, então já 606 ocorreram várias reuniões. Então, esse é o nosso planejamento de programa para todas as 607
- reuniões do conselho e câmaras técnicas, é uma previsão. A gente tenta seguir, mas 608
- obviamente, é sujeito aí a alterações. É informar que a gente fez, então esse seminário aqui em 609
- 2022, sobre o PL 4546. Que também realizamos aí a reunião com coordenadores relatores de 610
- 611 câmaras técnicas, é a época, ainda eram os coordenadores antigos, né? Algumas câmaras que
- tiveram renovação e a gente pretende fazer uma outra agora, mas em julho, que aí é pra poder 612
- absorver aí as avisam aí dos novos coordenadores, né? O que a gente pode melhorar e tudo 613
- mais, e como é que está a evolução aí da discussão na Câmara? Então, esse é a proposta da 614
- 615 agenda, que a gente tenta seguir ao máximo. É, próxima...
- Então, quase todas as câmaras técnicas, eu acho que talvez, em exceção aí depois eu vou deixar 616
- Wilson, para que os coordenadores também possam fazer uma breve fala, eu acho que é 617
- importante se apresentarem ao conselho. É tão quase todas as câmaras técnicas já tiveram aí a 618
- 619 oportunidade de ver o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o anexo normativo. E na medida
- do possível, incorporar no seu planejamento, né? Sua agenda de trabalho. 620
- 621 É a exceção da própria CTPA, que teve que adiar a reunião, mas a gente vai na próxima reunião,
- ela vai debruçar sobre essa agenda e acertar. A gente recomendou que, claro, a gente tem que 622
- 623 ver o anexo normativo, os temas que já estavam em discussão no conselho, nas câmaras
- 624 técnicas, que precisam ser concluídos. E os temas estratégicos aí que foram aprovados pelo
- CNRH. Então juntando tudo isso as câmaras técnicas propuseram aí suas prioridades. 625
- 626 Lembrando que o anexo normativo, ele traz ali é ações de curto, médio e longo prazo, então de
- imediato a gente, vai fazer as de curto prazo, mas tem câmara técnica que tem 20 ações de 627
- 628 curto prazo, então realmente vai precisar priorizar, né?
- 629 E aí a gente também fez um Power bi, aí para acompanhar como é que está, o desenvolvimento
- 630 dessas ações de curto prazo dentro das câmaras técnicas. Foi isso que a gente apresentou lá, é
- nossas câmaras técnicas, e aí foram definidos, aí algumas é ações aí de curto prazo pra este 631
- ano, a gente sabe que a discussão de normativos não é uma coisa simples, né? Dependendo do 632
- 633 caso, a gente demora um pouco, mas a ideia é que a gente consiga, pelo menos avançar em
- alguns pontos, aí como reuso e outras ações que estão em curso já há um tempo. 634
- 635 É, eu acho que eu não vou abrir isso aqui devido ao tempo, mas eu acho que todos já receberam
- e oportunamente, de repente, a gente faz uma reunião específica para definir um pouco melhor. 636
- Então, a ideia é que cada câmara técnica que tem as ações que são propostas normativas, e aí 637
- a gente tem aqui, depois é ir alimentando esse Power BI. Acho que ele vai abrir. 638
- 639 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Enquanto a Roseli
- abre, sobre PNRH na próxima reunião, a gente quer trazer uma apresentação sobre o que está 640
- 641 sendo elaborado sobre o PNRH em si. Um dos avanços que a gente quer já apresentar para a
- próxima reunião é uma contratação de uma consultoria maior, uma consultoria de pessoa 642
- jurídica que vai sistematizar o siga PNRH, sistema de gestão e acompanhamento do PNRH, 643
- 644
- porque é essencial aí para nós nos organizarmos e não nos perder aí nesse caminho do plano
- 645 de ação, é que parecem 2040 longe, mas daqui a pouco já tá aí. Então, a gente precisa correr e
- 646 trabalhar para executar todas as ações, por favor Roseli.
- SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) É 647
- 648 finalizando, né? Então, depois da minha fala, eu vou abrir para que os coordenadores possam
- se apresentar, coordenador e coordenadoras, né? Temos muitas coordenadoras, é para que 649
- possa aí expor. Então, assim, é só deixar aqui registrado também os agradecimentos aos 650
- 651 coordenadores, relatores. Os relatores são do MDR, da secretaria executiva e de outras
- coordenações aqui do departamento. Deixar nosso agradecimento e também aos coordenadores 652
- aí de grupos de trabalho e relatores. 653

- Então, pela CTAL, coordenador Wilson, eu estou como relatora, a CTAL, tá com 2 grupos de
- 655 trabalho atualmente, que é o GT escassez hídrica, Wilson de Azevedo, é o nosso coordenador.
- E o GT de avaliação de impacto regulatório, ainda está sem uma coordenação, a gente estava
- aguardando um pouco aí, os resultados da consultoria pra chamar uma primeira reunião.
- Câmara técnica de Segurança de Barragem, em 2021, é foi a Jussara. E agora, em 2022, é
- 659 conduzido pelo Luís Gustavo, a Cristiane Silva, relatora, e essa câmara técnica está atualmente
- 660 com 2 grupos de trabalho, que é a revisão da Resolução 143, e também já iniciou aí o grupo de
- trabalho RSB 2021, mas eles têm, além da análise do RSB, outros temas aí que eles estão
- 662 tratando. Como revisitar as moções que foram recomendadas, em relatórios passados, nos
- pareceres da CTSB passados.
- E aí, talvez a Cristiane depois, se quiser, pode é informar um pouco melhor porque ela é a
- 665 coordenadora.
- 666 É a CTPA, a Susana Montenegro, atualmente é a nossa coordenadora, é recém-chegada.
- Depois, eu gostaria, se ela pudesse dar uma palavinha, também, e aí a Mirella Garaventa é a
- relatora, atualmente a CTPA, não tem nenhum grupo de trabalho ativo, os 2 que tinham se
- encerraram ano passado.
- A Câmara Técnica de Educação, Ciência e Tecnologia, o professor Jefferson Nascimento é o
- nosso coordenador, a Cláudia Lima está atualmente como a relatora e o grupo de trabalho que
- está em atividade é o de reúso, e uso racional da água. E o Jefferson é também o coordenador
- desse grupo de trabalho, e a Maria do Socorro, também é a relatora, e a Cristiane Silva tem
- dado um grande apoio para esse grupo.
- A Câmara Técnica de Outorga E Cobrança, o Anderson é o coordenador, desta câmara técnica
- e a Liliana Pimentel é a relatora, é essa câmara técnica está com bastante trabalho, né? É, acho
- que é a equipe que tem mais trabalho em virtude das ações que estão previstas no plano
- 678 nacional de normativos, nesse sentido. Então, tá com 2 ou 3 grupos de trabalho atualmente, o
- 679 GT de escassez hídrica, o GT de análise dos relatórios GFURH, e o GT de revisão da resolução
- 680 70/2007, que é o justamente aquilo que foi uma demanda do conselho, que é para justamente
- definir aí como que vai ser as prioridades para aplicação dos recursos CFURH. E, por fim, a
- 682 Câmara técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial, Irani Ramos, também aqui
- do MDR é o coordenador, e o José Igor de Aquino, também recém-chegado é o relator dessa
- 684 câmara técnica. Atualmente está ativo o GT águas subterrâneas, mas amanhã vai ter uma
- reunião dessa câmara técnica para definir, aí se tem 2 outros grupos de trabalho que possam é
- dar continuidade, quem seria o GT de transfronteiriço, que já entregou um relatório ano
- passado, e o GT costeiro, mas aí é uma definição que deve ser feita, amanhã.
- Então é isso, Wilson, e aí, se você me permite, eu gostaria de ir, então acho que pode até
- 689 começar com você, tá Wilson, pra a gente seguir aqui, a ordem é, se quiser falar um pouco
- sobre as câmaras técnicas, eu acho que só, até para deixar claro, aí as nossas atuações dessas
- 691 câmaras técnicas.
- 692 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** Sim. É, a CTAL, tem
- 693 um papel importante na análise das matérias que vêm de outras câmaras técnicas, previamente,
- a análise do plenário, mas tem algumas matérias de avaliação que certamente vão ser iniciativas
- da CTAL, que estão previstas no PNRH, no anexo normativo que vai exigir um esforço grande
- de trabalho nessa câmara, né! É, então queria só agradecer a todos que participam, e colaboram
- 697 na câmara, que tem as contribuições, são valiosas, aí para a discussão, alguns assuntos que
- 698 estão previstos no PNRH que nós gostaríamos de retomar, é com relação à definição de arranjos
- de participação, e revisam de algumas resoluções como 05 e a 109, é o GT de escassez hídrica
- que também é importante, que está em análise, em discussão. É, e essas questões relacionadas
- 701 à análise de impacto regulatório, que é algo que nos preocupa bastante, que pode trazer uma
- 702 certa morosidade ou CNRH, caso a gente não tome cuidado na implementação desse

- 703 procedimento interno, é isso Roseli. Vamos passar para a sequência, o Irani, por favor, da 704 CTIGAT, que eu estou vendo aqui na tela.
- 705 SR. IRANI BRAGA RAMOS (Coordenador da CTIGAT/CNRH - MDR) – Eu não era o próximo da lista, mas não tem problema. Posso falar agora! Bom, primeiro é, acho que a Roseli 706 707 já resumiu, em um modo geral e satisfatório é o que eu gostaria de acrescentar é que, primeiro 708 os membros da câmara técnica são muito ativos, e acredito que isso é deverá reverberar agora no futuro próximo, principalmente porque nós estamos num momento de ajuste da agenda da 709 câmara técnica, em função da própria aprovação do PNRH, e das suas prioridades para os 710 711 próximos anos. Então, na última reunião da câmara técnica, na penúltima reunião da câmara 712 técnica, a gente se debruçou sobre essas prioridades. Na última reunião, já procurando avançar nisso, fizemos uma reunião conjunta com a CTEC, coordenada pelo professor Jefferson aqui, 713 e acredito que nos impõe muitos desafios para os próximos períodos. Amanhã nós deveremos 714 715 ter uma reunião da câmara técnica e nesta reunião nós deveremos a apreciar os relatórios dos grupos de trabalho, que estavam atuando em que prepararam os seus relatórios, mas nós ainda 716 não tivemos a oportunidade de fazer uma apreciação final como câmara técnica, é isso. Muito 717 obrigado.
- 719 SR. JEFFERSON NASCIMENTO (CONSELHEIRO TITULAR - UNESP) - Você me permite um aparte, Irani, só pra... me permite, Wilson? Só porque foi uma reunião conjunta. 720
- 721 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Por favor, professor.
- JEFFERSON NASCIMENTO (CONSELHEIRO TITULAR UNESP 722 723 COORDENADOR DA CTECT/CNRH)) - Então, vou abaixar minha mão. Eu não sei se as outras câmaras estão fazendo isso, mas a câmara técnica... 724
- 725 Primeiro, boa tarde de novo, né? Obrigado, por me dar a fala. É a câmara técnica se reuniu conjuntamente, eu acho que isso também deve ser um norte para futuro, porque muitos das 726 727 discussões são pertinentes a não somente uma Câmara técnica, a gente se reuniu também uma 728 vez chamamos a Cristiane, para discutir sobre a questão da segurança de barragens na CTEC, 729 e essa reunião foi muito proveitosa, né? Irani, porque a gente discute uma situação que é muito importante, como você mesmo colocou, e o Anderson, que é a questão dos dados, o país tem 730

muitos dados, ele tem que disponibilizar esses dados, principalmente na questão dos recursos

732 hídricos.

731

718

- 733 Então, o pessoal da Agência Nacional de Águas, foi assim muito profícuo, a discussão também o IBGE, então seria isso, é um ponto que eu acredito que seja nevrálgico para dar o crescimento, 734 e o alinhamento mais proveitoso dos dados que existem, e estão dispersos em várias 735 plataformas. O INDI, ele serve para isso. Muito obrigado. 736
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ok. Devia ter passado 737 antes, dando preferência às damas, né Susana? Mas passar a palavra para você, recentemente 738 coordenadora da CTPA, por favor Susana! 739
- 740 **SUZANA** MONTENEGRO (ABRHIDRO COORDENADORA CTPA/CNRH) – Boa tarde, Wilson, boa tarde a todos. Bom, primeiro dizer da satisfação de 741 742 assumir a coordenação dessa câmara técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a 743 CTPA, eu represento na verdade o segmento da organização de técnicas de ensino e pesquisa, mas especificamente a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que atualmente nessa 744 gestão 2022/2023, eu sou a vice-presidente. Então, é uma grande satisfação, acho que vai ser 745 746 com muita motivação com a pauta da câmara da CTPA, com a possibilidade de acompanhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos, nós temos uma agenda para a 747 748 próxima semana para justamente definir, a priorização das ações da CTPA, essa reunião foi adiada e por razões meteorológicas, vamos dizer sim por que, é aqui acho eu como todos 749 sabem, aqui no estado de Pernambuco, nós tivemos aí recentes desastres que foram bem 750 impactantes. 751

- 752 Então, com muita generosidade, é todos entenderam que aquele momento era muito difícil,
- 753 então nós adiamos um pouco. Então, essa reunião da próxima semana, é justamente para
- definirmos a priorização em relação aos normativos e acompanhamento do plano nacional de
- recursos hídricos, também as contribuições da CTPA, para revisão da resolução número 145,
- 756 é que estabelece diretrizes para elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias
- 757 hidrográficas, e dá outras providências.
- Nós temos também uma agenda aí de revisam de algumas resoluções e tudo vai ser definido
- também, além de outras ações da câmara técnica, e eu acho que a fala do professor Jefferson
- aqui, ela também traz um estímulo muito bom, que a integração entre as câmeras, na medida
- 761 em que houver pertinência, evidentemente. Eu acho que esse trabalho de articulação, de
- 762 integração e, aliás, a câmara técnica é de articulação, é essa que eu estou responsável. Então,
- 763 eu vou te fato procurar é identificar onde nós temos a possibilidade dessa articulação,
- 764 integração para que possa realmente gerar maiores contribuições para o conselho nacional para
- o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos. Boa tarde a todos. Obrigada!
- 766 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Muito obrigado,
- 767 Susana.
- Queria saber se o Luís Gustavo, também está presente. Luís, Coordenador Da Câmara Técnica
- 769 de Segurança de Barragens. Luís também foi, é caminhado como coordenador é agora,
- 770 recentemente, nesse semestre. Aparece aqui online, não sei se está com o microfone, Luís?
- 771 Vou passar aqui na sequência, o Anderson, da CTOC.
- 572 SR. ANDERSON BEZERRA (Coordenador da CTOC/CNRH MDR) Ok, Wilson,
- obrigado. É rapidamente, só já parabenizo pela compilação que a Roseli, já conseguiu fazer aí
- das todas essas pautas, é impressionante como ela tem essa do poder de síntese. E é como ela
- falou a CTOC, ela pegou uma fatia maior da pizza do total de resoluções, aí do anexo
- normativo, de 55 normativos ou deliberações, é 33%, é são 20 propostas de resoluções que a
- 777 CTOC, ficou como responsável, então a responsabilidade é muito grande.
- Nós já tivemos 2 reuniões neste ano, a última reunião a gente já é definiu as prioridades. Entre
- elas a 70, que já foi é falado pela própria Roseli, que é uma deliberação, é uma recomendação
- da própria plenária. A 48, que fala sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos, é importante
- 781 que possamos avançar na revisam dela, é uma resolução bastante antiga e também tem a
- resolução 16, que é sobre a outorga, que também é uma resolução bastante antiga e precisa ser
- 783 atualizada, e tá no anexo normativo.
- Embora tenha definido essas 3 prioridades, Wilson, a gente tem outras demandas que estão
- 785 correndo em paralelo com outras câmaras técnicas, a exemplo da CTSB de Segurança de
- Barragens, que é tem proposições para curto prazo, e é tendo em vista que, por exemplo, a 16,
- 787 a gente nem formou o GT, a gente tá para a médio prazo, possivelmente outras agendas vão
- 788 entrando no decorrer dessa discussão um pouco mais longa com relação a resolução 16 de
- outorga, e a medida que for chegando contribuições e for necessário fazer reuniões conjuntas,
- 790 a gente já se coloca à disposição para alinhar junto com outras câmaras técnicas, em especial
- 791 também a própria CTAL, que tem uma demanda conjunta e a CTSB. Então, basicamente, é
- 792 isso é um desafio grande para todos a câmara.
- 793 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** Ótimo. Luís Gustavo,
- acho que agora você tá Ok, aí com o microfone. Boa tarde!
- 795 SR. LUIZ GUSTAVO WESTIN (COORDENADOR DA CTSB/CNRH NEONERGIA)
- 796 Boa tarde, boa tarde a todos. Bom a Câmara Técnica de Segurança de Barragens, é ela está
- 797 atendendo a uma demanda de alteração da lei segurança de barragem a política nacional,
- 798 ocorrida em 2020, foi uma alteração bastante profunda. Isso demandou uma série de ações da
- 799 câmara técnica.

800 Então, a princípio, nós fizemos aí um grupo de trabalho para estruturar todas as demandas. E verificar dentre essas, essa série de atividades, quais daquelas se encaixavam no CNRH, e quais 801 se encaixavam também em outras formas de regulamentação, e a partir daí, então, houve um 802 planejamento, uma estruturação de diversas frentes de trabalho. É já de imediato, a gente 803 estruturou uma câmara técnica para a revisão de resolução, é 143, que é uma resolução que 804 trata da classificação de risco de barragens. É uma resolução pesada, porque são muitos 805 806 critérios, tinha algumas demandas dessa plenária de se alterar no outro ponto. Então é, a gente 807 teve uma discussão muito intensa e era uma discussão que se divide em 3 setores, de uso 808 múltiplos, hidrelétrica e mineração.

Então, nós já fizemos uma consulta pública para a área de uso múltiplos, essa parte de uso múltiplo já foi finalizada e essa consulta, estamos em andamento a consulta para o setor elétrico e a gente pode estar unificando essa matriz, o que é salutar a gente ter uma unificação, uma vez que é a mesma acumulação, não é o mesmo produto que se acumula, que é acumulação de água, e a tá previsto agora para o início no segundo semestre, lançar também a consulta pública de mineração.

815 A partir de fechar esse círculo a gente tem elementos suficientes para propor a essa câmara a 816 votação da resolução 43. Também nós estamos fazendo uma aproximação muito interessante aí, com a ABNT, que está com uma série de iniciativas, também demandadas para essa revisão 817 818 de lei, é de algumas demandas que eram comuns entre aqui, a câmara técnica o CNRH, e 819 também a ABNT. Então, a gente está vendo se consegue ter alguma sinergia nos trabalhos e aprovar também, nessa câmara técnica algo por exemplo a parte de termos e glossários, que 820 821 ABNT, então concentra também um corpo técnico bem mais específico, e que com isso a gente consegue ter termos pacificados entre tanto a área técnica quanto à área regulatória. Então, isso 822 823 é uma iniciativa que a gente vem buscando também no grupo, e estamos nesse momento com o GT, aberto para é receber aí o relatório anual, fazer as avaliações. Esse GT, antes de receber 824 825 o relatório da ANA, está trabalhando em algumas moções, que já era demanda, inclusive dos relatórios anteriores, e a gente deve estar apresentando aí em breve algumas moções, pra essa 826 plenária e também é fazendo a discussão aí dessa atribuição da câmara técnica sobre o relatório 827 sobre segurança de barragem. Então, isso é o que hoje nós estamos trabalhando, alinhamos 828 também estamos alinhando aí com Anderson, contribuições da câmara técnica sobre a revisam 829 da resolução 37, uma demanda da política nacional. Bom, essas são as atividades que estão em 830 831 andamento aqui na câmara.

- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Muito bem, acho que com esse resumo de todos os coordenadores de câmara técnica, a gente percebe que o trabalho é grande, o anexo normativo do PNRH, é eu acho que tem um avanço grande para orientar e concentrar nossos esforços numa direção, e aí eu queria aproveitar para agradecer também a equipe da agência nacional de água e saneamento, que nos presta um apoio muito importante em todas as câmaras técnicas e ao CNRH.
- É, queria agradecer aqui na figura do Humberto, que está presente é que é essencial essa cooperação da ANA, nas discussões técnicas e colaborações aí que são feitas as discussões que a gente vem discutindo.
- E com isso gostaria de abrir a palavra no primeiro escrito é Aparecida Vargas, por favor, Aparecida.
- SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) É, boa tarde de novo, a todos vocês. É Aparecida Vargas, da Abragel. É primeiro, é num primeiro momento, quando a gente vê 6 resoluções de 2021, a gente tem até um certo impacto, poxa o que nós estamos fazendo, né? Até porque dessas 6, na verdade, foram 5 que uma foi referendando anterior, mas a gente não pode esquecer que a gente foi o ano da gente finalizar as discussões do plano nacional de recursos hídricos, e a gente teve um trabalho, assim de quem participou de fato ativamente, foi uma demanda muito grande e aí não dá para não agradecer

- todo o trabalho, tanto da secretaria executiva através do MDR, quanto da Agência Nacional De
- Aguas, no empenho que tiveram para fazer esse plano de fato cumprir se o prazo já prorrogado,
- que a gente tinha dado, chegou um momento que eu achei que a gente não fosse conseguir
- 853 cumprir esse prazo. Então, primeiro é fazer esse destaque, dá os parabéns aí, e depois que a
- gente assopra, aí a gente vem morder, né? É, eu não posso deixar de colocar em questão a
- decisão no âmbito da CTPA, a de encerrar o grupo de trabalho do Paraguai, tá que ele veio
- para substituir GAP, e esse é um grupo de trabalho criado no ano da plenária do CNRH.
- 857 Então, eu gostaria que este constasse de pauta numa próxima plenária, porque essa é uma
- 858 decisão de plenária decidido em resolução. Então não acredito que possa... eu não vou entrar
- na discussão, mesmo que tenha sido a contragosto e eu tenha sido contra a extinção do grupo,
- 860 não vou entrar nessa discussão aqui agora, mas eu acho que nós temos que trazer essa discussão
- para o âmbito da plenária do CNRH.
- 862 Eu gostaria de pedir que isso fosse incluído em pauta a próxima plenária, uma vez ser um grupo
- que foi criado de forma diferente das outras, que é demandado dentro da própria câmara
- 864 técnica, ele está definido a sua atuação no numa resolução que não, que ainda está válida, ainda
- tá vigente. Então, eu pediria tá Wilson, por favor, que isso fosse pautado.
- A segunda questão é que agora, finalmente, a resolução publicada, a resolução do Plano
- Nacional de Recursos Hídricos, eu sei do empenho interno aí de vocês para que saísse, essa
- publicação fosse logo feita, quero agradecer isso também, afinal de contas foi um trabalho
- conjunto de todos nós, a gente sabe a importância que é e aí evolução, que a gente teve nesse
- 870 novo plano. Mas eu quero também agora cobrar é, inclusive correspondência que a gente foi
- demandado por nós também e que a gente sabe que aconteceu do MDR para ANA, sobre a
- 872 revisam da conjuntura em relação a uso da evapotranspiração líquida. Então, eu gostaria de
- saber que agora, com o plano aprovado, esse produto está no site. Nós temos uma resolução
- que define diferente do que está escrito no conjuntura. Então eu quero saber, qual que é o prazo
- que se tem para poder fazer essa atualização ou se a gente poderia, para a próxima plenária do
- 876 CNRH, já que você disse que vai ter uma apresentação sobre o plano, a gente já tem a essa
- atualização que possa ser mostrada no site, inclusive, a gente, não pode esquecer que aqui a
- gente fala para nós mesmos, mas nós temos um país inteiro e fora do país também, que busca
- através do site as informações, as documentações que precisam para fazer os seus documentos,
- as suas pesquisas, e aí não dá, se você tem aí no site, alguma coisa que não está é em comum
- acordo com o que foi deliberado com o CNRH, eu acho que a gente não pode deixar que isso
- permaneça.
- 883 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ok. Vamos sim, acho
- que você tem razão. Acho que é importante a gente pautar na plenária e as discussões feitas no
- 885 âmbito da câmara técnica. Então, realmente no âmbito da câmara técnica, houve uma
- manifestação sobre essa questão do acompanhamento, do Plano do Paraguai. Mas eu concordo,
- a gente precisa realmente pautar para o plenário, para o plenário, conhecer a recomendação ou
- a decisão da CTPA, e vir a convalidar ou não essa recomendação.
- 889 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) A
- 890 recomendação, né? A câmara técnica não decide, câmara técnica recomenda.
- É até porque, a gente não pode esquecer que esse grupo já foi adaptado por conta do decreto,
- 892 ele era um grupo muito maior, com participação ativa, sabe de representantes da região e não
- só da câmara técnica. A gente acabou perdendo muito com isso e a outra questão é, como a
- gente não tem comitê instituído ou alguma outra instituição que ocupe o comitê, está claro na
- resolução é quem exerce esse papel, exerce essa função é o CNRH. Então, acho que tem que
- 896 ter esses cuidados.
- 897 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, tem razão. A gente
- 898 pauta sim, acho que é importante pautar essa discussão, ser a apreciada pelo plenário na

- 899 próxima reunião, é, e com relação à conjuntura, a gente precisa verificar como ficaram os
- ajustes realmente com solicitado a ANA, que fizesse esses ajustes a resolução foi publicada,
- acho que há 2 ou 3 dias, se não me engano. E para que a gente realmente acompanhe, como
- que vai ficar essas tratativas dentro do conjuntura. É, e nós damos retorno também a todos do
- 903 plenário, é sobre essa questão.
- 904 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) É, eu
- aguardo destaque, Wilson, eu acho isso muito sério. O conjuntura está lá no site do CNRH,
- como um produto do plano, escrito coisa que está em desacordo ao que está na resolução que
- 907 aprovou o plano.
- 908 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Vamos verificar essas
- 909 tratativas com a ANA, para poder fazer os ajustes adequados, tá anotado. É, Cristiane
- 910 Battiston... Ah não, a Socorro, está aqui antes inscrita, por favor, Socorro!
- 911 **SRA. MARIA DO SOCORRO** (**CNI**) Obrigada, Wilson, boa tarde é boa tarde a todos. É,
- 912 eu não posso deixar de parabenizar o trabalho realizado tanto pela secretaria executiva como
- por todos os que compõem o CNRH. Então, se eu pensar no início de 2018, é quando nós não
- 914 tivemos nada de conselho, nada funcionando e de repente chegar a esse nível de publicidade
- dos atos que nós chegamos, eu tenho que reconhecer publicamente isso, foi muito importante,
- e eu acho que isso decorre da participação efetiva da sociedade civil como um todo, não só
- 917 usuários, porque aí é um espaço, eu respeito muito o CNRH, antes disso, e agora ainda mais,
- 918 porque nós consolidamos um espaço de discussão de muito respeito e de muita qualidade.
- 919 E o principal, nós temos agora um acompanhamento essas ferramentas lançadas, eu tenho
- acompanhado, é, elas são preciosas para nós, por quê? Porque nos dá uma visão de conjunto
- 921 uma visão total do que nós estamos falando sobre o que nós estamos falando. Então, eu quero
- 922 parabenizar todos os que compõem e as pessoas todas que estão aí, 72 que no momento
- 923 acompanham e fazem parte, e as que não estão aqui neste momento. Eu acho que é um
- 924 momento histórico, impressionante para nós.
- 925 É, eu não esperava que evoluíssemos tantos, confesso, e eu queria sugerir que no portal aí,
- 926 porque eu estou trabalhando também com um portal, em breve nós vamos lançar alguns
- 927 também no mesmo sistema Power BI, é colocar Anderson, uma informação para desmarcar,
- 928 porque isso é importante. A pessoa leiga é para desmarcar os filtros, é só uma observação,
- parece besteira, mas não é aí a pessoa pode ficar impaciente e desistir, e é tudo que a gente não
- 930 quer, a gente quer que as pessoas explorem o máximo possível.
- 931 Eu queria um esclarecimento, é quanto aos recursos para contratação dessas consultorias, esses
- 932 recursos, Wilson, são do Ministério, é são do acordo de cooperação e IICA, porque para mim,
- 933 não ficaram muito claros, e eu sou uma pessoa que acompanha o diário oficial, regularmente.
- 934 Então, até quando não dá para amanhecer o dia, eu finalizo o dia, então para acompanhar
- também, e para contribuir para esse nível de transparência.
- Eu acho que se andou bastante, eu acho que vou repetir isso porque a gente nunca vê princípios,
- 937 é difícil a gente identificar o momento em que os princípios constitucionais estão sendo
- 938 efetivados e o princípio da publicidade está sendo efetivados neste momento. Então, é o que é
- 939 um princípio caríssimo a todos nós, eu leio o diário oficial, porque eu acho que é o veículo pelo
- 940 qual nós temos conhecimento das ações do governo, e agora com esses portais, são lançados
- no âmbito do CNRH, quero dizer que eu estou muito feliz e que vai facilitar e muito a nossa
- vida. E, finalmente, corroborar com Maria Aparecida, é sobre os dois pontos, que ela levantou,
- eu acho que são importantes e que o nosso trabalho está indo, nosso trabalho conjunto é um
- exemplo para todos os espaços de discussão, governo, sociedade civil. Muito obrigada.
- 945 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Maria do Socorro, eu
- 946 gostaria de agradecer pelas felicitações. Acho que a gente vai dar um espacinho de resultados,
- a gente fica feliz, quando a gente tem esse reconhecimento de que o resultado dá um caminho

- bom. É, com relação aos recursos, realmente é todo o recurso que o departamento exerce que
- a secretaria executiva, tem aplicado nas ações da política de recursos hídricos, são de recursos
- 950 do orçamento geral da União. Então, a gente tem uma ação orçamentária 20 VS, que é uma
- 951 ação chamada implementação da política de recursos hídricos.
- 952 Essa ação orçamentária é, a gente tem executado algumas coisas por contratação direta, então,
- por exemplo, é esse recurso foi garantido do ano passado, a contratação da Engecorpes foi uma
- 954 licitação feita por nós aqui do Ministério, que deu todo o suporte metodológico no PNRH.
- 955 Então, os recursos aplicados na consultoria da Engecorpes, por exemplo, foram feitos via
- 956 contratação do Ministério. Esse... agora nós temos realmente vigentes um acordo de
- 957 cooperação com ICA, é um acordo que ele é originado lá do Ministério do Meio Ambiente, da
- 958 época, quando foram formalizado Interaguas, né?
- E aqui no departamento nós temos 2 acordos de cooperação, um deles voltado para as ações de
- 960 revitalização de bacias, e um outro para a política de recursos hídricos. Mas o que acontece,
- 961 nesses acordos de cooperação, a parcela que viria do agente externo, nunca veio. Então, a gente
- 962 só aporta recursos públicos. Então também, dessa mesma ação orçamentária 20 vs, foram feitos
- alguns aportes num instrumento com ICA, e aí algumas das contratações, seja de consultor ou
- de algumas empresas que a gente definir a contratar, são feitos via ICA, mas com recursos do
- 965 orçamento geral da União.
- Não tem nenhum recurso de outra fonte orçamentária, tá? É no orçamento 2022, essa ação
- orçamentária está aprovada com 2 milhões e meio, mas foi contingenciado à metade agora em
- 2022, eu espero até o final do ano tenha descontingenciamento pra que a gente possa avançar,
- 969 e cumprir a nossa agenda, que é grande e exige algumas contratações de estudos, previstas lá
- 970 no PNRH, inclusive.
- 971 É, Cristiane Bastiton, por favor.
- 972 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 973 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) Boa tarde, Wilson. Boa tarde, conselheiros.
- 974 É, eu queria parabenizar esses sistemas Power BI, para organizar as resoluções, é facilitou
- 975 muito a pesquisa. Wilson, sabe que o meu sonho, que a gente tenha um igual lá da Presidência
- da República, onde todas as alterações já apareçam, no texto da resolução, quando a gente
- 977 procurar. Então, eu queria só propor um ajustezinho, se vocês conseguirem fazer colocar um
- 978 campo a mais, 2 campos nas resoluções dizendo, altera a resolução aparece uma listinha, e
- alterada por, porque pode facilitar bastante a nossa vida, nas análises das resoluções.
- 980 É, eu tenho uma pergunta que eu acho que até vai ser para o pessoal da agência nacional de
- 981 águas, se eles estiverem aí, que é sobre a Conjuntura 2021, que hoje é só um site, né?
- 982 Eu não consigo achar um documento PDF consolidado, e ele esse é a grande conjuntura, não é
- 983 só aquele relatório mais simplificado que é explicado em 3 anos, esse é o completo. Então,
- 984 perguntar se isso vai ser feito e quando, obviamente, com alteração citada anteriormente.
- Falar sobre, Wilson, a análise do impacto regulatório e até puxar o gacho para aplicação dos
- 986 recursos da CEFUR, que está em discursão nas câmaras técnicas.
- 987 Oue tenho visto, na Câmara Técnica de Segurança de Barragens, e se o Luís Gustavo, estiver
- 988 aí e quiser me ajudar, é que o volume de trabalho que a gente tem é imenso. Ele, é imenso a
- 989 gente se dedica vários em grupo de trabalho, mas a produção ela é longa.
- 990 Então, assim nós precisamos ampliar o apoio técnico as câmaras, e a secretaria executiva
- 991 ofereceu, e a gente vai fazer uma proposta de um termo de referência até para contratar nessa
- 992 consultoria do ICA. Mas que a gente tá vendo aqui é que são recursos do ministério, sendo que
- a gente teria recursos até que vem do setor elétrico, né Aparecida, pela CFURH, e a gente tem
- 994 esse recursos sempre contingenciados, então não consegue é utiliza-los, mas a gente tá
- 995 fazendo, e teve essa oferta e a gente vai fazer uma proposta de termo de referência para

- 996 contratar pelo menos aquela proposta de partida, estudos que ajudem a fundamentar as
- 997 propostas de resolução e a proposta de partida para que a câmara possa se debruçar no
- 998 refinamento e na qualificação da proposta que depois vem ao plenário.
- 999 E, aí vem essa questão da análise de impacto regulatório, que a gente não tem nenhuma
- experiencia na câmara técnica, e o que a gente tem visto até numa resolução que veio da CTSB,
- 1001 é que e já foi aprovada no plenário, e que não está publicada, muito provavelmente, aí Wilson,
- se quiser relatar, porque eu tenho bastante curiosidade, se tem a ver com análise de impacto
- 1003 regulatório, porque eu acho que a gente precisa ter uma de discursão de como agilizar os
- processos aqui dentro e como a gente faz para ganhar tempo e conseguir focar em analises, em
- verificações de aplicação da políticas públicas. No caso das barragens a gente tem a missão de
- zelar pela implementação e aí tem muita coisa a ser desenvolvida pra gente conseguir fazer
- isso, enquanto a gente ainda tá com trabalho bem de base, já com 12 anos de existência da lei.
- 1008 É, então só me preocupa, assim que é uma coisa importante análise de impacto regulatório,
- 1009 mas que vai...
- 1010 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Congelou somente
- 1011 para mim ou para você também, a fala da Cris?
- 1012 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 1013 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) Voltei, perdão. Eu, tô em outra sala aqui e ela tá
- 1014 caindo às vezes. Mas é isso só preocupação da gente conseguir trazer ferramentas aqui pra
- dentro do conselho que deem agilidade necessária para a gente responder a sociedade de forma
- 1016 mais tempestiva.
- 1017 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então Ok. Acho que
- 1018 essa é a preocupação central nossa, até mencionei vai ser uma discussão que a gente vai fazer
- dentro da CTAL, essa questão de como conduzir a análise de impacto regulatório, acho que
- desde novembro do ano passado, que esse assunto vem sendo recorrente aqui e inclusive na
- plenária, e realmente, o que atrasou as duas resoluções, tanto a do plano de recurso hídrico,
- quanto a de diretriz para a fiscalização que ainda foi publicada.
- Foi realmente a necessidade da gente ter feito tratativas posteriores de análise de impacto
- regulatório, a gente cumpriu, fizemos parecer bastante circunstanciado tanto para o plano
- nacional, quanto para as diretrizes para a fiscalização demonstrando sobre algumas óticas que
- 1026 nos cumprimos o decreto que dá essa obrigatoriedade, o próprio espaço do CNRH, já é um
- espaço de consulta ao setor, então a gente encaminhou por alguns caminhos na justificativa e
- 1028 foi superado agora.
- Mas de qualquer forma, não tá resolvido Cris, a gente precisa realmente, fazer e normatizar
- dentro do CNRH, como conduzir esse assunto de forma inclusive, a não impactar em mais
- 1031 morosidade nas análises, que realmente exige bastante de todos nós que participamos de
- 1032 câmaras técnicas do plenário.
- 1033 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 1034 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) Isso, mas sei se cortou a minha fala, e nesse
- momento, mas a gente precisa fortalecer o apoio técnico ao conselho.
- 1036 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim, com relação a
- isso, acho que é até uma pauta que a gente pode ter uma equipe lá da Superintendência do
- Humberto. É a maioria das ações que estão no PNRH, elas têm uma corresponsabilidade com
- 1039 a ANA, então acho que a gente pode avançar numa agenda com a ANA, na contratação de
- alguns estudos para subsidiar o CNRH, é a ser feitos com recursos das CFURH, que estão
- sendo geridos pela ANA.

- Eu vejo isso como algo é essencial, inclusive. Então, acho que fica esse registro aqui para que
- 1043 nós, aqui da Secretaria executiva, passamos uma pauta com a ANA, nos próximos dias para
- alinhar esse planejamento conjunto aí com a equipe da ANA, ok?
- 1045 É doutor, Clímaco, por favor, boa tarde.
- 1046 SR. JOÃO CLÍMACO SOARES (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) É boa
- tarde, Wilson, saúdo todos os meus colegas conselheiros.
- 1048 A gente tem tido um ano muito, muito é peculiar no que diz respeito aos fatos que estão
- relacionados com recursos hídricos. Essa reunião está sendo muito rica em informação, eu não
- quero ser redundante e repetitivo sobre as falas da Aparecida, e eu não quero ser redundante
- pelo fato de concordar com as falas de Aparecida e do Anderson.
- 1052 É que resgataram aspectos muito sérios quer dizer que poderia é sublinhar frisar, para que a
- gente possa melhorar, tirando os elogios de lado, a gente tem esses pontos que foram levantados
- Aparecida e de imenso valor. Agora eu quero fazer um resgate, em especial à essa nova
- 1055 formatação, que pressupõem uma melhora na transparência das informações. Eu lembro que
- até pouco tempo atrás a gente estava tendo dificuldade de fazer as conexões, acessar e a gente
- viu que esse novo modelo e com a fala do Anderson foi muito elucidativa, no qual eu quero
- 1058 parabenizá-lo pela eficiência.
- A gente viu que houve um avanço ali, em cima disso dá uniforme, que é a dificuldade que nós
- estamos tendo, já que a gente também participa em conselhos estaduais, e o de comitês federais,
- desses entres do sistema de gestão, adotarem uma conduta parecida, nós não entendemos isso
- como falta de conhecimento ou falta de acesso à tecnologia ou recursos. Nós entendemos isso
- como uma questão política, sabe por que é inadmissível que uma coisa que é feita no nível de
- exemplo do CNRH, seja, é obstruída, em alguns conselhos e outros e comitês em alguns, é por
- falta de conhecimento mesmo.
- 1066 Então, eu cito o exemplo da dificuldade que nós estamos tendo de acompanhar mesmo membro
- do conselho, citou exemplo do Mato Grosso, o estado que tem obstruído a transparência na
- divulgação das dinâmicas das câmaras técnicas, um exemplo que o conselho dá, e eu sei que
- 1069 dá, fundado numa legislação da transparência e do próprio ...
- 1070 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, eu vou confessar
- que não é simples, viu Clímaco, mesmo a quando a gente está com tudo pronto e o site montado
- com os documentos todos lá disponíveis pode parecer algo simples, mas exige muito esforço e
- eu realmente desconheço as condições de cada conselho estadual de recurso hídrico. Mas o que
- a gente pode fazer, é com relação a essa sua preocupação é até encaminhar orientações para
- todos os conselheiros que isso pode se aplicar, inclusive aos comitês de bacia que porventura
- 1076 ainda não tenham algum nível de organização é da prestação de informações, e a gente se
- 1077 colocando à disposição. Caso algum interessado queira discutir pontualmente alguma questão
- mais operacional.
- 1079 Então, a gente pode colocar como esse encaminhamento, a gente vai encaminhar, então um e-
- mail para todos os conselheiros é informando e passando o link de como acessar os documentos
- que agora estão disponíveis no site do CNRH, e colocando a nossa equipe a disposição, caso
- algum conselho ou é comitê de bacia, queira discutir algum ponto mais operacional sobre a
- implementação dessa ferramenta, Ok?
- 1084 SR. JOÃO CLÍMACO SOARES (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) Então,
- eu peço que encaminhe para o comitê dos conselhos, é essa mesma correspondência, já que
- todos estão no mesmo sistema e águas vão para o mesmo lugar, então eu gostaria de pedir essas
- 1087 considerações.

- 1088 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então, encaminho para
- os conselhos e para os comitês de bacia, também nos colocando à disposição, caso queiram
- 1090 conhecer um pouco mais a ferramenta.
- 1091 É acho que com isso a gente encerra esse item de pauta. Gostaria de agradecer todas as
- contribuições e comentários, para enriquecer esse ponto, é com relação a nossa agenda, eu acho
- que as câmaras técnicas realmente têm um trabalho grande, árdua para fazer, mas está sendo
- 1094 muito bem conduzida por cada coordenação.
- 1095 É voltando então, para o item de pauta, tendo superado essa apresentação prevista no regimento
- interno, eu queria dar início, então uma apresentação sobre o contrato de gestão a os contratos
- 1097 de gestão, na verdade, da agência nacional de águas, com as entidades delegatárias, e a
- 1098 aplicação dos recursos da cobrança naqueles comitês de rios de domínio da união, no qual a
- 1099 cobrança já tenha sido instituída.
- 1100 Essa apresentação acho que vai ser feita pelo doutor Volney, né isso, Volney, boa tarde.
- 1101 **SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** Boa tarde, tudo bem.
- 1102 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Tudo ótimo. É então,
- a gente vai ter então previsto uma apresentação da agência nacional de águas a ser feita pelo
- Volney e, na sequência, um debate, discussão para quem eventualmente queira fazer alguma
- contribuição ou tirar alguma dúvida sobre o relatório apresentado pela ANA. Por favor, Volney
- 1106 está contigo palavra.
- 1107 SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) Tá bom, obrigado Wilson, pela palavra eu queria fazer
- uma saudação a todos os membros aí do conselho, que estão participando na dessa reunião. Eu
- retorno aqui, eu acho que é a terceira vez que eu retorno para fazer uma apresentação sobre os
- contratos de gestão, doutor Humberto, aqui é o nosso superintendente aqui dessas, me designou
- para fazer essa apresentação. E apresentação que eu vou fazer, ela foi é baseada já num na
- primeira versão que a gente, acho que o mês passado já fez na própria CTOC, na Câmara
- 1113 Técnica de Outorga e Cobrança.
- 1114 Queria então, saudar nelas representante das ED's, que estão presentes, doutora Célia do Peixe
- 1115 Vivo, doutor Tiago ABA, eu já passei rapidamente o olho por aqui pela lista, tem mais alguém
- 1116 aí, por favor, desculpem aí não ter visualizado.
- Nossos representantes CBH's, que estão aí, viu o Waldemir, né presidente, Piancó Piranhas
- 1118 Açu. O meu mais novo presidente, aí eu queria saudar o João Ricardo Raiser, que é o novo
- presidente do Paranaíba, parabéns, fiquei muito contente com a tua eleição, o ...também PCJ.
- 1120 Então, assim a ideia é fazer uma apresentação trazendo aí esse processo que a gente faz
- periodicamente, no caso, é anualmente da avaliação dos contratos e trazer sempre algumas
- informações, de pra onde é que a gente está tentando desenvolver esse trabalho, que é um
- trabalho que a gente faz, não só dentro da ANA, na relação com a área de administração e
- finanças, com auditoria com a superintendência de planejamento, com a superintendência de
- implementação. Cada vez mais esse processo está ficando um processo sistêmico na ANA, que
- é muito importante, é antes ele historicamente era muito calcado só nas SAS, como também na
- relação com as ideias dos comitês, meu papel também, que nós temos aí do conselho nacional
- de acompanhar e de fazer sugestões, e abrir para aprimorar esse processo.
- 1129 Então eu vou colocar aqui uma apresentação, me dá licença, posso começar então com a
- apresentação? Vocês estão conseguindo visualizar, aí? OK!
- 1131 Então assim, começar é uma temática bem complexa, eu sempre faço uma primeira introdução
- com alguns aspectos mais conceituais e para contextualizar todo mundo. Então, nós temos aí,
- 1133 10 comitês de bacia hidrográfica interestaduais, 6 nós temos com cobrança implementada, que
- são aí São Francisco, Verde Grande, Doce, Paraíba do Sul, PCJ, e o Paranaíba, 3 não tem a

- 1135 cobrança implementada e a gente espera, que esse processo avance, no Paranapanema, no
- 1136 Grande. E no Piancó Piranhas Açu.
- E nós temos um comitê até a semana passada, nós fizemos uma rodada grande lá é na região
- para retomar a discussão da mobilização, que é o comitê do Parnaíba.
- Rapidamente, vamos passar só uma questão, reavivar a questão da legislação, como está na
- legislação essa questão dos contratos de gestão, nós temos uma lei 9433, institui a política
- nacional e cria o sistema de gerenciamento de recursos hídricos.
- Nós temos uma lei que é 10881, até porque, não foi instituída ainda as agências de bacia, que
- estão previstas na 9433, então a 1081, ela traz a previsão da parceria entre a ANA e agências
- delegatárias, com anuência do CBH, para execução de funções das agências, para isso, são
- feitas transferências a cobrança, que é feita pela ANA, a única, vamos dizer assim, função que
- não pode ser delegada, as entidades delegatárias, ela se faz a transferência desses recursos para
- 1147 entidades legatárias, que tem aí a função de fazer, prestar esses serviços, de secretaria
- 1148 executiva, administração financeira dos valores dos valores repassados pela ANA, e o suporte
- executiva, administração financeira dos valores dos valores repassados pela ANA, e o suporte
- na implementação do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica.
- E a ANA, em complemento, a própria 10881, prevê ela tem aí toda uma atribuição de definir
- resoluções e portarias para tratar da avaliação dos contratos, da prestação de contas, gestão
- patrimonial é um mundo, enquadramento despesas, que precisam ser definidos aí para que esse
- 1153 processo tenha sustentação.
- Rapidamente, nós temos aí os comitês e as agências de bacias, às vezes sem muito importante
- que uma das questões é que preocupava ANA, no início, ter uma clareza, na implementação
- dessas atribuições da 9433, muitas vezes dava muita confusão de comitê querendo desenvolver
- atividade técnica e às vezes a agências delegatárias querendo representar o comitê em reuniões.
- Esse processo é um processo que avançou muito, a gente tem hoje é o comitê e a agência, mais
- claramente nos seus papéis, o comitê ele decide e a agência propõe, executa. E relembrando,
- que as agências de água ainda não estão regulamentadas, e que o CNRH, tem feito a delegação
- por prazo determinado, baseado na 10881.
- A delegação de competência de funções de agência de água presente das delegacias, a única
- que não pode ser delegada, como já mencionei, é a questão da cobrança. Então, sempre a ANA,
- o comitê deixa propondo os valores, o conselho nacional aprova e começa a arrecadação, ANA
- emite os boletos, arrecadou recursos, isso passa por dentro do orçamento da ANA, esse recurso
- 1166 é repassado para a entidade delegatária.
- Para finalizar, então nós temos aí 10881, que prevê uma comissão de avaliação, essa comissão
- de avaliação, ela é formada pelos órgãos do governo federal, nós temos uma portaria a 52 que
- 1169 define as instituições, que instituí, e fala sobre as atribuições a composições da comissão de
- avaliação. Hoje ela é composta, por representantes da ANA, o Ministério do desenvolvimento
- 1171 regional, o Ministério da economia.
- E temos também, uma resolução importante que a gente deve estar revendo esse ano que é o
- manual operativo dos programas de trabalho, dos contratos de gestão que ele fala sobre o
- processo de avaliação. Então, tem uma série de aprimoramentos que a gente já fez, e essa
- 1175 resolução começa a precisar de atualização.
- 1176 Essa conversa não começa hoje, ela conversa bastante tempo, a experiência dos contratos de
- gestão, ela não é nova, nós dividimos aí conceitualmente, numa primeira geração que vai até
- 2020, que começa com o primeiro contrato lá com o Paraíba do Sul, que chegou a ter 16 termos
- aditivos, você ter uma ideia. E depois nós temos São Francisco, PCJ, a bacia do Doce, a bacia
- 1180 do Paranaíba e Verde Grande.
- 1181 A última que teve a cobrança instituída foi na bacia do Paranaíba, que o conselho agora teve
- um papel importante nesses últimos anos a com o intuito de garantir, a sustentabilidade, reviu

- 1183 fez uma revisão aí dos valores, o que tem garantido a sustentabilidade da entidade legatária e
- garantido recursos para investimentos, na implementação das ações do plano, porque se não
- 1185 tivermos recursos para investimento, os contratos de gestão começar a perder o seu sentido,
- objetivo do contrato de gestão não é sustentar a legatária, objetivo no contrato de gestão é em
- última, em última instância, a fazer os investimentos da implementação das ações do plano.
- Então aqui, com a gente pode ver, é os instrumentos, todos foram até 2020, e 2020 se entrou,
- 1189 começou uma outra geração. Essa primeira geração, toda passou por avaliação, todos eles
- 1190 foram avaliados aqui, vocês têm todo o histórico de avaliação, tudo está disponível aí no site
- 1191 da ANA.
- E também uma questão muito importante, todo esse primeiro ciclo, que concluiu até o exercício
- de 2020, está com suas contas aprovadas. A questão de conformidade, checada aí pela área de
- administração e finanças da ANA, pela área de auditoria e foi deliberada aprovado na unidade
- de diretoria colegiada. Isso é muito importante porque isso denota, esse cuidado, esse
- acompanhamento aí de todo o processo dos contratos de gestão.
- Essa primeira geração, nós tivemos muitos avanços, eu acho que adiante a gente vai pegando
- alguns pontos, mas também havia muitas críticas aí aos modelos de contrato. O próprio TCU,
- 1199 comissão de avaliação, auditoria da ANA, fizeram uma série de críticas durante esse período
- 1200 aí, que nós fomos recebendo, fomos avaliando e uma das críticas, por exemplo, era um certo
- desalinhamento que tinha entre o objeto do contrato de gestão que seriam execução daqueles
- serviços. E como isso se refletia no processo de definição dos indicadores, da própria avaliação,
- 1203 esses indicadores. Então, esse processo começou, a ser discutido no âmbito da ANA, da
- 1204 comissão de avaliação, da comissão de acompanhamento dos contratos de gestão, que é uma
- outra comissão, mais operacional que a gente tem no âmbito da ANA, e gerou um novo modelo.
- 1206 E junto com esse novo modelo, paralelamente, foi feito todo um processo de revisão dos
- normativos, que vão desde os procedimentos de prestação de contas até questões relacionadas
- 1208 a procedimentos de compra, contratação de bens e serviços, a questão de a contratação de
- pessoal, recrutamento de pessoal, enquadramento de despesa. Esse foi uma resolução 29, era
- 1210 muito importante, porque ela veio a dar mais clareza e segurança jurídica, as entidades
- delegatárias, aos comitês na utilização dos recursos da cobrança, e deixando mais claro o que
- que é custeio, o que que é investimento. Então, isso tem facilitado esse processo das entidades
- delegatárias, temos aí a resolução 53, que fala sobre ela inova sob o aspecto de os recursos que
- serem reembolsáveis. Até hoje, todas as aplicações de recursos são de uma forma, é não
- reembolsável. Então abre essa janela aí para trazer outros atores, outras instituições para essa
- 1216 aplicação dos recursos.
- 1217 E temos aí uma série de outras, portarias, resoluções que vão tratar desde a questão da gestão
- patrimonial, parece que não é relevante, mas são questões que demandam muito trabalho aí no
- 1219 acompanhamento dos contratos de gestão.
- O resultado foi um novo modelo de contrato que, a gente coloca e chama atenção para 3
- aspectos; primeiro essas cláusulas contratuais, houve toda uma padronização dessas cláusulas,
- a falta, a referência, os normativos, em vez de ficar repetindo os normativos todos dentro do
- contrato, definiu-se regras para aplicação financeira do recurso, cláusulas de penalidades na
- 1224 questão do processo decisório.
- Nós tivemos muita dificuldade no processo de rescisão do IBL, então isso são questões que já
- estão previstas nos novos contratos e com certeza vai ser aprimorar, com o tempo.
- 1227 Também trazemos aí uma ênfase maior nessas condições de aplicação dos recursos da
- 1228 cobrança, principalmente com essa referência clara ao plano de aplicação plurianual e a criação
- de um plano orçamentário anual, para aprimorar esse processo de planejamento aí do processo
- 1230 da aplicação dos recursos.

- E, em todos os contratos, então ele tem as cláusulas contratuais, nós temos 2 anexos, um anexo, 1231
- que é o termo de referência que ele especifica o serviço, esses serviços são os mesmos para 1232
- todos os contratos, então essa questão de secretaria executiva, gestão, gestão dos recursos, o 1233
- 1234 apoio técnico e o programa de trabalho, que esse traz, os indicadores e as metas que são, vamos
- 1235 dizer assim, balizar o processo de avaliação.
- 1236 Então, com isso, nós chegamos aqui nos contratos que estão em vigor, esse ciclo de contrato
- 1237 começou em 2021, então essa avaliação que nós estamos trazendo aí, a primeira avaliação que
- nós fazemos dentro desse novo modelo e nós temos aí um ciclo de 5 anos, que nós temos todos 1238
- 1239 os instrumentos até 2025, com a excepção do Verde Grande, que apesar de ser nós temos feito
- 1240 uma adequação do contrato antigo, que ainda é de 2017 ao novo modelo, como existe ainda
- uma questão de sustentabilidade financeira, que está em debate, que deve chegar a esse ano 1241
- 1242 ainda ao conselho nacional.
- 1243 Sobre a viabilidade desse contrato de gestão, a vigência do instrumento do contrato até 2023,
- embora a vigência da delegação deixa até 2026. 1244
- Discussão de nova delegação, a gente tem ano que vem, Paranaíba é a primeira aí que vai 1245
- 1246 precisar passar para um debate, processo de debate dentro do comitê Paranaíba a indicação da
- entidade delegatária, se for ABA, ela deve ver com o conselho nacional e o conselho nacional 1247
- deve deliberar sobre essa delegação. E aí, automaticamente o contrato ele continua vigente, se 1248
- não há necessidade de fazer um outro processo de rescisão e de transição para uma nova 1249
- 1250 entidade delegatária, que nem nós fizemos no caso do IBIO, para G12.
- 1251 Bom, os indicadores, estou trazendo para vocês aqui um pouco esse detalhamento, porque é
- justamente, eles vêm nessa lógica aí de atender uma série de demandas do TCU, da comissão 1252
- 1253 de acompanhamento de contratos, da própria auditoria da ANA, procurando deixar de trazer
- indicadores de caráter mais administrativo, verificar se por exemplo, se o regimento interno do 1254
- 1255 comitê está na página da internet, isso eram questões que no modelo anterior não avaliadas.
- 1256 Hoje isso já está dentro dos serviços que estão definidos dentro do contrato e a ideia é
- 1257 justamente trabalhar com uma perspectiva de indicadores que tragam, uma visão mais direta
- do que está sendo realizado, das ações que as entidades delegatárias da qualidade, do trabalho, 1258
- da qualidade delegatária está prestando pro comitê, para o comitê de bacia, um exemplo é, 1259
- antigamente a gente fazia uma consulta ao comité, é fazer uma pesquisa, perguntando se 1260
- gostava, se o trabalho está bem feito, e criava uma série de dificuldades. 1261
- Hoje nós temos critérios mais objetivos, como se os indicadores 1 e 2 aí, que tratam aí da 1262
- capacidade de planejamento, da entidade delegatária e do comitê que esse trabalho também 1263
- tem que ser de uma forma articulada entre a entidade comitê do planejamento, das reuniões, 1264
- das plenárias. 1265
- Então, essa capacidade de planejamento da agenda, então todo ano é aprovada uma agenda 1266
- anual de atividades, e se acompanha depois se essa agenda foi executada ou não. E a mesma 1267
- coisa é uma série de demandas comitê faz para a entidade delegatárias se essas demandas foram 1268
- atendidas ou não, são critérios bem objetivos. Esses são os indicadores 1 e 2, que são eles 1269
- procuram medir essas ações de apoio ao comitê de bacia hidrográfica, que no fundo, é o que a 1270
- 1271
- gente chama de secretaria executiva, e a gente tem esses 2 indicadores, um que avalia a
- capacidade de planejamento e o outro nível das entidades delegatárias, os 2 são peso um. 1272
- Vocês veem aí a performance das entidades legatárias de uma forma geral, ela foi um indicador 1273
- 1274 muito boa quero dizer, foi muito próximo, até porque nós prevemos aí um vamos dizer assim,
- o intervalo de 90 a 110% quem estiver entre nesse intervalo de 90 a 110% tem uma nota 1275
- 1276 máxima, porque também ninguém tem que ter bola de Cristal.

- 1277 Tem que ter um bom planejamento e a gente acha que uma margem de 10% foi que a gente
- desenvolveu aí, com as entidades delegatárias, e vamos dizer assim, ajustou o módulo para
- 1279 esse indicador.
- O indicador 2, que é o atendimento das entidades delegatárias... no indicador 2, onde a gente
- 1281 tem aí, o nível do entendimento delegatárias, a gente vê que houve uma oscilação um
- 1282 pouquinho maior. Onde a gente tinha uma meta de nós tivemos, aí é, as metas foram
- diferenciadas, quem define essas metas é o comitê de bacia hidrográfica, ele que aprova. E
- 1284 tivemos até as metas foram atingidas, na sua totalidade...
- OPA, conseguiram ouvir a parte anterior, deixa eu ver. Então assim, gente o indicador 1 e
- indicador, então o indicador 1 é o indicador não tivemos problema. As metas foram atingidas
- de uma forma geral, essas metas anualmente elas estão evoluindo. O indicado1, indicador 2,
- 1288 vão começar a ser mais exigentes.
- No indicador 3, nós fizemos um exercício que é de começar a construir indicadores de avanço
- 1290 de execução física, que era todo mundo sabe na hora que acompanhar é contratos e criar
- indicadores de execução física, a complexidade e a dificuldade, que é. Então, nós criamos um
- primeiro, indicador justamente para ir desenvolvendo esse trabalho, há várias mãos com o
- 1293 comitê, com as entidades delegatária e que ele mede, é o avanço do planejamento de
- determinadas ações do comité prioriza para monitoramento. Ele monta uma matriz e nós temos
- aí em 2022, 2023, 24 e 25, nós vamos ver, vamos medir aí se esse planejamento vai ser
- atendido, nessa evolução do avanço físico, vai ser realizado, vai ser igual ao percentual do
- avanço físico previsto. Tem sido muito interessante, participei de vários debates, aí num dos
- 1298 comitês, na hora de aprovar essa matriz e ajudou muito essa compreensão sobre o processo de
- 1299 planejamento, as questões relacionadas do PAPI. Esse indicador tem sido uma experiência
- interessante, ele é um peso um, mas é, vamos dizer assim, um ensaio que a gente traz, talvez
- um novo ciclo comece em 2025, a gente tenha mais indicadores de avanço físico.
- E, então, essa é mais ou menos a ideia com a ação A, B e C, você tem o previsto, e o realizado
- em verde e a ideia é, você vai a partir desse ano, agora que em 2021 a questão era montar a
- matriz, em 2022 nós vamos ver como é que esses indicadores aí vão acompanhar o processo
- 1305 de execução, aí dessas ações. E todos foram montadas as matrizes, então todos foram,
- 1306 atenderem aí esse indicador.
- No caso do indicador 45, a ideia é mais medir a execução, e aí, assim como a gente não tem
- 1308 como medir a execução é muito difícil medir com avanço físico, nós vamos ter que voltar,
- aquele modelo que a gente sempre utilizou, que era o modelo de medir desembolso. A gente
- tem algumas evoluções nesses processos que uma delas é que a gente está medindo um dos
- 1311 indicadores, ele mede o desembolso em ações finalísticas que é diferente você trabalhar
- gastando recursos para a reunião e gastando recurso numa atividade finalística.
- São 2, se tem 2 significados, 2 são importantes, mas o que é beneficia o usuário de uma análise
- é se eu estou tendo dinheiro que está sendo aplicado nas minhas ações finalísticas e aí nós
- temos, uma série de categorias, 3 categorias de ações finalísticas que são passíveis de aplicação
- de recursos.
- E esse processo aí que procura medir se nível e uma questão importante também é que nós não
- trabalhamos mais sobre o repasse anual. Historicamente, os indicadores eram baseados em
- repasse anual, mas o valor disponível no período que tem em caixa. Então, todos os indicadores
- esses indicadores, eles são relativos a disponibilidade de recursos em caixa, então se existe
- mais recursos em caixa, a meta, a mesma meta significa que você está desembolsando mais
- que o outro que tem menos recurso em caixa. E, a ideia, o que que é começar a atacar aquela
- questão que volta e meia aparece, que a gente sabe que é importante, que é o do saldo de não
- aplicar dos recursos, que eu vou depois tratar um pouquinho mais desse processo e o valor
- 1325 total.

- Então, nós temos esses indicadores, o 4 e 5, quanto mais, melhor né. Quanto mais desembolsar
- melhor e de uma certa forma, há tanto a AGEVAC, como o Paraíba do Sul, Verde Grande, São
- 1328 Francisco, PCJ e o Rio Doce atingiram essas metas. Quem teve dificuldade, principalmente
- que começou esse processo agora de maior arrecadação a partir de 2000 e 21, foi a ABA.
- 1330 A ABA, teve uma performance que não foi é satisfatório a questão da aplicação dos recursos.
- Então vocês vêm aqui, o que estava o resultado em relação à meta, existe uma relação grande,
- bem, tá bem alinhado e esse processo é um processo que nós notificamos o comitê, notificamos
- a ABA, e tem um plano de recuperação para isso. Depois, eu vou chamar um pouco mais
- adiante, atenção desse processo, mas o que a gente vê é que esses indicadores eles começam a
- 1335 ter um certo grau de significância, vamos dizer assim, para orientar o nosso processo de
- 1336 monitoramento de tomada de decisão.
- E por fim, nós temos 2 outros indicadores o 6, e 7 de eficiência, um de excelência. Um deles é
- muito, é, a gente também está testando que é esse é o indicador 6, que ele procura dimensionar
- o custo operacional das entidades delegatárias, e induzir a redução da pulverização das ações
- finalistas, quê que ele é, ele faz uma relação com custeio em relação ao que foi gasto em custeio,
- porque a gente sabe que tem uma limitação de 7,5% pela 9433, em relação ao valor
- desembolsado no período.
- Então, ele faz uma relação entre cada real que eu desembolsei, quanto saiu o meu custei, né?
- Porque muitas vezes você fica dentro dos 7,5%, só que você é investe pouco, e tem um custeio
- relativamente alto, você fica dentro do desses 7,5%, mas o custeio relativo é mais alto e você
- está o que está usando custei de um recurso, né, que você vai ter que melhorar a sua
- performance, a sua eficiência do gasto, para poder atender o que a legislação prevê de 7,5%.
- 1348 Então esse é uma questão importante, isso se relaciona muito não só a capacidade da
- delegatária, mas também a definição da carteira dos projetos. Existem projetos que tem custeio
- altíssimo e demanda enorme articulação institucional, e aí tem que haver uma composição de
- carteira que seja compatível, um dos problemas aí que a gente teve no e IBIL, é que a gente
- identificou um desalinhamento entre o curto e o médio, longo prazo. Entre o gasto de custeio
- e o desembolso, e esse processo foi um processo que começou a penalizar depois a execução
- do contrato.
- Então esse aqui, é um indicador importante, que traz essa visão aí de eficiência, para a entidade
- 1356 delegatária e o último é um de excelência, que tem relação com o atendimento das
- recomendações da auditoria, que tem feito um trabalho muito interessante de acompanhamento
- e muito extenso, até de acompanhamento da conformidade dos procedimentos das entidades
- delegatários e tem incorporado os processos de gerenciamento de risco, de integridade e de
- governança nos contratos de gestão. Então, isso nos traz aí uma outra dimensão de avaliação
- dos contratos que é muito importante.
- A performance das entidades delegatárias a gente vê em relação à questão do custeio, todos
- eles atenderam, a meta com exceção da ABA, que extrapolou.
- A ABA, justamente por ter tido problema de execução, financeira manteve um custeio normal,
- mas como executou pouco, deu uma relação, custeio desembolso muito alto. Então, essa aqui
- 1366 quanto menor melhor, nesse indicador.
- 1367 Isso aqui é importante, porque isso aqui nos ajuda a ver tanto o lado da capacidade operacional
- da entidade delegatária, como também a olhar para nossa carteira de projetos e a complexidade
- da carteira de projetos, que um caso como da ABA, que é recente esse processo de transição
- de uma secretaria executiva com uma entidade delegatária, e estrito senso aí, com toda essa
- complexidade de implementação das ações do plano, esse processo demanda uma montagem
- de uma carteira de projetos.

- E essa montagem de uma carteira de projetos você não faz 1 ano, essa montagem de carteira
- de projetos e a gente vê a experiência da Agevap, do PCJ, do São Francisco. Ela é montada
- longo de 5 a 10 anos no mínimo.
- Então, esse processo, ele não pode subestimar a complexidade e a dificuldade. Agora nós temos
- que ter capacidade operacional e, principalmente agora com a resolução 29, que facilita esse
- 1378 processo de enquadramento, de contratações finalísticas no 92,5, temos que fazer isso
- 1379 funcionando.
- Então, eu acho que são exemplos aí de como a gente tá tentando avançar nesses indicadores
- dos contratos, porque na realidade esses indicadores eles nos dão uma ideia de como esse
- processo do contrato está sendo ingerido, agora nós não estamos tratando aqui de resultados,
- depois eu vou falar um pouco mais de resultados de efetividade, que eu acho que é um outro
- desafio, e aí a gente precisa ouvir muito o conselho nacional também sobre essa discussão de
- 1385 efetividade.
- É, o resultado final foi esse, nós tivemos aí a Peixe Vivo com 9.6, no Verde Grande, a Agevap,
- a Paraíba do Sul 9.9, 9.6 Peixe Vivo no São Francisco, nós tivemos aqui a PCJ 9.3, a Doce
- com AG Doce tirou 10, conseguiu atender tudo e a ABHA, ficou com uma nota 4.9. Só que a
- gente se preocupa muito porque, é o contrato tem uma cláusula que prevê que 2 anos abaixo
- de 6, é está previsto a suspensão do contrato. Então, esse por isso que foi notificada a ABHA,
- e o próprio comitê da necessidade de um plano de recuperação que foi apresentado e que seja
- efetivado, para que a gente volte a um padrão compatível aí uma boa execução do contrato de
- 1393 gestão. Então, esse aqui foi o esse panorama geral da avaliação.
- Agora eu vou falar um pouquinho, mas tem algumas provocações aqui, sobre a arrecadação,
- repasse, planejamento e aplicação dos recursos da cobrança. Aqui, esse gráfico que ele é muito
- interessante quando a gente olha aqui, a gente vê com desde 2003, como é que está evoluindo
- aí o boletado, que aquilo que a gente manda, a cobrança no sentido mais amplo. O que foi
- 1398 arrecadar, quer dizer, então entre o boletado arrecadado tem uma diferença que a
- inadimplência, é e a gente tem visto que a inadimplência, ela nos últimos anos tem sido na hora
- 1400 de 10% também interessante, não tem tido grande inadimplência, não há uma grande
- 1401 resistência.
- O que foi repassado, isso aqui depende da ANA, ter orçamento, de uma forma geral, nós temos
- tido orçamento, que tem nos atrapalhado as vezes são algumas questões, como a gente teve no
- 1404 IBIL, que houve problemas de que não tinha como fazer o repasse anual e a gente perdia o
- orçamento porque o contrato, estava congelado. Então, a gente teve ficar com recursos e isso
- 1406 gerou aí um certo acúmulo de recursos durante o período, depois foi repassado, tem aí no
- residual que a gente está tentando passar esse ano e o desembolsado.
- 1408 O interessante de ver, é que o desembolsado o ano passado chegou a 93 milhões, foi o maior
- 1409 nível de desembolso que a gente teve até hoje. Nós tivemos um desembolso de 93, e uma
- 1410 arrecadação da ordem de 102 milhões.
- 1411 Então assim, esses números aqui eu acho importante vocês verem que nos passam anos aqui
- 1412 2010 a 2017, praticamente uma faixa de 60 milhões por ano, a partir de uma decisão do
- 1413 conselho nacional, e aí e de um debate que a ANA, ajudou a provocar, junto com as entidades
- 1414 delegatárias do comitê nós, nos últimos anos, tivemos uma evolução. E isso tem sido muito
- importante, porque isso aqui são os repasses financeiros que a ANA, fazia da fonte 183 para
- 1416 apoiar as entidades delegatárias. Nós chegamos a ter quase 3 milhões e meio, por ano de
- 1417 repasse, para poder sustentar esse sistema.
- 1418 E vocês veem que a partir daqui isso cai drasticamente, nós temos hoje algo abaixo de 500 mil
- de repasse, o ano passado 2021, nós tivemos que fazer um repasse para o Paranaíba, que ainda
- 1420 não tinha começado a arrecadar os novos valores, então houve um repasse da ordem de 300
- mil a 400 mil reais.

- E esse ano nós vamos ter um repasse em 2021, também na ordem de menos de 500 mil para o
- 1423 Verde Grande, que esse é uma discussão maior, que é a questão da sustentabilidade.
- 1424 Todas as delegatárias hoje, nas suas bacias, com exceção do Verde Grande, tem
- sustentabilidade financeira. Então, esse aqui eu acho que é um grande... isso dá autonomia
- realmente para os comitês tocarem a sua política no âmbito das bacias hidrográficas, fazerem
- as suas implementações nos seus planos, independente de recursos adicionais dotados pelo
- 1428 governo. Eu acho que esse gráfico aqui ele mostra aí o sucesso dessa estratégia... Nós temos as
- delegatárias, e nós temos dinheiro para investimento, que é o outro lado agora, que eu vou
- 1430 comentar. Aqui, vocês veem...
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Queria só te alertar
- para o tempo. Pra você já ir passando, tá ok?
- SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) É, eu vou já concluindo, é rápido, a parte mais difícil era
- 1434 outra, é essa aqui é mais tranquila.
- 1435 É aqui para vocês terem uma ideia, eu tenho mostrado esse gráfico periodicamente, nós temos
- 1436 aqui o repasse, desembolsos, saldo. Vocês vêm como repasses, com os rendimentos, tem
- aumentado, o desembolso tem aumentado e esse saldo ele tem aumentado, ele tem mantido
- mais ou menos, vamos dizer assim, estável.
- Nós tivemos agora justamente esse desalinhamento aí que a gente teve com e IBIL, e com
- 1440 Paranaíba, que durante um tempo também ficou com o contrato suspenso porque não tinha
- sustentabilidade, isso prejudicou um pouco o planejamento.
- 1442 Então assim, houve um leve aumento aqui do desembolso, e desalinhou esse tempo, nós
- tivemos o repasse agora com a mudança da entidade delegatária no Doce, recursos que nós
- 1444 tínhamos no IBIL, voltaram.
- Então, nós tivemos que achar o orçamento de novo para fazer esse repasse e esse processo aqui,
- a gente espera que a partir do ano que vem esteja mais estabilizado.
- Própria questão da Sabesp, que houve uma discussão sobre o valor da cobrança, ficou durante
- 1448 3, 4 anos, sem repassar o recurso, nós tivemos um acordo e vai ter agora um repasse de 20
- milhões pro PCJ, que deve entrar logo e que isso também, essas intercorrências aí, no fluxo de
- recursos, nos atrapalham, no processo de planejamento e isso impacta um pouco essa questão
- da utilização do desembolso dos recursos.
- Mas o foco dos novos indicadores, principalmente os 4 e 5, é justamente trabalhar a redução
- desse salto. É muito da discussão do plano plurianual que a gente está tentando fazer agora,
- que nós estamos estabelecendo metas, que são articuladas com a disponibilidade de recursos
- para os próximos 5 anos.
- E a ideia, o importante é ver se verdinho aqui, a gente está trabalhando para que esse verdinho
- chegue em 2025, entre 1 e 2 arrecadações de salto do sistema, seria chegar em torno de uns
- 1458 200 milhões de salto, porque eu não posso acabar com todo o dinheiro, até porque, como é que
- eu vou terminar com o dinheiro pro ano que vem sem ter arrecadado, até porque a arrecadação
- só começa em maio, junho do ano subsequente. Então, sempre tem que ter um saldo, e esse
- saldo é determinado pelo comitê também. Isso é uma é um processo agora de modulação, que
- a gente vai começar acompanhar mais de perto essa relação da execução do PAPI, como que
- 1463 isso vai ser monitorado, e tem elementos interessantes para todos aí, que eu acho, todo mundo
- 1464 vai poder acompanhar, a gente está tomando algumas iniciativas que vai facilitar o
- acompanhamento dessa aplicação dos recursos.
- Primeiro, a geração de contratos teve uma transferência de 779 milhões, houve um desembolso
- de 645, e houve um saldo de 250. Uma boa parte desses saltos são rendimentos, que foram
- recursos não aplicados, principalmente naquela fase inicial lá até 2012, por aí que tinha, antes
- dos termos suplementado, primeiro modelo de pacto, e havia também uma taxa maior, de

- 1470 remuneração das aplicações financeiras, a segunda geração de contratos, essa aqui que nós
- estamos trabalhando em 2021 a 2025, a gente está trabalhando com 850 milhões de recursos,
- 1472 até 850milhões de recursos, e esses recursos então são fruto desse acompanhamento aí que a
- vou falar um pouquinho agora por diante, mas para diante da aplicação.
- 1474 Um medo nosso sempre é evitar o desalinhamento entre arrecadação e o orçamento federal até
- agora, não tem tido nada, a gente tem de forma geral conseguido repassar tudo o que tem
- entrado, mas é uma grande preocupação, viu Wilson? E aí essa questão de porque toda a nossa,
- 1477 legitimidade nesse processo vem da nossa capacidade de ter capacidade orçamentária para
- 1478 repassar aquilo que arrecadar.
- 1479 Então é a ANA, tem tido feito todos os anos esforços junto ao Congresso Nacional, com apoio
- do MDR, para viabilizar o orçamento compatível com os repasses. Esse ano a LOA deu 170
- 1481 milhões, quase até porque previa já essa questão dos repasses. Aí que a gente deveria fazer
- 1482 para o IBIO.
- 1483 E tem também alguma coisa do Paranaíba, e tem mais algum outro que eu não me lembro qual
- 1484 é do Doce, isso do doce não é IBIO, mais é do Doce.
- Exemplos de ações realizadas, eu vou passar rápido aqui, só que eu já passei alguns no ano
- passado. Tem uma lista enorme, eu acho que uma das questões importantes aí, o Wilson é,
- mais adiante trazer as entidades delegatárias do comitê para falar sobre a execução, que eles
- 1488 têm mais propriedade do que nós para falar sobre a realidade da bacia, sobre a estratégia.
- Eu acho que isso é um debate importante para a gente ver principalmente a questão de como
- 1490 essas políticas se relacionam. O próprio de uma forma geral, no governo, a gente sabe que tem
- a presença de todos dentro do comitê, mas trazer isso até para alimentar daqui a pouco a própria
- 1492 agenda do conselho nacional.
- Existem questões que, acho que precisam de aprimoramento, a gente tem que ter alguma leitura
- e suas prioridades, desafios para fazer esse modelo que tem andada e tem feito avanços, mas
- que precisa melhorar muito ainda para chegar aonde a gente quer que chegue.
- Na questão do PAC, rapidamente aqui a gente criou toda uma metodologia de impacto que é
- justamente para possibilitar esse acompanhamento da execução do plano, entre outras coisas,
- porque o PAPI, o que que é? São aquelas são ações do plano que o comitê aloca recursos da
- 1499 cobrança para ser executado. Então, as todas as ações do PAPI, são ações que estão no plano
- de uma certa, não tem como não ser isso, que a 9433, prevê que a gente tem que ter autorização
- do comitê para utilizar o recurso, tem esse plano de aplicação.
- 1502 Então é esse PAPI, ele tem, a gente tem trabalhado junto com as ED, e o comitês nessa
- 1503 formatação e estamos criando, tem essas finalidades da gestão de recursos hídricos, agenda
- setorial, apoio, que trazem as ações finalísticas e o item 4, que é a manutenção do comitê, e da
- entidade delegatária, que é o 7,5%.
- 1506 Então está claramente hoje dividido em todo o planejamento e aí fica muito mais fácil de
- 1507 acompanhar e ainda temos indicadores no contrato pra não deixar esse processo perder
- 1508 governabilidade.
- 1509 E aqui, quem quiser acompanhar a execução dos contratos, nós temos aqui o todos os links
- 1510 aqui, porque tem muita coisa interessante que as entidades delegatária do comitê, estão
- 1511 desenvolvendo.
- 1512 Tem aqui o eu só aproveitei para trazer aqui a questão do relatório de gestão do relatório de
- avaliação, que esses documentos, eles já estão disponíveis no site da ANA, mas aqui para
- 1514 facilitar o acesso de vocês.

- 1515 Mas nós temos aqui, o link para os sistemas de informação que as entidades delegatárias estão
- estruturando e todos esses sistemas, eles estão se estruturando em cima desse modelo que eu 1516
- 1517 apresentei, ele para vocês.
- Então, fica fácil de entender e de comparar até entre bacias, se a gente quiser. 1518
- 1519 A no Doce, como Doce ainda, ele é recente, ali o contrato, estão aí na estruturando o PAPI
- online, a Agevap, já tem na bacia do Paraíba. Temos aqui na bacia do PCJ, também a gente 1520
- não tem... Depois até o André, não eu se Cesar tá por aí, nós não temos um sistema online, 1521
- 1522 mas eu tenho lá toda a parte registrada em relatórios. O Paranaíba também está com PAPI em
- construção e a Peixe Vivo, tanto no Verde Grande como São Francisco, tem já um até um 1523
- Power bi, está muito interessante de acompanhar que vocês têm aqui o exemplo do PCJ, vocês 1524
- 1525 têm aqui o exemplo do Paraíba do Sul, você tem aqui os recursos totais comprometidos, o que
- que está executado. Aqui tem aquela estruturação, de gestão de agenda setorial. Então, tudo 1526
- 1527 isso aqui está organizado, vocês podem consultar.
- O POA, aqui eu tenho o por 2021 do São Francisco, vocês veem aqui o que foi planejado, o 1528
- que foi executado, são 146 ações, então é um mundo de ação. É interessante ver esse processo 1529
- e registrando esse processo, como é que ele pode desenvolver e como é que ele pode ser daqui 1530
- a pouco mais eficiente efetivo. Então, esse uma grande experiência, parabéns aí a Peixe Vivo 1531
- ao São Francisco, por ter estruturado esse Power bi, recomendo a todos que entre no site e 1532
- acompanhe. 1533
- 1534 São questões, são ferramentas, que são sendo construídas. Então, eu acho que é muito bom
- 1535 fazer o debate sobre elas, mas elas já auxiliam bastante o processo de acompanhamento de
- 1536 tomada de decisão.
- Mesma coisa do Verde Grande, chama atenção Verde Grande, só que a quantidade de recursos 1537
- que a gente tem, um recurso muito pequeno. E que isso gera investimentos baixíssimos e que 1538
- a gente às vezes fica vendo, né? A gente tem que avançar nesse processo para justificar um 1539
- 1540 contrato de gestão, porque sem execução, é difícil ter um contrato de gestão, aí temos só uma
- 1541 secretaria executiva do comitê.
- 1542 Comentários finais, boa performance das entidades delegatárias em 2021, com excepção da
- ABHA, que apresentou um plano de recuperação desempenho. O novo modelo é atendendo a 1543
- recomendações do TCU, da comissão de avaliação, de autoria interna, estamos implementados, 1544
- foi o primeiro ciclo de avaliação que a gente teve em 2021. 1545
- 1546 O novo PAPI, que acho que esse é o grande avanço, e a gente está no nucleando, tanta área de
- 1547 planejamento, como na área de implementação da ANA, no acompanhamento.
- 1548 O foco agora é de sair um pouco dessa burocracia e entrar um pouco mais nessa questão da
- 1549 execução, dos resultados. A questão do arcabouço normativo para dar segurança jurídica para
- 1550 as entidades delegatária e seus contratos de gestão. E uma modificação que a gente está fazendo
- agora na resolução 15, deve fazer esse ano onde a gente está colocando um anexo lá que vai 1551
- 1552 trazer mais foco pra essa questão dos resultados advindos da aplicação dos recursos. Então, a
- gente está elaborando, amanhã mesmo nós teremos reunião com todas as entidades 1553
- delegatárias, para aprovar esse novo modelo aí pra colocar na resolução 15, e também atender 1554
- 1555 toda essa questão aí das normativas de regulamentação, aí que a gente tem que de impacto
- regulatório. 1556
- 1557 Então, tem que fazer esse debate público, a gente está fazendo e por fim, aí o monitoramento,
- a avaliação dos novos contratos com foco em resultados que a gente quer cada vez mais 1558
- deslocar para esse processo. E aí eu acho, Wilson, que o conselho pode ajudar um pouco a 1559
- 1560 gente a construir alguma coisa dentro dessa linha, ok! Gente, muito obrigado aí pela atenção,
- desculpe-me se eu estendi um pouco. 1561

- 1562 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Quase impossível,
- conseguir então pouco tempo, consolidar a análise de 6 contratos, de gestão. Mas você fez 1563
- muito bem, acho que ficou muito clara sua apresentação, Volney. 1564
- E, aí eu queria, já na sequência, abri a inscrição para comentários, perguntas é sobre esse tema. 1565
- 1566 Primeiro escrito é o Clímaco. Por favor, Clímaco. Eu queria pedir pra gente agora seguir um
- tempo rigoroso que acho que todos estão ansiosos para discutir o próximo item de pauta 1567
- também, que é o marco hídrico. Então, vamos lá, por favor, Clímaco. 1568
- SR. JOÃO CLÍMACO SOARES (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) É, eu 1569
- 1570 queria cumprimentar o Wolney, pela apresentação. Ela foi sim, uma síntese bem competente
- da realidade com as agências. Eu queria perguntar, Wolney, como é que se estabelece a política 1571
- de salários das agências, como é isso é definido, e como é que isso é tramitado? A outra 1572
- pergunta é sobre esses projetos, esses programas de apoio que a ANA, faz tipo pro gestão, esses 1573
- 1574 repasses que acontecem são no sentido de incentivar e melhorar a eficácia do sistema na ponta,
- 1575 se isso entra, se isso passa pela bacia, pela agência, quando o comitê tem agência, ou tem outra
- solução e isso entra em qual orçamento, em qual rubrica? Basicamente, são essas duas questões 1576
- 1577 e quando esse recurso ele sobra, o quando ele não é aplicado, e eu estou falando desses projetos
- de programa de apoio, como ele é tratado nessa dinâmica de gestão que a ANA, faz ao longo 1578
- de recursos. 1579
- SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) Vamos lá Clímaco, obrigado pela pergunta. A primeira 1580
- coisa, eu acho que tá dando retorno... aí em algum telefone, o microfone ligado... 1581
- A primeira coisa, a questão de política de salário das ED's, é das ED's, o que a ANA define é 1582
- uma quantidade de recursos que pode ser apropriado do contrato de gestão. Então, no âmbito 1583
- contrato de gestão, existe uma limitação, ali é de apropriação de recursos, salário que quiser 1584
- dar para qualquer funcionário da ED, quem define é a entidade delegatária. 1585
- 1586 Então, a gente tá até agora discutindo internamente na ANA, justamente essa questão do valor
- de apropriação, que vai se reajustar, até porque faz mais de 2 ou 3 anos que não se reajusta esse 1587
- valor, e isso pode inviabilizar até os contratos, porque a gente começa a ter uma independência 1588
- 1589 dos contratos em relação a essa disponibilidade.
- Agora, a ANA, não define é o salário, porque às ED's, tem vários contratos, elas podem fazer 1590
- 1591 um rateio desse salário em função da própria aplicação desse funcionário, como é que distribui
- as horas pessoas que estão disponíveis em função dos contratos. 1592
- 1593 Então, isso é está previsto nas próprias resoluções, isso é uma questão das entidades delegatária
- 1594 o salário, o que nós prevemos é um limite de apropriação no âmbito do contrato de gestão.
- 1595 Em relação ao pro-gestão, é mais especificamente quer dizer pro-gestão, ele é uma doação, um
- programa de metas é uma doação que se passa para os estados um valor em função do 1596
- atendimento das metas. E vamos dizer assim, de forma geral, nós temos hoje, pelo que eu 1597
- 1598 peguei os dados do pro-gestão, em torno de 70% que foi repassado foi aplicado. Acho que é
- mais ou menos esse processo, essa questão da aplicação dos recursos, ele é esse recurso é dos
- 1599
- estados, que cabe aos órgãos gestores fazer aplicação e o planejamento da aplicação dos 1600
- 1601 recursos, é responsabilidade dos órgãos estaduais, aí no caso do pró-gestão.
- 1602 Eu não sei se era essa pergunta, porque não há residual, a ANA, quando atinge a meta se atender
- 1603 os e 80% da meta, recebe 80% do recurso. E aí, é esse recurso é repassado pro órgão estadual.
- 1604 O órgão estadual é que faz a aplicação dos recursos.
- SR. JOÃO CLÍMACO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) E quando eles não 1605
- conseguem aplicar ele é devolvido, quando não consegue aplicar, é devolvido esse valor? 1606

- 1607 **SR. VOLNEY ZANARDI** (ANA) – Não, é uma doação. Esse recurso é deles, e existem metas
- no próprio contrato, que permite que penaliza uma performance é inadequada de aplicação dos 1608
- recursos. Existem critérios também para isso. 1609
- E nós estamos trabalhando agora, deve começar uma discussão, pro-gestão já teve o primeiro 1610
- 1611 ciclo já está encerrando o segundo ciclo, e a gente deve estar reabrindo aí uma discussão, agora
- em julho, ainda com os comitês sobre como vai ser o terceiro ciclo, que a diretoria da ANA, 1612
- recentemente autorizou aí a gente continuidade desse debate, como as entidades. 1613
- 1614 Então, a gente deve retomar em julho, agora esse debate como vai ser essa formatação do
- terceiro ciclo desses estados que estão encerrando agora. 1615
- SR. JOÃO CLÍMACO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) Qual o valor 1616
- médio do salário dos diretores de agência? 1617
- SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) Eu não sei, eu sei que pode apropriar do contrato hoje até 1618
- 15 mil, que é o equivalente a um superintendente da ANA, pode apropriar, isso não quer dizer 1619
- 1620 que seja o salário, o que pode apropriar do contrato é isso.
- A nossa preocupação é de manter o contrato com um equilíbrio financeiro no custeio, por isso 1621
- que a gente limita essa apropriação, e isso está sendo revisto, porque também eu tenho que ter 1622
- 1623 funcionários competentes, capacitados.
- Agora, esse processo da definição do salário, nós não sabemos. Nós sabemos o quanto é 1624
- apropriado do nosso contrato o limite é 15 mil para dirigente, e para técnico em torno de 8 ou 1625
- 9 mil, alguma coisa assim. 1626
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ok! Que é definido 1627
- 1628 teto, em outras palavras...
- **SR. VOLNEY** (ANA) Teto de apropriação do contrato, salário... 1629
- 1630 SR. JOÃO CLÍMACO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE - FONASC) – Muito obrigado.
- SR. VOLNEY (ANA) Por nada a disposição. 1631
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Doutor Wanderley, por 1632
- 1633 favor! Boa tarde.
- SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) -1634
- Boa tarde, Wilson. Boa tarde, Wolney. Primeiro, parabenizar aí pela apresentação e pelo 1635
- 1636 trabalho, acho que estamos avançando, fico muito feliz. A transparência e lembrando que nós
- temos que prestar contas à sociedade mesmo, nós estamos aqui para trabalhar para a sociedade. 1637
- Volney, se você me permite, você citou a Sabesp, eu como representante dos prestadores de 1638
- 1639 serviço, para deixar claro para os outros colegas conselheiros, não é que a Sabesp não estava
- pagando. Sabesp estava pagando o que entendia devido, e foi judialisada a ação, e agora entrou 1640
- num acordo e a Sabesp, está pagando. O jeito foi falado da impressão que é Sabesp, estava 1641
- 1642 inadimplente, Sabesp não estava inadimplente.
- Estou falando isso representando os prestadores de serviços. Volney, deve saber disso com 1643
- 1644 certeza, claro, mas é que passa uma impressão de que as companhias de saneamento não estão
- pagando. Pelo menos Sabesp, eu acompanhei esse processo de perto isso tudo que eu estou 1645
- falando é uma coisa muito pequena, perto da grandiosidade da sua apresentação, Volney é só 1646
- 1647 queria pontuar isso daí que não existe inadimplência.
- SR. VOLNEY ZANNARDI (ANA) Desculpa, se eu dei a entender isso, não de maneira 1648
- 1649 nenhuma. O que eu tentei deixar claro, é que houve uma disputa que foi jurídica e legítima.
- E que se chegou agora a um acordo, é e que a Sabesp de uma maneira muito compreensiva até 1650
- 1651 repassou o que não tem, vamos dizer assim como é que se diz o no que não tem dúvida, sobre
- 1652 isso? O que é devido e aquilo que está em disputa.

- Desculpa...de maneira nenhuma, tem muitos amigos na Sabesp não foi essa a intenção.
- SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) -
- 1655 É, só como representante, queria deixar claro que existe um esforço das prestadoras de serviços
- também de pagar e o que não é fácil. Você sabe, todos nós sabemos, né?
- 1657 SR. VOLNEY (ANA) Com certeza. Boa parte as empresas de saneamento têm dado um
- apoio enorme nesse processo aí de cobrança.
- SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) -
- 1660 É desculpa aí, Wilson. A cobrança da reunião, eu sou, só queria primeiro parabenizar e pontuar
- é o esforço das prestadoras de serviços também. Muito obrigado, viu! Parabéns, Wolney!
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ótimo, feito o registro.
- Acho que agora até passar a palavra pro Germano, imagina até Germano que no próximo
- relatório já tem o Grande também incluído, eu imagino, mas acho que não é essa sua palavra.
- 1665 Por favor, Germano, boa tarde.
- 1666 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 1667 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) Boa tarde a todas, a todos. É Volney, muito legal que
- se apresentou muito legal mesmo. Eu acho que essa a qualidade de como é que a gente usa o
- recurso público é fundamental, com eficiência, com eficácia. Então, esse escapismo que você
- 1670 apresentou indicadores de qualidade, indicadores de produtividade, de efetividade de
- capacidade, indicadores estratégicos, eles têm ainda mais evoluído dentro dos comitês. Eles
- podem evoluir ainda mais daquilo que foi apresentado por você, que já é excelente.
- 1673 Então eu quero aqui mostrar do ponto de vista do Grande, o nosso reconhecimento por esse
- trabalho que a ANA, fez e vai ajudar muito, muito mesmo.
- SR. VOLNEY (ANA) Só pra registrar que esse trabalho realmente ele é feito em equipe, é
- 1676 feito em articulação com os comitês e com as entidades delegatárias, esse é um trabalho que a
- gente está construindo, conjuntamente e tem muito para melhorar.
- A gente quer ver se a gente coloca um outro patamar pro terceiro ciclo de contratos para gente
- espera ter aí muito mais presentes a questão da efetividade dos produtos. Para visualizar isso
- 1680 nos contratos.
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) O próximo inscrito
- 1682 aqui é João Ricardo. Boa tarde!
- SR. JOÃO RICARDO (CBH PARANAIBA) Boa tarde, Wilson. Boa tarde a todos os
- 1684 conselheiros, e conselheiras do CNRH. É agradecer ao Volney, a lembrança da nossa eleição
- recente aí, semana passada para a diretoria do comitê do Paranaíba, estão pegando um grande
- desafio. É, e só pra reforçar, as palavras do Volney, é entendendo aí o andamento das ações e
- alguns problemas que a gente teve na execução das atividades pela agência de bacia, que está
- dando suporte aqui ao Paranaíba, como entidade delegatária, e dizer que a gente já está
- 1689 resolvendo alguns desses entraves, nós já provamos algumas deliberações agora nessa última
- 1690 reunião é que vão ajudar a destravar esse processo. Para que a gente consiga chegar aí ano que
- vem é quando nós vamos discutir junto e apresentar a demanda ao CNRH, para a renovação
- do contrato de gestão, a gente possa estar com essa agência funcionando da forma adequada, e
- garantindo a aplicação dos recursos, e como foi visto aí também tentar avançar também.
- 1694 É pra trazer um pouco mais de clareza e transparência para a sociedade na aplicação desses
- recursos, uma coisa que a gente já colocou no nosso radar aqui, tem outros mais 2 colegas aqui
- também da diretoria que estão acompanhando a reunião para que a gente já consiga também
- desenvolver ferramentas nesse sentido.
- 1698 Então, só pra reforçar que a gente já está atuando aí junto com a ANA, pra também com a
- agência de bacia para solucionar esses problemas que foram percebidos. Obrigado secretário.

- 1700 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Bem, obrigado e
- parabéns pela condução lá no comitê do Paranaíba, desejo muito sucesso na frente do comitê.
- 1702 É, e Alexandre Vilela, por favor.
- 1703 SR. ALEXANDRE VILELLA (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FIESP) -Obrigado,
- Wilson. Boa tarde! Cumprimentar também todos os nossos amigos membros, parabenizar,
- Wolney, toda equipe da ANA, a gente tem acompanhado de perto aqui no conselho, mas
- 1706 principalmente no dia a dia dos comitês, dessa evolução.
- E se a gente olhar para os estudos da OCDE, as próprias discussões da CTOC, acho que o
- usuário pagador, Wanderley colocou muito bem o que mais quer é ver esse recurso aplicado e
- 1709 transformando a bacia.
- 1710 E muitas vezes, tenta se imputar essa responsabilidade de gerar todos esses indicadores, ao
- 1711 contrato de gestão, e ele tem limitações. Ele pode ser um instrumento de fomento incrível nas
- 1712 regiões, mas ele tem muitas limitações.
- O próprio plano de bacias, quando não dá diretriz clara, ou o relatório de situação que não
- 1714 consegue avançar, para indicadores seja acompanhar a aplicação e efetividade dos recursos da
- 1715 cobrança só com indicadores financeiros é ou unitários de projetos concluídos ou não.
- Eu acho que esse é o desafio para a terceira geração dos contratos, de fato, dá usuário pagador
- e a sociedade a efetividade, muito além de contratos finalizados ou não, de recursos por ou
- 1718 percentuais do desembolso em relação ao arrecadado. Mas eu acho que esse é o caminho, e eu
- acho que juntos aqui no conselho, né? O Wilson, com a revisão da resolução dos planos, é as
- 1720 questões dos relatórios de situação e o próprio conjuntura, e nos estados eu acho que esse é a
- demanda dos setores, usuário pagador, ou seja, que a efetividade da cobrança se converta em
- de fato quantidade e qualidade desses indicadores estejam claros. Além daqueles que o contrato
- de gestão tem conseguido trazer na esfera mais é financeira e econômica, que eu acho que a
- gente já evoluiu bastante. Eu agradeço a Wilson, boa tarde.
- 1725 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Muito bem. Obrigado
- 1726 Alexandre pelos comentários. Acho que com isso, acho que queria agradecer mais uma vez ao
- Wolney, pela apresentação. Nós vamos disponibilizar, deixá-las disponível lá no link do nosso
- site, entre os documentos técnicos dessa reunião de hoje, assim como um relatório e todos os
- documentos encaminhados pela ANA, a Secretaria executiva, que já também foi compartilhado
- 1730 com os conselheiros. É, agradeço aí a todas as contribuições e gostaria de passar então, para o
- item de pauta seguinte, avanço...
- 1732 **SR. VOLNEY ZANNARDI**(ANA) Obrigado.
- 1733 Então, Wilson, eu vou encaminhar a minha apresentação para Roseli então tá! Obrigado.
- 1734 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Por favor, Volney.
- 1735 E nós vamos compartilhar ela com os conselheiros.
- 1736 É, gostaria de dar início agora, faltando 1 hora da nossa reunião para o item de pauta seguinte,
- que é a discussão sobre o PL 4546 de 2021. E nós preparamos ao longo do primeiro semestre
- 1738 algumas ações, secretaria, não vou dizer a secretaria executiva, mas o MDR, se pôs à disposição
- para debate. É, seja em meios físicos a presencial ou online de uma série de eventos que
- ocorreram aí ao longo do primeiro semestre para discutir o PL 4546. Desenvolvemos um
- seminário Internacional que foi feito, se eu não me engano, foi dia 9 de fevereiro. Acho que
- boa parte dos senhores senhoras puderam acompanhar ou participar presencialmente o
- seminário que foi muito interessante e nós disponibilizamos uma consulta, é no site do CNRH,
- para manifestação, seja dos conselheiros ou da sociedade civil em geral, é sobre o aspecto do
- 1745 PL 4546.

- 1746 Essa consulta ficou disponível no site do CNRH, até agora é dia 15 de junho, e ela foi
- 1747 estruturada de forma a facilitar a leitura do PL.
- Porque o PL quando a gente fala dos capítulos iniciais, é com relação a instituição da política
- de infraestrutura hídrica, ele é de uma leitura complexa, porque, afinal de contas, é um texto,
- 1750 não é um texto curto. Mas uma leitura é linear, eu diria, quando a gente chega nas disposições
- transitórias, que no momento em que são inseridos dispositivos novos na lei 9433 ou na lei de
- instituição da ANA, é importante fazer a leitura do PL com a lei original do lado, porque o PL
- traz só os textos das revisões ou das novas disposições.
- O que a gente tentou fazer no formulário estruturado até pela servidora Liliana, da equipe do
- Anderson, foi muito bem conduzido por ela, esse formulário foi é disponibilizar de uma forma
- em que a leitura das alterações na 9433, também ficassem linear.
- 1757 Então, para quem teve a oportunidade de abrir o formulário, analisá-lo e colocar as
- 1758 contribuições ali, pôde ver que, sobre os aspectos das mudanças na 9433, por exemplo, é se
- destacou aquilo que se eventualmente suprimiria e os dispositivos novos sempre marcados em
- 1760 vermelho.
- Então eu acho que as de ajudou a leitura, a do PL com relação às alterações do 9433. Pelo
- menos essa foi a nossa intenção de facilitar para o usuário a leitura das alterações do 9433, e
- 1763 nós recebemos algumas contribuições ao longo desta consulta e eu gostaria que o Anderson
- 1764 fizesse de forma muito breve.
- Anderson, eu queria que você fizesse em 7 minutos a apresentação, porque acho que o que é
- importante é, nós discutimos agora aqui no plenário o tema.
- 1767 Então, vou contabilizar seu tempo aqui.

1768 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- 1769 Beleza, Wilson.
- Já vou compartilhar, então a minha tela, que já está contando o tempo. Mas é possível sim,
- porque a, na verdade, colocar aqui na tela cheia...
- Na verdade, a própria apresentação vai ser disponibilizada, para todos os conselheiros e estar
- 1773 autoexplicativa, nossa proposta aqui é apenas apresentar um resumo, uma pincelada das
- 1774 contribuições que a gente recebeu e mais uma análise quantitativa mesmo das contribuições.
- 1775 Então, como Wilson, falou vai estar disponível na documentação dessa reunião.
- 1776 Então, o caminho que percorreu Wilson, já também comentou lá, a partir da final de 2021,
- 1777 tivemos essa menção no próprio conselho. E foi decidido que é seria feito, seria necessário a
- 1778 realização de seminário.
- 1779 Então, não foi feito apenas um seminário, em 2 seminários. Um aqui no âmbito do CNRH, e
- também em março, foi 9 de março, Wilson, a apresentação lá no Congresso Nacional, foi um
- 1781 seminário Internacional como, Wilson falou.
- Foi bem interessante, recebemos também algumas contribuições importantes que a gente
- apresenta aqui, no final deste documento. E teve então o lançamento do formulário, ficou
- aberto de fevereiro até 15 de junho, recebemos algumas respostas e aqui o processo de
- 1785 consolidação via esse formulário que achamos bem pertinentes apresentável de forma bem
- 1786 sucinta para vocês hoje.
- 1787 A estrutura do PL todos já conhecem, a gente pode é passar em frente e a estrutura da
- apresentação do formulário, é importante destacar que o formulário, ele apresentou todos os
- 1789 capítulos e seções é com espaços para a os respondentes falar se tinha contribuição ou não,
- aquele dispositivo. É quando se tinha contribuição foram recebidos, algumas contribuições em

- 1791 formato de contribuição direta ao texto e outras com relação a comentários ou dúvidas,
- 1792 propriamente ditas da execução daquele dispositivo.
- Então, destacamos também como Wilson, falou em azul aqui, o próprio texto é da lei na 9433,
- 1794 lá nos na seção que fala da 9433, detalhamos melhor dessa forma, botando em azul e riscando
- o que o PL propõe suprimir e aí em laranja aqui as inserções.
- 1796 Então, ficou bem fácil para aquele respondente verificar quais são as alterações.
- 1797 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Eu queria que você
- 1798 voltasse nesse slide, porque ele é importante, é talvez a letra esteja pequena para todos, mas
- olha como que a leitura do PL trouxe algumas avaliações equivocadas, né? É se você lê só o
- 1800 PL, o que PL, faz ele revoga o parágrafo único do artigo 13°, o que que é o parágrafo único,
- 1801 outorga de uso de recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes. Então, eu ouvi
- 1802 algumas webinars que foram promovidas externamente dizerem, estão suprimindo a
- aguinas webinars que foram promovidas externamente dizerent, estas supriminos a
- obrigatoriedade de preservar o uso múltiplo da lei 9433, isso é basilar. Só que na verdade, por
- qual motivo da supressão do parágrafo único? Porque agora ele é mantido como parágrafo primeiro, e tem a proposta de inserção no parágrafo segundo. Então em momento nenhum o
- 1806 PL, tá alterando a preservação dos usos múltiplos da água. Eu cheguei a ouvir alguns webinars,
- pessoas dizendo de uma forma assim, escandalizadas é de que o Ministério, a proposta do PL
- 1808 está removendo a preservação dos usos múltiplos da água. Então, assim, é acho que o esse
- 1809 exemplo é bem interessante, ele mostra o como a leitura do PL é complexa, e que porventura,
- se a leitura não for feita de forma cuidadosa, ela pode levar a conclusões equivocadas sobre o
- objetivo principal do PL.
- 1812 Então, aqui, nesse exemplo, o da outorga, quando a gente está mudando esse artigo 13º da
- outorga, se preserva a essa questão dos objetivos principais, se preservar os usos múltiplos, e
- se insere um artigo segundo, nesse caso aqui específico é a entidade outorgante de uso recursos
- 1815 hídricos, encaminhará o prestador de serviço hídrico na relação de usuários detentores da
- outorga, que engloba o benefício de recorrente da prestação de serviço hídrico.
- 1817 Esse exemplo em si, por que que se inseriu nesse parágrafo segundo, porque lá na parte da
- 1818 política de infraestrutura é se quer criar um ambiente em que haja um compartilhamento das
- 1819 informações de outorga pra se viabilizar em função desses usuários outorgados, a eventual
- 1820 cobrança da tarifa de serviço hídrica. Então, é essencial que haja esse compartilhamento.
- 1821 Então, exemplos como esses, eu percebi ao longo dos debates que eu vi sendo feito sobre o
- Marco hídrico que apresentaram opiniões muito equivocadas por falha na leitura do projeto.
- 1823 Então só queria destacar aqui esse exemplo.
- 1824 E desculpa, e continua sendo 7 minutos, Anderson!
- 1825 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 1826 Tá beleza. Mas foi importante, bem interessante esse destaque e inclusive, Wilson, os
- princípios, na própria política de infraestrutura que está sendo proposta é tem lá a preservação
- dos usos múltiplos. Então, não é à toa que está permanece isso no texto.
- 1829 É então aqui, sigo em frente se foram 63 respostas no total, foram poucas respostas,
- acreditamos, e aqui na Secretaria dado prazo que a gente deu, pra as contribuições. É 28 de
- 1831 fevereiro a junho, a 15 de junho, 13 é o volume maior diário de resposta. Foram 13 respostas,
- um tempo médio de 6.5 minutos, e taxa de conclusão do questionário só 24%, claro um
- questionado bem longos eram 99 perguntas e 57 páginas que o respondente tinha que passar.
- Então, por isso, é natural que tenha a diminuição no decorrer do formulário. Mas é, foram
- contribuições significativas. É passando também a para a classificação dessas contribuições, é
- 1836 classificamos como contribuição propriamente dita, direta ao texto ou alguma opinião que foi
- dada aquele dispositivo ou algum questionamento, a dúvida realmente sobre a execução
- 1838 daquele dispositivo.

- 1839 É, então é no começo do formulário tinha essa parte inicial de identificação será conselheiro
- 1840 titular, suplente. Então aqui estão os números, todos podem consultar depois para ver qual foi
- 1841 essa classificação dos respondentes. O número baixo aqui nos alerta dos titulares, é claro que
- 1842 cada um tem uma agenda muito corrida, mas, enfim, é importante a participação dos
- 1843 conselheiros titulares, também. A se, qual a instituição não é o segmento que se classifica, no
- 1844 âmbito do single.
- 1845 Então aqui o governo federal respondeu bastante, os comitês de bacias, sociedade civil. Então
- também tem aqui os números destacados o gênero também maioria feminina, mas bem
- próximo ao masculino, não é também uma instituição que não quis é classificar como é gênero.
- 1848 A contribuições a ementa, Wilson, a gente destacou aqui da gente, vai passar agora algumas
- pinceladas só das contribuições. É, por exemplo, essa contribuição a ementa, é onde se lê
- exploração do serviço hídrico, recomenda-se é colocar, é organização dos usos e da prestação
- dos serviços hídricos.
- 1852 Então isso foi corriqueiro aqui, inclusive em outros dispositivos da norma, essa sugestão. A
- ainda no capítulo um, agora das posições preliminares, onde fala enfim, da política em si, né?
- 1854 Como é a política e quais são as definições? Tiveram algumas críticas e sugestões para essas
- definições, especialmente para a definição de segurança hídrica ficasse um pouco mais claro.
- 1856 É também sugestões para ampliar a participação da sociedade na discussão e também preservar
- o texto ao máximo da 9433. É agora no capítulo 2, da política nacional de infraestrutura hídrica
- distribuírem seus artigos terceiro e oitavo, passa os princípios, objetivos, diretrizes e os
- instrumentos da política. Então a gente destaca aqui algumas contribuições. Foram 6, 9
- 1860 comentários e 4 perguntas. Por exemplo, as diretrizes deveriam atender a política nacional de
- 1861 recursos hídricos e observar a segurança, mediante a possibilidade de instituição de um
- 1862 mercado de água. Então, tem alguns questionamentos também, como será feito o
- 1863 monitoramento dessas infraestruturas hídricas, de que forma serão promovidas a suficiência,
- 1864 resiliência hídrica.
- Já na sessão um desse mesmo capítulo, o plano de integrado de infraestrutura e serviços
- 1866 hídricos, a também algumas contribuições diretamente aos ao texto. Destacaria aqui é incluir
- outras políticas que possuem interface com esse tema. Então, teve outras contribuições também
- que a gente colocou aqui alguns destaques. É importante frisar aqui na documentação, a gente
- vai mandar um relatório, contendo a íntegra de todas as contribuições, relatórios já organizados
- 1870 com todos esses suportes, para própria avaliação do conselho das câmeras técnicas, que eu
- 1871 acho fundamental.
- 1872 A seção 2 do Sistema Nacional de Informações é o artigo 11, também uma proposta é criar um
- 1873 sistema de alerta à população em geral, envolvendo os órgãos de fiscalização, controle de
- 1874 governança da água nos municípios e estados. E essa contribuição aqui, é um comentário na
- verdade se repetiu alguns artigos à frente, política nacional de recursos já dispõe sobre um
- instrumento adequado. Acho que não seria necessário um instrumento como esse.
- 1877 É, e vejam aqui que esses gráficos, a pessoa quando era perguntada se tem como contribuição
- ou não, a grande maioria falava que não tinha contribuição, né? Então, por isso que está aqui a
- barra azul não, ia barra verde tinha alguma contribuição e às vezes, se contribuía com o texto
- 1880 ou com algum comentário.
- Aqui, para o plano de gestão de infraestruturas, destacaria aqui também algumas questões
- ligadas a análise de impacto regulatório. Quais são os reflexos aqui no setor de energia?
- 1883 Então é importante, depois lermos isso com calma e vermos quais são essas contribuições, se
- podem ser absorvidas e aprimoradas o texto do PL.
- Já na seção 4, ainda no mesmo capítulo, é o Programa Nacional de Eficiência Hídrica. Teve
- vários comentários, mais um, apenas uma contribuição ao texto, necessidade de especificar de

- quem será a atribuição é da elaboração desse programa. Então, é na leitura, foi é colocado que
- 1888 não estava claro isso. E os programas devem ser é previsto nos planos plurianuais. É uma
- 1889 questão importante, é uma recomendação que foi colocada.
- 1890 É no capítulo 3, agora, que é da prestação e da exploração de serviços hídricos, na sessão um
- é da prestação e da exploração de serviços hídricos públicos. É, atribui aí é são distribuídas
- dentre os artigos 20 a 25, teve alguns comentários e só apenas um ajuste aqui ao texto, então
- 1893 aqui depois podem ficar livre pra fazer a leitura.
- Aqui a gente continua, o artigo 26, nos deveres do titular de serviço hídricos. Então teve alguns
- 1895 é comentários apenas, não teve nenhuma sugestão ao texto. Dos deveres das entidades
- reguladoras, artigo 27, temos contribuição ao texto, 2 contribuições, e 1 comentário é, por
- exemplo, é que exclui a palavra mediar, no inciso é 9°, né? Então, ficaria prevenir conflitos e
- 1898 não prevenir e mediar conflitos, para os órgãos reguladores. Então, aqui é um exemplo de
- 1899 contribuição, dos direitos e obrigações do prestador de serviço hídricos, tem aqui alguns
- 1900 comentários e também uma contribuição, como observar as disposições da lei 8987, que
- 1901 aquelas concessões são administrativas.
- 1902 Então é importante isso aqui se repetiu em vários artigos, por exemplo, para o artigo 30 e 31,
- também foi colocado esse comentário, observar essa lei. Dos artigos 32 a 37, que é da política
- 1904 tarifária, então tiveram várias contribuições, 4 ao texto, 7 comentários...

1905 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL)

- 1906 Aqui vocês podem depois ler com calma. Já estou finalizando, viu? Já passou os meus 7
- 1907 minutos, fechando aqui, então vou passar diretamente lá para outras contribuições, além desses
- 1908 artigos diretamente, é recebemos alguns formulários, além do formulário, recebendo algumas
- 1909 contribuições como moções de conselhos estaduais. É, contribuições diretamente ao e-mail do
- 1910 CNRH de algumas instituições.
- 1911 Então estão todos aqui dispostos nesses processos administrativos aqui no SEI. Aqui, por
- 1912 exemplo, algumas moções aqui do conselho estadual de recursos hídricos Rio Grande do Norte
- 1913 e que é diretamente ligado ao Arthur Lira, presidente da Câmara, para sobrestar esse assunto.
- No âmbito da Câmara, então teve essas moções, esses conselhos. A gente recebeu e vai divulgar
- 1915 amplamente aqui para conselheiros.
- 1916 E outros aportes aqui é do Seminário Internacional, é esse Seminário Internacional que como
- 1917 falei de 9 de março, aqui pontos positivos e negativos que a gente destacou que depois podem
- 1918 ser lidos com calma. E é isso Wilson, eu consegui passar aí 10 a 11 minutos.
- 1919 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É obrigado, Anderson.
- 1920 A gente teve um trabalho grande, inclusive na consolidação dessas contribuições, eu confesso
- 1921 que eu fiquei um pouco..., achei que teriam mais, porque o sistema como um todo a gente ouviu
- tanta crítica de que há não ouvimos o sistema, temos que debater com o sistema e eu achei que
- 1923 foram muito tímidas até o momento as contribuições. A gente percebe ainda, aquela insistência
- de dizer à tinha que ter debatido aí em função de não ter debatido propomos retirar o projeto
- 1925 do Congresso.
- 1926 Então algumas manifestações ainda muito voltadas a esse tipo de é iniciativa que eu acho muito
- 1927 pouco construtiva. Mas a gente teve bastante contribuição pertinente de alguns pontos de
- algumas questões pontuais é que eu acho que é vão ser bem aproveitadas no debate CNRH. É,
- 1929 tivemos algumas contribuições, é mais contribuições na verdade, na parte do capítulo 6 das
- 1930 disposições transitórias. Não é isso, Anderson? e aí o que nós precisamos agora avançar é,
- 1931 tentamos trazer uma metodologia para promover o debate, porque acho que se os debates não
- 1932 têm os registros por escrito, simplesmente manifestações orais são muito pouco objetivas na
- 1933 busca de uma manifestação formal do CNRH.

Então, acho que uma primeira tentativa foi essa, temos alguns registros, alguns relevantes, outros ainda muito superficiais, eu diria até aqui trazem mais perguntas do que propostas. Acho que tivemos muito mais perguntas do que talvez propostas de melhorias. Então o que eu gostaria agora de avaliarmos, é como promover esse debate. Essa é uma competência obrigatória do Conselho Nacional de Recursos Hídricos está posto lá no inciso 5 do artigo 35, que o CNRH precisa se manifestar sobre alterações no 9433. Então, o fato é que nós precisamos tirar alguma conclusão do CNRH, com relação e sobretudo as alterações da lei 9433, que são aquelas que estão previstas lá como competências nossas.

Eu diria que a parte que trata do marco infraestrutura hídrica não são alterações no 9433, mas o MDR gostaria também de ouvir o CNRH. Motivo pelo qual acho que tem discutido essa pauta de forma bastante insistente, mas a gente precisaria talvez, nessa reunião de hoje, dar algum encaminhamento do plenário de como avançar com a discussão que o fato é que nós precisamos chegar a uma manifestação conclusiva do Conselho. Então o que eu vinha falando é que assim eu acho que o primeiro passo nós demos, é para tentar sistematizar as informações, mas o fato é que a gente ainda tem vários passos a percorrer ainda para efetivamente ter uma manifestação conclusiva do Conselho, conforme está preconizado lá no inciso 5 do artigo 35. Então, eu gostaria de ouvir agora os conselheiros sobre eventuais sugestões, é para a gente tentar dar um encaminhamento para essa matéria de forma mais objetiva. Aparecida é a primeira escrita, por favor, Aparecida.

SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR - ABRAGE) - Oi Wilson, eu volto e não tenho resposta, tá Wilson! Eu estou perguntando mesmo, eu tinha colocado essa questão última plenária. É como que a gente vai. Eu não consigo entender a gente analisar esse PL em separado, e depois que foi negado desapensamento dele está apensado outros PL's. Então não faz sentido a gente discutir ele isoladamente. Eu acho que a gente pode acabar tendo sabe, gastar um esforço que depois nós vamos ter que gastar de novo. Entendo que analisar ele com base no que está escrito, nos mesmos temas nos outros, PL's. Então, é uma das coisas que eu queria ver, era de que forma que a gente vai estar discutindo isso? Porque primeiro, e não é um serviço fácil, não vai ser um trabalho, tô com penas de vocês que coordenam isso aí, porque além dele está apensado a 2 PL's, a esses PL's tem vários outros PL's apensados. Então é um trabalho hercúleo, não vai ser fácil, mas eu acho que não dá pra gente fazer de conta que isso não existe. Dá pra gente saber, analisar, ele separado. E que depois, vamos ter que fazer tudo de novo!

SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – É essa foi uma preocupação muito válida que você trouxe. Eu até lembro que eu tinha comentado algo do sentido. A gente precisa focar no texto do PL 4546, pelo menos porque, é porque assim eu não tenho dúvida que a matéria, quando ela vira a ser tramitada, essa questão do desapensamento vai ocorrer, sabe Aparecida. Mas o fato é que, é mesmo que ele transite de forma individual, é pode haver muitas emendas, mas a gente precisa focar, vamos focar só o texto do executivo, sabe? Eu acho que a gente focar...

SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR - ABRAGE) - A gente sabe que isso acontece, a questão é porque às vezes ele conflita com alguns pontos colocados no PL ao qual ele está vinculado, o qual ele tá apensado. Aí, assim aí vai ser a discursão vem de novo e vai ser desapensado. A gente estava também achando que a mesa diretora ía acatar o pedido e ía desapensar, e não acatou. E fora que a gente está é, e aí a gente sabe disso politicamente, é provavelmente vai, tem alguma questão política junto a isso. Porque ele, que foi apensado ao PL, que está parado desde 97 também, além de ser a pensar a um de 2015. Que é um 1616, que é o que eu falei, virou uma colcha de retalho. Ele acabou. Sabe, morrendo por si só, sem se arquivar, porque foi colocar tanta coisa dentro dele que fica difícil de ser, sabe? Já até se abriu uma discussão e é, e tem a exigência de se criar comissão para analisar, é isso, foi feito. Então assim, a minha preocupação é a gente demandar um esforço muito grande, porque eu acho assim, dou os parabéns pro trabalho mais uma vez, sabe um

- trabalho muito bom o trabalho que vocês fizeram. Quem dera que a gente pudesse acompanhar
- 1986 nesse nível de discussão os PL's, que são de interesse nosso, muito bom mesmo. Fica muito
- mais fácil para a gente entender, compreender, mas eu continuo receosa por ele está apensado
- 1988 a outros PL'S.
- 1989 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Tem razão, sim, eu
- 1990 queria até passar para Cristiane antes é Cris que que você, antes da Socorro, viu Socorro. Sobre
- 1991 esse questionamento da Aparecida, Cristiane. A minha avaliação é que a gente poderia focar
- 1992 no texto do PL 4546, é claro sobre o risco de ter todo um arcabouço ali de anexos, que ficaria
- muito mais difícil a nossa análise, eu não sei se ela ia, seria inclusive possível, mas a esse fato
- 1994 que Aparecida coloca realmente ele é uma questão importante...
- 1995 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) É
- 1996 porque na situação que ele está hoje, ele não vai se analisar em separado, Wilson.
- 1997 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É hoje não, da forma
- 1998 como está não, sim.
- 1999 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 2000 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) Então, é obrigada Wilson, pela palavra. Eu. Eu
- 2001 concordo muito com a com a Aparecida, porque a gente não tem o controle desse processo na
- 2002 Casa do Legislativa. A minha análise é que a gente deve ter tempo, eu não vejo esse processo,
- 2003 esse PL tramitando esse ano, então eu acho que o conselho tem tempo para fazer discussão. A
- 2004 gente consegue, eu acho de se organizar e talvez Aparecida não olhar tudo o que tem em todos
- 2005 os PL's, mas vê do que a gente precisaria de aprimoramento na 9433, o que o conselho
- 2006 defenderia. Então, a gente ainda precisa, eu acho que a gente pode até se dividir no grupo
- alguns olham alguns PL's, outros olham outros e traz porque a gente não precisa ficar, este está
- 2008 conflitando com esse, a gente pode, porque o que eu vi no outro processo, por exemplo, da
- 2009 Política Nacional de Segurança de Barragens.
- 2010 O CNRH mandou uma moção com proposta de substitutivo. Foi isso, então, se no caso desse
- 2011 PL for nesse sentido, é pode ir um anexo ou pode ir, olha, a gente acha que isso aqui está OK,
- 2012 mas indicaria tais emendas que suprimem as necessidades do PL A, B, C, D... e faz a lista.
- 2013 Então, mas eu acho que a gente tem tempo, não vejo tramitando nesse semestre, é porque a
- 2014 gente está num ano eleitoral, depois vindo um todo, não inteiro, no Senado, mas uma Câmara
- 2015 toda nova. Eu acho que a gente tem um tempo aí até as coisas se estabelecerem, e começar
- tramitar lá na comissão e tudo mais. Então, acho que se a gente se organizar dá para fazer bem,
- 2017 mas acho que como você falou, a gente tem que olhar tudo, por que senão a gente depois, vai
- 2018 esbarrar lá no processo deles de tá apensado e a gente não domina, se desapensou ou não.
- Acho que o da infraestrutura hídrica pode ser um guia, porque traz poucas alterações na 9433,
- 2020 e a gente tem que ser bem cirúrgico nessas propostas de alteração 9433, que saírem para
- realmente aprimorar. Então, só respondendo Aparecida, posso aproveitar o gancho do que eu
- 2022 tinha que erguido a mão Wilson, e já falar?
- 2023 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Não, não, não. Deixa
- eu voltar para a Socorro. Eu queria que você só me ajudasse na reposta para a Aparecida...
- 2025 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) Mas
- você entendeu a minha preocupação, né Wilson? Sabe, é a gente fica gastando energia tempo,
- 2027 sabe?
- 2028 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim, com certeza. Por
- 2029 favor, Maria do Socorro.
- 2030 SRA. MARIA DO SOCORRO (CNI) É, então eu acho que é um equívoco aqui nessa
- 2031 discussão. Cristiane, me desculpe, mas quem propôs o PL foi o governo, tá? Então esse é o
- 2032 primeiro equívoco. Não é que nós estamos de acordo com o PL, nem desacordo. Eu estou

- 2033 dizendo que em bom português eu não vou dizer não, porque depois vão dizer que eu sou
- 2034 grosseira, mas é mais ou menos, ó quem propôs que se responsabilize, tá? Então é assim agora,
- 2035 o CNRH está sendo chamado para contribuir, tudo bem, vamos contribuir, mas quando a gente
- 2036 olha, se me permitem, porque eu gosto muito de visualizar as coisas sobre as quais eu estou
- falando, a árvore deste PL 4546, não sei se vocês estão vendo aí (apresentação de slide)
- 2038 É para quem não viu esse desastre aqui, onde a gente tá. Então a primeira pergunta a ser
- respondida é, qual é o acordo que há entre o governo? Eu sou assim, direta e todos sabem, não
- 2040 é? Qual é o acordo existente entre o MP e a Câmara dos deputados com relação à esse PL? O
- que, eu vou para o compartilhamento, que é para evitar muita discussão, porque assim temos
- 2042 um acordo, que foi mal interpretado. O Presidente da Câmara, não percebeu a importância, mas
- 2043 na primeira oportunidade isso vai ser reiterado o requerimento e vai ser desapensado, porque
- eu não quero trabalhar atoa. Todos, todos nós estamos assoberbados de trabalho, tá!
- Agora, eu, se você me disse isso, sabe o Christiane, olha eu tenho um acordo, vai ser assim.
- 2046 Então, eu bora lá. Vamos criar uma sistematização, vamos discutir até o fim. Agora, se a
- resposta é nós não conversamos, não sabemos companheira, desculpa. Sabe? A gente vai se
- 2048 debrucar com muita calma sobre tudo isso. E assim, eu tenho uma perspectiva, já falei isso para
- o Wilson, estou falando em nome da CNI, de aprofundar muito do que foi mostrado aí, tem a
- ver conosco de aprofundar avaliações que não foram feitas. Outra coisa, eu não sei qual é a
- 2051 Câmara de deputados que vai vir.
- 2052 Então é assim, se a gente vai discutir abertamente nesse nível, e eu creio que sim, eu gostaria
- de uma posição de vocês, porque aí eu vou dizer, olha, vou dizer, enquanto CNI, olha, vamos
- fazer um estudo sobre a avaliação e da viabilidade disso ou do interesse da iniciativa privada
- 2055 em assumir esse reservatório? Vamos aprofundar essa questão para a gente ter argumentos
- 2056 técnicos para isso?
- 2057 Então assim, eu queria saber, é porque para mim é trabalhar, trabalhar e morrer na praia, porque
- 2058 esse segundo semestre vai ser perdido, mas a gente pode sim trabalhar nas informações que
- 2059 nós temos que aprofundar. É isso. Obrigada.
- 2060 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Foi ótimo, Socorro.
- Foi ótimo assim, seus pontos. É de fato Cristiane já disse, nós não temos perspectiva que esse
- 2062 PL, vai tramitar esse ano? Tem perspectiva que ele vai ser desapensado esse ano também, não.
- 2063 Porque a iniciativa que foi feita agora foi frustrada, confesso que eu não sei a motivação do
- 2064 porquê que não foi desapensado.
- 2065 Mas o fato é que houve um movimento do Ministério, não somos nós aqui da área técnico, tem
- 2066 uma assessoria parlamentar que cuida disso, mas que não foi, e não teve sucesso. Agora tem
- viabilidade esse PL tramitar da forma como tá árvore, também acredito que não. Então, ele só
- vai vir a tramitar com certeza, se houvesse a conjuntura política para o seu desapensamento.
- 2069 Então, enfim.
- 2070 Então, a gente chega numa situação em que nós não temos nenhum tipo de garantia de que
- 2071 agora, nesse segundo semestre, ele vai ser desapensado ou vai ser tramitado. Sendo muito
- 2072 franco com todos vocês, da forma como eu sempre conduzi aqui.
- 2073 Então, a gente precisa tomar uma avaliação. Eu acho que até o momento não tivemos
- 2074 contribuições interessantes, mas sendo franco, acho que elas ainda foram muito insuficientes
- para que o CNRH possa ter algum tipo de manifestação no caminho de uma moção. Porque eu,
- 2076 pessoalmente acredito muito a algo parecido com o que aconteceu com a lei de segurança de
- barragem e que o CNRH, possa apresentar uma moção de um texto substitutivo.
- 2078 Eu acho que o CNH tem musculatura e deveria focar nisso, mas vai exigir um esforço enorme
- 2079 de todos nós para chegar em um texto que seja aprovado aqui no plenário.

- Agora, um outro ponto que eu queria também, deixar claro para todos é que, eu acho que tem
- 2081 oportunidade, não vou falar da parte de infraestrutura hídrica, eu acho que essa é teoricamente,
- 2082 mais simples no âmbito do CNRH. Mais sobre as alterações da 9433, eu acho que todos nós
- 2083 que conhecemos o sistema, temos que fazer uma avaliação crítica de é preciso mudar algo? Se
- 2084 sim, o quê?
- O meu setor acha que tem que mudar isso, precisa aperfeiçoar isso, meu, isso! Todos os setores
- 2086 devem ter algumas contribuições sobre alterações na 9433, para aperfeiçoar a lei. E no texto
- que nós formamos aqui no MDR, nós somos muito cuidadosos de não mudar nenhum conceito
- 2088 da lei. Se vocês lerem o texto, são novas inserções, o tempo todo são ferramentas novas. A
- 2089 cobrança pode vir a ser a instituída pelo conselho nacional? Sim, mas ela permanece sendo
- 2090 aprovada pelo Comitê. Se um Comitê vim aprovar, vale que o Comitê aprovou.
- 2091 Então, a gente foi cuidadoso, cirúrgico, nas propostas. Agora a gente precisa fazer uma
- avaliação de efetivamente CNRH, avalia que é necessário, não é?
- 2093 Então, acho que talvez esse caminhamento que precisa ser feito, mas vai exigir um esforço, um
- 2094 compromisso muito grande. Eu aqui pelo MDR, não quero assumir coordenação dos trabalhos.
- Já digo logo, porque é algo que vai consumir essa pauta prioritária é do CNRH, em si. E eu
- 2096 gostaria de colocar o nosso papel, nós já fizemos quando escrevemos o texto e estamos aqui de
- 2097 forma muito humilde, colocando por CNRH, que muito questionou nossa proposta de projeto
- 2098 de lei é para que o CNRH possa também apresentar a sua proposta.
- 2099 Mas o fato é que nós não temos disponibilidade para ficar coordenando esse trabalho. Então, o
- 2100 sistema de recursos hídricos, que por muitas vezes se manifestou de forma contrária, alegando
- uma falta de discussão. Então, agora precisa o plenário avaliar, não sou eu que vou forçar uma
- discussão, se o plenário a não vamos fazer agora, ou nós não temos disponibilidade ou, enfim,
- 2103 não temos capacidade para avançar nisso. Acho que a gente pode dar o assunto por postergado
- mais pra a frente. Então, acho que isso é um ponto que a gente precisa avaliar aqui no plenário.
- 2105 Mas sendo franco...
- 2106 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) -
- Wilson... só uma questão, você colocou sobre o plenário avaliar, é, a gente tem uma reunião a
- cada quase 6 meses, mais ou menos. Ou se cria um grupo de trabalho no âmbito da plenária,
- para poder analisar esse PL, que eu acho que seria o melhor ou no âmbito da própria CTAL,
- 2110 mas no âmbito da plenária, você amplia um pouco mais.
- 2111 A minha preocupação é porque assim amplia mais, mas também só pode ter 10 membros. Não
- sei como é que a gente vai fazer isso. A não ser que a gente crie titulares-suplentes.
- 2113 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, essa foi uma das
- 2114 ideias que eu tive realmente do GT, mas eu queria ouvir. Na sequência, a Cristiane, que também
- 2115 tinha pedido a manifestação, tem o Waldemir, também escrito, e o Wanderley, por favor,
- 2116 Cristiane.
- 2117 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 2118 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) Cristiane É só primeiro colocar um ponto. É, bons
- 2119 acordos eu acho que com essa transição agora nos poderes, não é com o processo eleitoral,
- 2120 acordões agora podem deixar de estar vigentes no ano que vem.
- 2121 O que é o que eu tenho que que mostraria um compromisso mais duradouro, independente do
- executivo ou do legislativo é que esteja em mandato, é o processo de acessão do Brasil, ao
- 2123 OCDE.
- 2124 Então, esse projeto ele atende a um dos poucos requisitos que o Brasil, não atende, das
- 2125 recomendações da OCDE sobre água. Então, é ele está entrando na lista do relatório do Brasil
- 2126 ao OCDE, então isso, pode dar um indicativo da discussão dele no Congresso no ano que vem
- ou na sequência, não dá pra ir afirmar o ano, então tenho esse indicativo.

- Quanto à discussão, e eu até tinha entendido da proposta Wilson, você estava esperando que a
- 2129 gente desse uma sugestão de como encaminhar aqui dentro, mas acho que vale primeiro uma
- 2130 consulta, né? Aos conselheiros, sobre isso, se a gente se debruça a analisar esse projeto ou se
- 2131 dá realmente a discussão por encerrada no momento, até ter é um indicativo mais forte de
- tramitação. Então, até depois da fala da Socorro, mudei um pouco aqui, o que eu ia propor.
- 2133 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Boa tarde,
- 2134 mais uma vez a todos. Wilson, eu concordo com muita coisa que Socorro, falou. Concordo
- 2135 com a sua fala também, com algumas coisas. O que eu discordo na realidade, como
- 2136 representante de comitê de bacia, como representante de fórum nacional do comitê de bacia, é
- 2137 a forma como foi perpetrada é notadamente que existe vários itens, várias proposituras no PL
- 2138 que nós discordamos, várias são várias.
- 2139 Agora, a forma que foi perpetrado, nós fizemos uma reunião nesse próprio conselho, nós
- 2140 pedimos antes de ser dada entrada do projeto de lei, que ele fosse primeiro apresentado ao
- 2141 Conselho, Ok?
- 2142 Isso é verdade, logo em seguida, foi dada entrada, mesmo tendo a propositura vários
- 2143 conselheiros, nós temos isso gravado, não dê entrada nos conselhos, vamos submeter, vamos
- 2144 primeiro discutir quanto conselho, não.
- 2145 Mas o projeto de lei foi encaminhado, depois nós fizemos uma reunião unicamente para discutir
- esse projeto de lei. Todos os membros representantes dos estados, todos representantes o
- 2147 conselho inteiro, quase todo pediu para que houvesse sobrestamento. Fosse pedido o
- sobrestamento, não foi. Se continuou, foi aberto essa consulta que era entendimento, como foi
- o entendimento de vários segmentos, de um sistema nacional no Encob que a gente iria
- 2150 convalidar um negócio que a gente não teve discussão, e tanto é que foi ínfimo, é insignificante,
- como você mesmo disse, a participação. Por que que podia, eu como conselheiro, como
- representante dos comitês de bacia federal, membro de comitê de bacia, representante do
- 2153 comitê de bacia, eu, como membro do foro nacional de comitê de bacia hidrográfica,
- 2154 representando um segmento que é pouquíssimo representado da época que tem uma
- 2155 representação dentro do conselho que pouco significa.
- Qual era a minha proposta, eu faço uma proposta, manda esse projeto e estabelece um tempo,
- 2 meses, 3 meses, ou 4 meses... para o fórum nacional, ou mandar para todos os comitês que
- passou por para todos os comitês de bacia do Brasil, 250 comitês de bacias, para que participe
- e se posicione, para que todos os conselhos de estaduais, para as associações ABM hidro. Para
- 2160 todas as suas associações, ali vinculadas, até mesmo alguns participantes do conselho. Para
- que apresente e depois a gente discutir, aí aqui nessa casa, certo? o que a gente acha certo ou
- 2162 não. Ou seja, fazer o que não foi feito antes. Eu tenho que fazer um modelo, porque o modelo
- 2163 teria de ser feito, tudo bem.
- O Ministério fez um modelo, o modelo era necessário. Porque a gente não poderia ficar
- 2165 pescando de um canto para outro, a lei 9433 precisa de algumas mudanças? Precisa! Tem
- muitas coisas que vocês não agiram ruim como um todo, não. Vocês fizeram um trabalho bom.
- 2167 Agora a questão do encaminhamento para que foi errado, mandasse para ser discutido na base,
- e a base não discutir se dá um prazo.
- E olha, a gente está aguardando os ensinamentos do conselho, está aguardando posicionamento
- 2170 até tal tempo. O próprio conselho do mesmo jeito MDR, do mesmo jeito de ajudar no conselho
- o trabalho que o doutor Rodrigo Flecha, fez aí da compilação das nossas deliberações, é um
- 2172 trabalho do mesmo jeito poderia o conselho fazer ou até mesmo contratar alguém aí, fazer uma
- 2173 compilação, depois ir para câmara técnica, e depois ser discutiu com a gente.
- O que faltou foi o aspecto, se descumpriu tudo o que foi criado com a lei das águas com a 9433,
- 2175 a participação da sociedade como um todo, da participação coletiva, a participação popular, a
- participação dos entes que forma o sistema nacional de recursos hídricos.

- 2177 Então, é dentro dessa premissa que eu não entendo, o que eu entendo é, vamos pedir, vamos
- votar, vamos discutir o texto base, façam as propostas. A gente dá 3 meses se dar 6 meses, se
- 2179 dá 2 meses, façam as propostas. E dali a gente tira, te faz uma compilação, porque até mesmo
- você sabe que houve um boicote quase em geral com relação a pesquisa, que foi efetuada, e
- 2181 não é por nada, e é para não dizer que na hora que a gente participar, a gente vai tá se adequando
- 2182 ao que foi proposto. E a questão toda é quanto a forma da propositura, certo? Então esse é meu
- entendimento, e entendimento do Fórum Nacional do Comitê de Bacia, e eu entendo que, como
- 2184 representante também dos comitês de bacias federal.
- 2185 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, eu acho que é uma
- boa sugestão, alguns setores já vêm se manifestando formalmente. É não espero que seja feita
- 2187 nenhum tipo de convalidação do texto em si. O que eu gostaria de que fosse proposições
- 2188 propositivas, sabe? Waldemir, então, por exemplo, eu já vi uma, eu já participei, junto com um
- 2189 dos diretores do fórum, agora não me lembro se foi José o nome dele, desculpa eu não lembro
- 2190 do nome dele. Que ele fez umas contribuições muito ricas assim, pelo menos na discussão ele
- 2191 falou, nesse plano nacional de infraestrutura hídrica que vai ser feito, conforme o PL pelo
- 2192 governo federal estadual, a vamos incluir os comitês na discussão.
- 2193 Então, assim, ele trouxe um bocado de sugestões construtivas, sabe isso na apresentação que,
- eu compartilhei junto com ele. Então, se derepente tiver esse compromisso. Sabe? Waldemir!
- 2195 não é convalidar a cessão onerosa é importante, não é isso, mas é, vamos melhorar esse aspecto,
- vamos fazer com que isso aqui resolve um problema, que os comitês vivem, sabe? Então...
- 2197 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Você viu
- 2198 documento de São Paulo, você deve ter lido documento, um documento bem elaborado. O
- 2199 documento de São Paulo, foi bem elaborado, certo? Mesmo, eu daqui da Paraíba, mas eu sei
- 2200 que é muito documento lá, eu li rapidamente mais li e vi, e eles fazem críticas boas, eles passam
- e eles debatem sobre o assunto.
- 2202 Então, na hora que fosse oficial os conselhos estaduais, ó vocês têm um mês ou vocês têm que
- 2203 2 meses ou 3 meses para mandarem sugestões e depois a gente discutir aí. É isso que eu estou
- dizendo, é aqui também surja a base já está aí, vão surgir, que vai ser até um trabalho difícil de
- fazer o serviço. Vai ser já pensou 26 conselhos estaduais, é fórum nacional a ABNH e tudo que
- for. É logico, que vai ser um trabalho difícil! Os comitês estaduais e os comitês federais, o
- próprio comitê do São Francisco, fez um trabalho também. É porque é tanta, tanta coisa, eu
- pelo menos já vi tanto trabalho, certo? Agora, não via uns de São Paulo, é solta aqui que é bom.
- E tem outros, tem outros que poderão ouvir bem também e a gente faz a compilação aqui no
- conselho. Agora, para isso a gente tem de pedir para ele ter a ser de lá, porque a gente não pode
- trabalhar com ele lá. Que eu acho que é o entrave que tá tendo. Desculpa ter te interrompido,
- 2212 Wilson!
- 2213 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sem problemas, é? É
- 2214 Wanderley, por favor.
- 2215 SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) -
- 2216 Então, eu acho que nós estamos falando a mesma coisa, né? É, primeiro gostaria que
- considerasse o material do CNRH de São Paulo, que foi mandado para o Daniel, presidente do
- 2218 CNRH, tem lá, viu Waldemir, algumas críticas. Mas gente, vamos pôr a mão na consciência,
- 2219 me perdoa, é usar parte das palavras da Socorro, mas a criança nasceu atrapalhada, e tudo
- 2220 nasceu atrapalhado, Wilson!
- Você lembra disso? No dia que foi dado a notícia? Que foi mandado para o Congresso esse
- 2222 PL, você lembra o mal-estar que criou aqui? Então eu vou fazer uma proposta de
- encaminhamento. É, eu acho que o assunto é importante, precisamos rever algumas coisas que
- já estão ultrapassadas. Como o PL não andou e parece que não vai andar, porque a Socorro foi
- muito pragmática, né? E acho que é isso mesmo. São outras composições de forças agora e até

- eles se elegerem, se comporem e voltar a conversar, não vamos fazer juízo de valor se tava 2226
- errado ou se estava certo, graças a Deus não andou. Desculpa, está sendo tão pragmático, assim 2227
- ainda bem que não andou e nós estamos vendo que a sociedade não é um seminário ou 2 2228
- 2229 seminários que vai curar isso daí.
- 2230 Então, eu ia fazer uma proposta de encaminhamento. Se não for hoje, a gente voltar a conversar,
- 2231 se for por isso. Mas eu acho que nós não deveríamos esperar que ninguém diga para nós que é
- para estudar. Já tem desde já começar com calma na linha do que o Waldemir tá falando, na 2232
- linha do que é Socorro, está falando, não é? Vamos desde já produzir algo, que arrume a lei 2233
- 2234 existente e que substitua o PL ou que arrume o PL, mas desde já, sem correria e sem empurra,
- 2235
- 2236 Eu mesmo Wilson, com todo o respeito, eu liguei para você 3 vezes, perguntando qual era o
- 2237 prazo, se lembra disso? Wilson, qual é o prazo? Roseli, qual o prazo? Preocupado de eu chegar
- atrasado na festa, não é? Quero dizer, eu acho que nós temos que tomar um certo cuidado, eu 2238
- acho que é de entendimento geral, que tem um monte de coisas que tem que ser arrumada na 2239
- lei existente, Ok? Ok!. 2240
- 2241 É através de um PL, pode ser que sim, pode ser que não. Mas se for, eu gostaria de estar
- preparado e usar este semestre que entra, viu Waldemir, para trabalhar isso daí com calma. Né, 2242
- planejar como é que nós vamos ouvir os comitês, como é que nós vamos ouvir as alegatárias, 2243
- como é que nós vamos ouvir a sociedade? Entendi? 2244
- Quero dizer, você falou uma coisa importante, viu, Wilson? O CNRH é o único fórum que tem 2245
- 2246 musculatura para organizar esse país, né? Nós estamos aqui simplesmente numa reunião aqui
- é uma reunião com 30, 40 pessoas, mas nós temos que lembrar que nós representamos o Brasil 2247
- 2248 aqui, nós temos musculatura para enfrentar isso daí. Se a gente não enfrentar, aparecerá os
- especialistas de plantão, os aventureiros e vão acabar fazendo bobagem, né? 2249
- Eu, desculpa-me, ser tão enfático. Socorro, eu sou meio parecido com você, aí você me perdoa, 2250
- 2251 viu? Mas eu acho Wilson, com todo o respeito que deveríamos começar hoje, a nos organizar.
- Eu acho que está dando, uns sinais aí dos céus dizendo o seguinte, olha, é o Wilson, é só você 2252
- 2253 olhar a reunião de hoje, veja o relato feito em 2021, veja a proposta de 22, veja com umas
- delegatárias andaram, tem muita coisa para fazer e tem muita coisa para realizar. Tem a nossa 2254
- CETAL aí, que é de uma de uma competência, ímpar. E para a questão de barragem, andamos. 2255
- 2256 Será que esse assunto não pode ficar na nossa mão? Trazer para nós dizer assim, o Congresso
- aguenta aí que eu entendo desse negócio. E a gente tem um outro de pessoas que podem orbitar 2257
- favoravelmente, é conduzindo uma proposta com calma, com substância que represente a 2258
- sociedade. 2259
- Bom, passo é, olha o Wilson aquele dia que foi dito que foi mandado para o Congresso, rapaz, 2260
- eu passei até mal. Passei até mal. Eu falei, olha, então jogando fora a criança com a água do 2261
- banho, uma oportunidade ímpar da gente arrumar as coisas. Esse PL é uma oportunidade ímpar. 2262
- Vamos na linha do Waldemir, então desculpa, eu não quero fazer discurso, não é? Eu não sou 2263
- contrário. Discurso eu sou como eu fazer uma proposta de encaminhamento. Que a gente se 2264
- componha, todos nós. E que a gente, desde já, comece a ouvir o que veio, ia estudar uma 2265
- proposta para que você pego de surpresa no comecinho do ano que vem, porque eles vão, se 2266
- concorri, querer mostrar serviço. Todos nós conhecemos essa história, cada um de nós está a 2267
- 40 anos no trecho aí, doutor, já sabemos como é que funciona, né? E aí a gente vai estar 2268
- preparado. Essa é minha proposta. Desculpa-me alongar Wilson. 2269
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Não, tudo bem. E como 2270
- a Cristiane colocou, o Brasil tem uma deficiência forte nessa parte de infraestrutura hídrica, 2271
- identificado. Isso, é claro que tem um problema grande, grave, sabe? Que se a gente hoje 2272
- depende das infraestruturas do setor elétrico, basicamente falando em macro bacias, claro que 2273
- o setor de saneamento se organiza lá no nível de microbacia para regularizar sua vazão, mas a 2274

- 2275 gente não pode ficar dependendo só do setor de energia para ter uma barragem, para ter uma
- estrutura que controla cheias. Então, é uma questão forte que a gente precisa enfrentar, mas ao 2276
- mesmo tempo, Wanderley, eu entendo a frustração de todos, com relação a esse envio do e-2277
- 2278 mail MDR, sem esse debate prévio, mas se imagina se nós estamos tendo essa dificuldade no
- pós envio de nos organizar e fazer uma conclusão de uma discussão, imagina se ficássemos 2279
- 2280 aguardando?
- 2281 Então assim, ao mesmo tempo que eu deixo bastante claro, a Cristiane coordenou o trabalho,
- eu, o Anderson, todos nós trabalhamos muito a equipe da Ana trabalhou muito junto conosco. 2282
- 2283 A gente trabalhou de forma incansável para tentar aproveitar a oportunidade que era aquela
- 2284 que se passa, que se não fosse naquele momento, não teria e pelo menos, mesmo que o texto
- ainda tenha muita falha, eu reconheço que algumas coisas realmente, ele gerou esse ambiente 2285
- para ser discussão. Se não tivesse esse PL existido, sabe? Eu acho que esse ambiente não estava 2286
- acontecendo agora. Então, tem esse outro lado. Eu tenho esse jeito de olhar o copo menos 2287
- vazio ou menos cheio. Então eu vejo... 2288
- SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) -2289
- Viu isso, Wilson? Eu não quero ficar focado no passado, Wilson! Eu estou vendo isso aí como 2290
- oportunidade. Eu não quero criticar, o que foi, já foi, acabou fim. Mas isso daí acendeu uma 2291
- lâmpada hoje, não é nem amarela, quer dizer, está nos dando uma oportunidade para mostrar 2292
- qual é a utilidade do Conselho Nacional de Recursos Hídrico. Entendeu? Quero dizer, então 2293
- 2294 estamos falando a mesma coisa.
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Não, com certeza. Eu 2295
- 2296 queria só passar para Socorro e depois eu queria encaminhar este assunto com 2 propostas. Por
- favor, Socorro. 2297
- 2298 **SRA. MARIA DO SOCORRO** (CNI) – É Wilson, é Wanderley achei um tão empolgado
- quanto eu, e aí as pessoas às vezes confundem, o pessoal aí do CNRH já sabe que é meu jeito, 2299
- e é assim. Aí eu queria assim, eu gostei da sua proposta, gostei da fala de todo mundo até aqui. 2300
- 2301 Eu não sei a proposta que o Wilson vai fazer, eu acho que devemos sim aproveitar esse espaço
- 2302 de tempo...
- 2303 Então, aí é o seguinte, eu perdi um pouco o raciocínio. É, nós concordamos com os
- encaminhamentos no sentido de que a gente tem esse tempo para se organizar. Em diversos 2304
- grupos de trabalho. É, eu queria também dizer que a gente é nesse ínterim, eu consultei o nosso 2305
- pessoal de apoio legislativo aqui, sobre quais seriam as possibilidades que nós seríamos com 2306
- esse PL que está lá pendurado, nos outros PL, eles disseram, no momento, está no limbo. Por 2307
- quê? É, não tem pra onde ir. Ele não foi pautado, a gente não consegue nem retirar os de pauta, 2308
- porque ele sequer foi pautado. 2309
- Então, a situação como o Wilson e a Cristiane já tinham esclarecido aqui, é muito complicado. 2310
- 2311 A gente está lá é e temos que aproveitar esse tempo e ir para por partes. Vamos tratar a
- infraestrutura, vamos fazer uma pauta, verificando pontos do seguinte; infraestrutura hídrica 2312
- não é mais suportada pelo estado, tô dando uma ideia. Tá? Então, por que não é, aí a gente vai 2313
- se debruçar, fazer o diagnóstico, e a gente já tem isso bem adiantado, qual a atratividade disso 2314
- para o setor privado? Então, vamos estudar, vamos fazer poupar. Porque o que eu fui cobrada 2315
- foi, e aí? Porque no saneamento Wilson, tu se lembras muito bem, no saneamento existia 500 2316
- 2317 estudos, sobre a viabilidade, e é isso que a gente está precisando estudar. Eu não estou dizendo
- 2318 que sou contra, nem a favor.
- Eu quero saber tecnicamente como isso se dará, tá? Ao contrário do que diz o deputado 2319
- Agostinho, que disse que foi a CNI que inventou essa história de mercado de água, ele anda 2320
- dizendo por aí, o que é uma inverdade, tá? Eu quero fazer esse registro aqui. 2321
- As gentes do CNI, têm contribuído para a discussão, lançamos um documento sobre cobrança 2322
- e aprofundamos bastante a discussão está disponível na internet, o Wilson esteve aqui no 2323

- lançamento, então, é tá lá assim, o mercado de água, a gente precisa estudar, é outra coisa, a
- gente não disse que era contra ou a favor, tá? A gente diz que a gente não conhece o problema
- em profundidade para se posicionar, somente isso.
- Eu não tenho aqui razões de ordem ideológica, sim ou não, nada disso. Eu quero saber
- 2328 tecnicamente como é? Então, eu apoio a proposta de Wanderley gostaria que considerassem a
- 2329 minha proposta também. Muito obrigada.
- 2330 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Muito bom!
- E tem a inscrição do doutor Cristóvão e do Clímaco, e como eu gostaria de encerrar nessas
- 2332 inscrições para a gente dar os encaminhamentos, por favor! Tudo bem, Cristovão? Boa tarde!
- 2333 SR. CRISTOVÃO VICENTE (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE ABRHIDRO) Boa
- tarde, Wilson!
- Eu sou ser bem breve, eu e a Susana fizemos uma reunião com você para explicar por que que
- ABRhidro, não iria preencher o formulário, né! Pelas ações que você já sabe. É, eu acho que
- 2337 teve esse aspecto que não é formulário, e ele criou esse sentido de eleição. Então, na minha
- 2338 manifestação aqui é pra corroborar o que Waldemir e Wanderley falaram.
- Wilson, eu acho ainda é tempo da gente se aprofundar e as dúvidas, aquelas dúvidas que estão
- embutidas dentro do contexto da parte das alterações da 9433, e eu não vejo nenhum problema
- da gente tomar um tempo nesse sentido, de construir aquilo que precisa ser melhorado.
- Sempre olhando aquilo que foi construído de bom até agora. Então, eu acho que essa ideia que
- você coloca também e que as propostas, quando vierem, vierem de forma mais amadurecida,
- criticamente, construtiva para a gente produzir uma mudança que represente uma inovação.
- Você tem razão, mas a gente vai precisar estudar, porque da forma com que tá na parte de
- recursos hídricos dentro do PL, tá difícil de entender, já tentei ler 4 vezes.
- É, a gente debate, né! Então, eu acho que a gente tem esse tempo e o Wanderley tem razão e o
- Waldemir também. Então, e como comentado, né? A gente pode também é dentro do espaço,
- da própria associação e das outras associações, fazer esses debates da forma, é como seja
- 2350 necessário para ajudar nesse presente momento. Então essa é minha fala, Wilson! E,
- 2351 agradecendo aí esforço, e muito interessante essa troca de ideias motivadoras, aqui! Estava
- ouvindo todos aqui, eu acho que trouxe uma luz, nesse aspecto que o PL produziu, que foi uma
- 2353 mudança, tirando todo mundo da zona de conforto, né! Wanderley, até passou mal no caso
- 2354 dele, né! Mas dentro dessa linha, é isso, a gente tem que ser amadurecidos, dentro desse
- 2355 momento. Obrigado, Wilson.
- 2356 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Tudo bem. Eu queria
- assim, doutor Clímaco, por favor! Vai perder a vez Clímaco. É, Clímaco tá com a mão erguida,
- 2358 mas não sei se está por aí.
- Eu queria, então, encaminhar esse assunto. Conversando aqui internamente a gente pensou em
- 2, 3 ideias, eu vou chamar assim, a primeira seria criar um GT de 10 pessoas. A segunda seria
- encaminhar um assunto para cada uma das câmaras técnicas. Cada uma tem as suas
- competências regulamentares, CTOC tem a competência para se manifestar sobre as mudanças,
- e inserções novas, sobre cobrança sobre a cessão onerosa, a CTPA sobre as questões voltadas
- as alterações das aprovações dos planos de recursos hídricos no âmbito de CNRH, a câmara
- 2365 técnica de segurança de barragem.
- 2366 Eu acho que traria contribuições importantes aí sobre o aspecto da necessidade de
- 2367 sustentabilidade hídrica e das infraestruturas, né? Que está lá na essência do marco de
- 2368 Infraestrutura. E essa é a ideia 2, das câmaras técnicas emitirem parecer. A ideia 3, eu acho que
- ela é a que mais é colabora com todas as contribuições até agora, e ela foi colocada pela
- 2370 Cristiane Battiston, é de a gente fazer, é grupos de estudo, a Cris colocou até de leitura
- 2371 comentada, né, Cris?

- 2372 Então, a gente promoveria algumas discussões online ou até presencial, se for o caso em que a
- 2373 gente convidaria, vamos discutir a cessão onerosa, esgotar o assunto cessão onerosa, por
- exemplo. E aí, fazer uma discussão sobre o assunto, e fazendo registros é de todas as
- 2375 contribuições, sobre cada uma desses temas para que tenha mais elementos concretos para o
- 2376 CNRH avaliar. Não é isso, Cris?
- 2377 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 2378 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) É só. É a minha proposta era mandar para CTAL, e
- 2379 a CTAL coordenar esse trabalho. E aí gente monta, a gente fica disposição para fazer. Eu acho
- que vai ser interessante montar e fazer, nem que de gente dívida em vários dias, mas fazer uma
- leitura do PL por partes. E debater cada parte para assim, tanto para o entendimento quanto
- para, talvez já encolhendo até algumas sugestões, mas principalmente para a explicação, para
- compreensão, para daí todo mundo se sente muito seguro na hora de apresentar as propostas.
- 2000 compression, para dar todo mando de dente mano degaro na nora de apresentar as propostas.
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim, e aí tem a outra
- 2385 questão que acho que é um pouco do que é Socorro, colocou que a gente precisa fazer estudos,
- a é viável fazer uma é agência de águas, uma agência de bacia por meio de uma concessão administrativa. Eu acho que isso é algo que o PL traz como uma alternativa mais, mas a
- 2388 essência, se é viável ou não, é um estudo que tem que ser feito e não é um estudo, é curto, é
- 2389 algo grande, que exige investimento, inclusive, né? É a gente aqui está tentando a viabilizar
- 2390 esse estudo para fazer uma avaliação sobre as agências de água, algo parecido com o que o
- Volney colocou, mas num cenário de olha, se tiver uma agência de água por meio de uma
- concessão do privado, é interessante, vai ter ganhos para o sistema, vai ser mais eficiente. Então
- 2393 isso é um estudo que a gente está tentando realizar pelo Ministério.
- Eu espero que a gente faça ao longo do ano tenha mais subsídios para avaliar essa questão do
- projeto de lei. A cessão onerosa eu acho que precisa dos reguladores de água é discutirem. Eu
- sei que a ANA, se propôs muito favorável a ANA, foi praticamente, é o texto pacificamente
- foi da equipe da ANA, né? Sobre a cessão onerosa, eu já conversei com a equipe da DASA no
- DF, e eles também têm muito interesse nesse instrumento da cessão onerosa, porque se aplica
- 2399 aos casos do estado. Lá na Paraíba, Waldemir, eu acredito que não é aplicável, sabe? Mas não
- 2400 é porque esse instrumento novo eventualmente vai ser incorporado a lei 9433, que a Paraíba é
- obrigada a implementar, tem nossos positivos dizendo, depende da regulamentação, né? Agora,
- a DASA vai regulamentar eventualmente, a ANA vai regulamentar.
- 2403 Então o que a gente precisa olhar que o Brasil é muito, é muito grande. Cada região tem uma
- 2404 peculiaridade, é fazer uma discussão técnica, clara a cessão onerosa é viável em alguma parte
- do Brasil no futuro, daqui 20 anos, é importante estar consignado na lei, esse instrumento novo.
- 2406 Então, eu acho que talvez organizar alguns eventos desse tipo ao longo do semestre que vem.
- Eu acho que a gente aqui pode conduzir, eu acho que não precisa ser a CTAL, pode ser a
- própria secretaria executiva promovendo, mas no âmbito do CNRH. E ele juntando elementos,
- 2409 então, para que CNRH, possa, tipo, se manifestar de forma mais, vamos dizer, assentada em
- 2410 embasamento técnico, sabe?
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Você já deu
- uma ideia de como pode ser formulado o projeto de lei. Se você acha, então o projeto de lei já
- 2413 poderia ser é modificado, e a cessão dos estados que quiserem criar a cessão onerosa ou as
- 2414 agências poderão fazê-lo? Aí já seria outra coisa completamente diferente do que está.
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Não, hoje já está assim,
- Waldemir. Hoje, já está assim lá, diz o seguinte, você só onerosa, só pode ser implementada
- quando o CNRH fizer uma resolução. Está com outras palavras, é definir diretrizes, né? Então,
- 2418 enquanto CNRH, não se movimentar a cessão onerosa não vai ser implantada em lugar
- 2419 nenhum. Esse é o primeiro controle dessas onerosa. O segundo é pelas entidades outorgantes.
- 2420 Então só depois que a entidade outorgante implementar é que ele vai funcionar, se a entidade

- outorgante da Paraíba não regulamentar, ele não vai ser implementado nunca na Paraíba. Então,
- já está assim no projeto, só que eu acho que as pessoas não enxergam...
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) O que se tem
- 2424 de discutir é, porque a leitura dentro da feitura dentro, como é que está se vendo? Porque
- 2425 quando a gente observa, a gente não observa de forma diferente, é como ele disse. Ora, nenhum
- 2426 a gente tá achou que o projeto é o pontapé inicial diário, que tem de partir de ocupa coisa
- básico. Aí essa coisa básica é que pode surgir. Agora a gente não pode discutir aquilo, um
- 2428 negócio que tá lá na Câmara dos Deputados, porque o que a gente está discutindo é que não
- vai chegar lá nunca, certo? O deputado não vai nem querer saber, é isso que se questiona?
- 2430 Porque a gente não discutiu para gente mandar do jeito que a gente queria, tá na Câmara dos
- 2431 Deputados, já.
- Se deputado quiser escutar a gente, mas ele não quer escutar essa coisa, eu, eu lhe disse o
- projeto, a gente não tá criticando, entendeu? Hora nenhuma. O projeto é o básico pra gente. A
- 2434 gente tinha de partir de alguma coisa, e esse projeto foi excelente. Eu não tô usando o projeto
- 2435 que eu estou dizendo, entrando no mérito do projeto, eu tô dizendo, a perspectiva de se mudar
- 2436 alguma coisa foi excelente. Agora a gente deveria ter discutido o outro para tentar fazer um
- 2437 aperfeiçoamento, para tentar fazer as adequações, dentro das necessidades até mesmo talvez
- 2438 de cada região, porque é tudo diferente do Brasil. Brasil é um país continental, é isso que é só,
- 2439 foram essas coisas que eu falei.
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, mas a princípio, se
- a gente fizer uma leitura juntos Waldemir, você vai ver que já está assim no texto. Então, a
- 2442 ideia da Cristiane de fazer uma leitura comentada com calma, porque quando a gente faz a
- 2443 apresentação eu já fiz várias, Cristiane também é, mas se a gente ler o texto junto, eu acho que
- 2444 vocês vão compreender essas questões.
- A cessão onerosa, mesmo ela não vai ser implementada e um dos CNRH, enquanto CNRH,
- 2446 não se manifestar, enquanto as entidades estaduais também não se manifestarem, isso já está
- 2447 no texto. Então pode ser que a Paraíba nunca implemente, então, mas enfim. Eu queria
- 2448 encaminhar nesse sentido. A gente então é? Oi, Wanderley...
- 2449 SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) –
- Não, desculpa. Eu acho que a gente tem, não tem que entrar no mérito hoje, agora eu acho que
- 2451 nós temos que é primeiro, eu tenho uma decisão que eu estou entendendo que é favorável.
- Vamos rever ótimo. Agora nós já estamos discutindo como, eu vou fazer um encaminhamento,
- que é o seguinte, qual é a função das câmaras técnicas? É assessorar ao CNRH. Sim, é que a
- 2454 gente não pega, não distribui os assuntos, é pega a proposta a 2 e a 3. Não distribui os assuntos,
- para as câmaras técnicas e as câmaras técnicas, quase grupos de estudos, chama quem quiser
- faz leitura comentada, traz as propostas para o CNRH, e a gente discuta em plenário.
- Dá pra juntar as 3 coisas aqui. Eu acho que nós temos que valorizar as câmaras técnicas, ou
- 2458 nós acreditamos nelas, elas não têm razão resistir. Agora, se a Câmara técnica que nos apoiam,
- elas podem lançar mão de quem elas quiserem, é de técnicos de fazer seminário, é de ir atrás
- de comitês de bacia, de conselho ou que quiser. Então, traga aqui façam a leitura comentada
- traz no CNRH? Olha minha parte aqui, Cristiane, olha a tua parte, essa aqui, faça a sua leitura
- e traga para nós aqui e aí nós vamos compondo esse mosaico. Até para valorizar a estrutura do
- 2463 CNRH.
- 2464 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim, tem razão. Tá
- 2465 ótimo, ótimo. E a Mônica Irion também tinha erguido a mão. Mônica Irion, você que falar?
- 2466 SRA. MÔNICA IRION (CONSELHEIRA 1ª SUPLENTE ABRAGE) É boa tarde,
- 2467 Mônica Irion da ABRAGE. É, eu queria comentar que a gente fez um trabalho para poder
- 2468 encaminhar as contribuições é via formulário do CNRH, nós fizemos um trabalho com as
- 2469 associadas da ABRAGE, foram mais de 20 associadas.

- E realmente, o que a Cristiane comentou, é um trabalho assim, que você vai fazer e surgir
- 2471 inúmeras dúvidas. Então, se houver essa oportunidade de uma leitura comentada, é um
- 2472 documento que estruture o que se espera daquele cada item do projeto de lei, e facilita e muito,
- 2473 porque nós encaminhamos as nossas contribuições e alguns itens ainda pairam algumas
- 2474 dúvidas com relação ao que se esperava de cada um dos artigos, e não é um trabalho fácil.
- Assim, a experiência de tentar consolidar com as 20 associadas foi bem difícil, a gente levou
- 2476 cerca de 6 reuniões de grupo de trabalho para fazer isso.
- 2477 E tentamos consolidar, encaminhamos as contribuições, e ficamos à disposição aqui para
- participar desse processo. É talvez a proposta de a utilizar da força de trabalho das câmaras
- 2479 técnicas, seja o caminho mais adequado, de fato. Só teria que ter um trabalho inicial de triagem
- 2480 de temas, a serem encaminhados para cada uma das câmaras, para tentar dividir os esforços e
- 2481 depois de consolidação. Acho que fica aqui como uma sugestão. Obrigada.
- 2482 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim. Tá ótimo! E a
- 2483 consolidação pode ser feita na CTAL, como de praxe de outros termos relacionados ao CNRH,
- 2484 né? Então acho que a gente poderia encaminhar dessa forma. Se todos concordarem, é do
- 2485 plenário, então, encaminhar para as câmaras técnicas o projeto de lei, para discutir
- 2486 internamente aqueles temas sobre sua competência, elaborar um relatório circunstanciado com
- 2487 alguns comentários e sugestões que vão ser consolidados nas CTAL, e apreciado no plenário
- 2488 posterior.
- 2489 Aí, eu com participação forte de vocês, queria colocar aqui para que o Ministério efetivamente
- 2490 acho que não cabe a coordenação desse assunto dentro das câmaras técnicas, que é importante
- 2491 ter se outros setores, à frente dessa coordenação, até para que a visão não fique é que, sei lá, é
- 2492 só a nossa visão também, né?...
- 2493 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) Ou
- Wilson, é eu não estou conseguindo ver aí o que a gente começou a discutindo. A gente vai
- 2495 discutir o PL, ou a gente vai discutir o PL vinculado aos PL's que eles estão apensados?
- 2496 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Aparecida, o PL não
- 2497 tem, eu acho que não é, não tem ambiente para gente extrapolar, além do texto do PL, eu acho
- 2498 que isso...
- 2499 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) A
- 2500 própria Cristiane tinha concordado, você concordou, todo mundo concorda e depois muda tudo
- de novo? Não entendi, não entendi. Sinceramente!
- 2502 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então, pronto, olha,
- então a sugestão; considerando que o PL está todo junto a vários outros textos, uma sugestão é
- caso o PL venha a ser dispensado o CNRH, se manifesta, para não perder energia. Eu concordo
- com essa manifestação, ou seja, nós aguardamos esse PL eventualmente, vir a ser desapensado
- para retomar a discussão dentro do CNRH. Eu acho que a gente economiza tempo e energia,
- sobre essa matéria, essa é uma sugestão válida. A outra, caso o CNRH, entenda que isso tem
- 2508 que começar a fazer a discussão logo, eu acho que o caminhamento encaminhar para discussão
- 2509 dentro das câmaras técnicas, vai onerar muito a câmara técnica, que claro, já estão todas aí
- assoberbadas de assuntos. Vai ser uma energia muito grande para montar um relatório em cada
- associations are assumed. Var set una energia marto grande para montar um relatorio em cada
- uma delas, mas o CNRH, teria algum tipo de documento circunstanciado, para avaliar. É, acho
- que nada impede que isso possa ser feito quando tiver a sinalização do PL, vindo a tramitar.
- 2513 Ok?
- 2514 Então, vamos a primeira decisão; considerando que o PL está apensado há vários projetos e
- 2515 não tem a sinalização de tramitar em curto prazo, vale a pena o CNRH, gastar energia com esse
- 2516 texto agora? Sim ou não?
- 2517 Acho que essa é a primeira resposta que a gente precisa ter. Ok?

- 2518 Então, podemos encaminhar assim?
- 2519 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 2520 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) Então, vai colocar em votação?
- 2521 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Eu acho que
- 2522 importante, isso não impede de o Fórum Nacional de Comitês de Bacia continuar a sua
- discussão, eventualmente em estudos que o setor industrial, outros setores queiram fazer. Então
- assim, isso não me mobiliza o sistema, né! Mas de forma prática como a Aparecida colocou, a
- 2525 Socorro também que eu vou com essa preocupação, vale a pena de gastar essa energia toda do
- 2526 CNRH, né? É para um PL que hoje está pensando sem é uma perspectiva de tramitar em curto
- prazo, eu tenho minhas dúvidas. E eu, a secretaria executiva aqui o nosso departamento
- 2528 confesso que não temos energia de conduzir isso dentro do CNRH.
- 2529 Isso desfalcaria muito outros assuntos também importantes para o conselho, sabe?
- 2530 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Ou Wilson, o
- 2531 CNRH não podia pedir o desapossamento desse processo, não? E pedir a retirada? A gente não
- 2532 podia solicitar formalmente, que se uma proposta que, se aprovada a gente solicitar o
- 2533 desapensamento, é que ele estava tá lá, pode ser, pode entrar em pauta até qualquer momento.
- A gente não poderia CNRH, pediu o seu desapensamento o Ministério, a parte aí do Ministério
- 2535 do próprio Ministério pedir? E a gente seguir esse rito que tá sendo solicitado, e a gente vai
- 2536 discutir nas câmaras técnicas e depois não sei largar novamente?
- 2537 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então, o Ministério
- 2538 tentou Waldemir, esse desapensamento, não foi possível. Isso foi uma tentativa agora em a
- 2539 março, abril...
- 2540 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) O CNRH, a
- 2541 gente pede como Conselho Nacional, né Conselho?
- 2542 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É uma ideia
- 2543 importante, é uma manifestação importante.
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) A gente pode
- 2545 colocar para aprovação agora, amanhã se prepara o ofício e se manda solicitando.
- 2546 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim, pode ser uma
- sugestão, eu acho interessante. É, e aí, nessa sinalização, a gente encaminha os documentos
- para análise das câmeras. Pode ser um encaminhamento...
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Exatamente,
- pronto. Encaminha pode uma câmara técnica, aliás todas as câmaras técnicas que nós temos
- 2551 membros dos comitês de bacia. Eu vou tentar, é contactar com eles, fazer reunião levado fórum
- 2552 nacional de comitê de bacia pra que eles, até mesmo a gente tem agora o ICOB, eu tentaria
- 2553 fazer uma reunião lá com todo mundo, para gente já caí em campo para tentar para todo mundo
- 2554 participar, para todo mundo fazer alguma coisa.
- 2555 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, o ICOB seria um
- ambiente bem bacana pra isso inclusive.
- 2557 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) É, em termo
- 2558 de comitê, eu já teria aquele esse local.
- 2559 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É sim, é enfim.
- Eu confesso, assim sendo franco é uma energia grande, eu não quero aqui incentivar o CNRH
- a não se manifestar ao mesmo tempo, porque eu acho que seria muito desleal.
- 2562 É, então eu acho assim, a gente tem que é ao compromisso nosso é, vamos dar toda a condição
- para CNRH se manifestar, é o que a gente tá tentando...

- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Bote, bote para
- a aprovação aí, se o CNRH, fazer uma solicitação, que seja feito desentranhamento do
- 2566 processo.
- 2567 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2568 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) Ou Wilson?
- 2569 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim.
- 2570 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2571 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) Wilson? Germano, nós estamos falando em quantos
- 2572 PL's apensados?
- 2573 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) A eu não saberia dizer,
- 2574 mas são vários, viu Germano. Isso aí é décadas de PL,s, sendo apensados.
- 2575 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2576 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) Mas é, mais do que quanto 30, qual é a ordem de
- 2577 grandeza disso?
- 2578 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Deve ter mais ou
- 2579 menos uns 30.
- 2580 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2581 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) É, dentro desses PL´s, são assuntos correlacionados
- que, com certeza, tem coisas ruins, mas coisas boas que provavelmente podem estar na minuta,
- 2583 que é o conselho nacional, vai ter que ver, não é isso?
- 2584 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim, sim, com certeza,
- 2585 Então...
- 2586 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2587 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) Então nós estamos falando que na hora que o conselho
- 2588 propor uma minuta estudada pelas câmaras técnicas, nós vamos ter que ler isso, né?
- 2589 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É sim, da forma que
- está hoje, sim!
- 2591 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2592 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) Então, trabalho já vai existir, né? Trabalho já vai existir
- e de uma certa forma, ele já vai existir, porque você vai ter que ler esse PLs, que coisas ruins
- vão ter que tirar, coisas boas vão ter que ficar para que se forme uma minuta daquilo que
- conselho, entende é que pode ser uma proposta do âmbito e eu compreendo.
- 2596 Eu concordo com todos que falaram aqui, o Brasil é imenso, nós estamos representados em
- 2597 todas as regiões brasileiras, né! Com essa massa de comitês, associações, intuições e governo,
- 2598 isso é fantástico, né? E aí você vai tirar aquilo que é de melhor, né? Aquilo que é de melhor e
- apresentar para Congresso, aquilo que o setor todo e eu tenho certeza, tenho certeza de que os
- deputados e senadores vão querer ouvir, sim, o Brasil como um todo e todos os seus elementos
- 2601 técnicos.
- 2602 Eles não vão fugir disso.
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim, com certeza.
- 2604 É, então acho que a gente podia encaminhar, se todos concordarem, é do CNRH encaminha
- 2605 uma manifestação ao Congresso Nacional, é se manifestando pela necessidade do
- 2606 desapensamento do projeto. Seria uma iniciativa a que o CNRH encaminharia ao Congresso
- Nacional e internamente nós iniciamos uma discussão dentro da das câmaras técnicas, restrito
- 2608 ao texto do PL 4546. Partindo do princípio de ter sucesso nesse desapensamento.

- 2609 Aparecida, você fica ainda muito incomodada?
- 2610 SRA. MARIA APARECIDA VARGAS (CONSELHEIRA TITULAR ABRAGE) Não,
- assim não.
- 2612 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Legal!
- 2613 O Alexandre, pediu também para falar, tudo bem, Alexandre?
- 2614 SR. ALEXANDRE VILELLA (CONSELHEIRO 1° SUPLENTE FIESP) Oi Wilson.
- Não, só para contribuir, eu acho que é embora ainda, eu acho que vai para apreciação final essa
- 2616 história do desapensamento, mas eu acho que tem que um pedido de desapensamento, e uma
- 2617 estratégia do CNRH, no próprio ofício do porquê, né? Acho que no sentido de não tamo aqui
- 2618 pedindo para desapensar porque é importante desapensar atoa, acho que tem que ter toda uma
- estratégia no sentido que o CNRH, já vai debruçar, vai contribuir, pedir espaço para isso. Ou
- seja, fazer uma posição política do CNRH, e talvez essa minuta teria que vir para aprovação
- do plenário. Enfim, não sei como conduzir isto, é porque eu não me sinto confortável em
- aprovar um texto sem olhar o texto, né?
- 2623 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Não é possível aprovar
- 2624 hoje, não. Acho que seria o encaminhamento...
- 2625 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2626 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) Encaminhamento, né! Aí, eu acho que o texto a gente
- 2627 deixar claro essa mensagem política, qual é do conselho, mais pra gente aprovar uma próxima
- 2628 reunião ou delegar para CETAL alguma coisa assim né?
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Eu acho que nesse caso
- 2630 a gente a proporia uma minuta de moção para ser apreciada na próxima plenária, tá? Então,
- 2631 acho que o encaminhamento seria esse encaminhamento 1; a reunião de hoje se manifesta
- 2632 positivamente, a avaliar na próxima reunião, uma proposta de moção ao Congresso Nacional
- solicitando o desapensamento do PL, esse é um primeiro ponto. A gente faz todo o trabalho de
- 2634 justificativa, submete ao plenário previamente, a CETAL, para uma avaliação, né?
- 2635 Dessa proposta de moção que viria a ser aprovada na próxima reunião. E, também um outro
- 2636 encaminhamento, é para que a matéria do PL 4546 seja encaminhada a todas as câmaras
- 2637 técnicas para iniciarem uma discussão dentro das suas competências. Não é nada que precisa
- 2638 colocar um prazo muito restrito, acho que isso pode ser iniciar de forma a tranquila agora, no
- 2639 início do segundo semestre é de forma a gente talvez ter esses relatórios concluídos até
- 2640 dezembro. Eu acho que é um prazo aceitável, pode ser?
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Wilson, só que
- 2642 poderia essa moção que se tá propondo, poderia ser aprovada numa reunião extraordinária
- dentro do prazo curto para que a gente, pô, a gente não pode estar perdendo tempo, não. Até
- mesmo com o que a gente pode estar até prejudicando o impedir a retirada, e não fazer nada.
- 2645 Então, o mais rápido possível, a gente prepararia essa moção, e pediria uma reunião
- 2646 extraordinária só para isso, meia hora a gente discutia 1 hora no máximo, e pronto e meia hora
- dava para discutir, e mandava imediatamente.
- 2648 SR. GERMANO HERNANDES FILHO (CONSELHEIRO 2ª TITULAR CBH EM
- 2649 **RIOS DE DOMINIO DA UNIÃO**) É isso aí, Waldemir.
- Não dá para esperar Wilson, até a próxima reunião, daqui 2 meses, 2 meses e meio perigoso.
- Eu faria exatamente o que o Waldemir, tá apoiado, tô de acordo com que o Waldemir tá
- 2652 falando.
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Obrigado!

- 2654 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então, pronto. Então,
- 2655 de encaminhamento, nós vamos preparar a secretaria executiva a minuta da moção,
- encaminhamos e compartilhamos com os conselheiros e vamos fazer apreciação na CTAL, e
- 2657 marcamos uma reunião extraordinária, agora no início do segundo semestre, para apreciar essa
- 2658 moção.
- E, também a resolução que nós tiramos de pauta hoje que a gente teria condição de aprovar já
- 2660 aí curto prazo, tá Ok?
- 2661 E, gostaria também de aprovar o encaminhamento para as câmaras técnicas para apreciação
- 2662 das câmaras técnicas, se todos concordarem, Ok?
- 2663 Tem alguma oposição?
- 2664 SR. JOÃO CLÍMACO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) Wilson, eu não
- 2665 concordo.
- Wilson, me permita, é porque naquela hora eu não consegui me colocar, mas eu estou querendo
- 2667 é me posicionar, até porque esse tema é tão complexo e tão amplo, que tem gerado tanto
- 2668 rebuliço e movimento nas organizações civis e movimentos sociais, e acho que o conselho
- 2669 dessa perspectiva, que tá colocando, que você tá encaminhando, ele tá, ele pode se fortalecer
- 2670 mais, e se afirmar na sua identidade até contemplando, a solução de um olhar, é que problema
- que está suscitando a todo momento.
- O governo tem uma posição, mas o conselho tem que ter a sua posição e nesse sentido, é bem
- 2673 complexa essa engrenagem. governo e conselho, pra gente administrar, se não fosse muitos
- detalhes, né? No caso essas propostas das câmaras técnicas, ela contempla. Mas voltando à um
- olhar mais amplo do estado, da arte, do que pensa a sociedade civil nesse ambiente de mudança
- da 9433, existe uma necessidade de mudança que todo mundo fala, inclusive nosso segmento.
- 2677 Agora, o paradigma que se regula, fundamentam os posicionamentos e orienta as posições de
- 2678 todos, o muda, né? E uma coisa que eu identifiquei todos esses debates que você viu aí, é você
- 2679 mesmo falou aí em vários segmentos sociais e grupos é que há uma lógica de fortalecer uma
- 2680 ideia de mercado. Ressolucionar o problema a partir da lógica de mercado é da água, e uma
- lógica que seria da construção de uma política, enfrentando todas suas contradições.
- Eu vejo um cenário, por exemplo, do caso da outorga valorizada. Você está vendo aí, que aqui
- 2683 no caso do Sul a gente participa do Paranaíba, eu fico imaginando um segmento que tenha uma
- 2684 água reservada, vender água para outro, está precisando, é numa relação de mercado que se
- 2685 cria, sem a gente ter um controle muito forte como isso.
- Tamo num cenário, tudo isso leva vários a esses 2 cenários, de uma de uma coisa pactuada a
- 2687 nível de uma política de relações mais saudáveis, e avançadas e essa coisa que acha que o
- 2688 mercado resolve tudo. Essa é uma imagem que passa as discussões no ambiente da sociedade,
- 2689 com tudo, eu vejo um terceiro cenário, sabe, que é? É o processo de mudanças autocráticas e
- 2690 dos fundamentos dos mais importantes para nós na sociedade civil na gestão de recursos
- 2691 hídricos, que tá cada vez mais se espalhando.
- E nesse cenário, no caso de qualquer governo que ganha, essa nova eleição que vai ter aí é uma
- 2693 primeira coisa que vai se fazer é trazer essas ansiedades para momentos de transição política
- que exige, por exemplo, no meu modo de ver que revogação do decreto ter 10.000, revogação
- 2695 daqueles decretos lá, que é bagunçado o CONAMA, coisas que são extremamente nocivas e
- 2696 de retrocederam os fundamentos da política pública mais moderna aos nossos ver.
- 2697 Então, é esse encaminhamento ele resgata o princípio de realidade, quer dizer, o conselho se
- voltam para dentro dele mesmo, porque isso me fez lembrar o legado da ANA, para uma
- 2699 discussão do legado, aí de vez em quando vem um negócio, assim que tenta mudar a 9433, e
- 2700 depois termina, não conseguimos superar as contradições e pena, os interesses dentro da
- 2701 política.

- 2702 Então é, a gente tá vivendo o mesmo drama, então eu vejo que no cenário de mudança é da
- 2703 gestão pública, da governança, é a primeira coisa que nós mesmos vamos propor, é que nessa
- 2704 articulação de transmissões, é da política nesse momento de transição, certamente a gente vai
- 2705 cair em cima dessa lei também, eu acho que vão atrasar o processo ao nosso ver.
- Eu estou terminando, dizendo para você que a melhor solução é voltar para dentro do conselho,
- a gente caminha pare e passo com uma agenda que tá é se fazendo o que eu vejo que está muito
- 2708 perturbada por esse processo eleitoral e também porque ela não está boa, na perspectiva da
- 2709 sociedade civil e o conselho tal como fizemos no legado, vai tentar restaurar e melhorar coisas
- 2710 que para nós também precisa ser melhorada, evidentemente que outro paradigma, não esse
- 2711 negócio de mercado da água e a gente vai também mexer lá na comissão de transição para não
- se manter esses óbices que se instituiu nesse governo horrível, para a sociedade civil participar
- 2713 das políticas públicas. Obrigado.
- 2714 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, então assim eu acho
- 2715 que estamos encaminhados vamos preparar uma para uma minuta de emoção para ser apreciada
- 2716 na próxima plenária, e também vão encaminhar o assunto de PL 4546 com o relatório da
- 2717 consulta e todas as contribuições oficiais que já recebemos para conhecimento das câmaras
- 2718 técnicas, a iniciar uma avaliação e ao longo do segundo semestre, Ok? Nós todos estamos de
- 2719 acordo, então com esse caminhamento, né? E Cristiane, não sei, você quer falar ou se
- esqueceu?
- 2721 SR. CRISTIANE BATTISTON (CONSELHEIRA TITULAR MINISTÉRIO DO
- 2722 **DESENVOLVIMENTO REGIONAL**) É, bem rápido 10 segundos. Só dizer que quando as
- 2723 câmaras técnicas tiverem elegido lá, as pessoas que vão analisar, estou à disposição para a
- 2724 gente fazer a leitura conjunta, explicação e dizer para o Waldemir também, Waldemir se e
- 2725 precisar que vá lá, que faça a leitura e explique alguma coisa, a gente está à disposição, está
- 2726 bom?
- 2727 Então, eu já tinha minha auto convidado para incógnito pro Luiz já tinha falado com o Luiz,
- viu Waldemir, mas você reafirma lá o alto convite para ele, por favor!
- 2729 Quero muito aproveitar...
- 2730 No mesmo esquema de apresentação de 15 minutos, tem que ser um negócio pra gente
- 2731 conversar e discutir...
- 2732 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, montar um
- 2733 momento assim para discussão, sabe Waldemir, seria importante, e a gente fica à disposição lá
- para ouvir, para tirar dúvidas, tá Ok?
- 2735 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Tudo bem!
- 2736 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, eu gostaria de não
- 2737 deixar passar o último item de pauta aproveitar aí, apesar do coro um pouco menor, a gente é
- viu a necessidade de fazer alguns ajustes no nosso regimento para aproveitar inclusive, esse
- 2739 ambiente online que por vezes a gente usou é por força da pandemia. Mas eu acho que é
- 2740 importante a gente é aproveitar essas ferramentas e a gente precisaria fazer uns ajustes para o
- 2741 regimento.
- A princípio o que nós gostaríamos de propor é que, por exemplo, reuniões das câmaras técnicas
- 2743 pudessem vir a ser online. A não ser que ... como vai ficar a redação Anderson? A não ser que
- o coordenado solicite presencial, então ela vai... porque hoje o regime não permite as online, a
- 2745 gente tem feito por força da pandemia, né?
- 2746 Mas pandemia, por decreto, praticamente foi encerrado, e a gente gostaria de incluir no nosso
- 2747 regimento essa possibilidade de usar essa ferramenta que aproxima, né? E facilita aí os nossos
- 2748 contatos. Então, de forma ajustar a essa possibilidade do regimento. Umas outras questões

- 2749 também voltadas a algumas burocracias relacionadas as transcrições que a gente acha que a
- 2750 gente pode tentar desburocratizar um pouco.
- 2751 Então, eu gostaria de pedir autorização do plenário para que façamos uma proposta ao solicitar
- 2752 autorização do plenário para que a gente venha discutir o regimento e eventualmente incluído
- 2753 umas propostas que a Secretaria executiva eu gostaria de fazê-la. Então, essa é o
- encaminhamento que eu gostaria de que eu vi o plenário, se estão de acordo para que a gente
- 2755 possa, internamente iniciar esse trabalho. Ok?
- 2756 SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (CONSELHEIRO TITULAR -
- 2757 MINISTÉRIO DA MULHER, DA AMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS) De acordo,
- 2758 de acordo Wilson
- 2759 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** Muito bom, Henrique.
- 2760 Obrigado!
- 2761 Doutor Wilson Azevedo, pediu a palavra, por favor, Wilson.
- 2762 SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AMAT) Ó
- Wilson, é sobre esse assunto, eu não sei se seria prudente nós, é porque esse ano vai ter eleição
- e pode haver mudanças estruturais no governo, né! Então, eu acho que podemos até trabalhar
- 2765 nessas sugestões aí de pequenos ajustes. Mas eu acho que para levar o conselho para aprovação,
- 2766 nós deveríamos esperar a virada do ano para ver como é que fica essa...o que vai acontecer, pra
- 2767 não ter outro trabalho no ano que vem, não é ajustando o regimento interno mais uma vez,
- 2768 porque a competência da gestão de recursos hídricos foi para não sei onde esses negócios de
- 2769 política de governo, né! Então, era só essa lembrança que eu queria fazer.
- 2770 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É eu, eu assim eu até
- entendo que, eventualmente, alguma mudança para o regimento pode vir a ser alterado, né!
- 2772 Mas é que a basicamente são questões que estão vindo a projeção, são questões muito
- 2773 administrativas que a gente gostaria de já resolver e resolver em curto prazo, sabe, Wilson?
- 2774 Gente, não gostaria de deixar essas alterações no regimento para muito depois não. Então,
- 2775 basicamente, a questão de manutenções de reuniões de videoconferência sobre é por
- 2776 videoconferência, sobretudo aquelas das câmaras técnicas.
- Na nossa ideia, as ordinárias, devem ser sempre presenciais, se algo que é uma proposta, mas
- 2778 a gente tem que discutir eventualmente, as extraordinárias poderiam vir a ser por
- videoconferência. Essa ideia também, mas as das câmaras técnicas dos grupos de trabalho,
- 2780 sobretudo nós gostaríamos de já deixar bem consignado no regimento essa possibilidade,
- 2781 porque se a gente continuar dessa forma hoje, a gente está fazendo por força do decreto da
- 2782 Covid, mas esse decreto da Covid é não vai permanecer válido agora no segundo semestre.
- 2783 Então, eu acho que é uma mudança, é relativamente urgente, tá! Aí isso implicaria na questão
- das transcrições das reuniões também, né! É e a melhor adequação do funcionamento dos
- trabalhos que a gente percebe também que preciso fazer alguns ajustes.
- 2786 Então não é nada, é estruturante do ponto de vista do CNRH, é, mas eu acho que são coisas
- que em curto prazo, sabe Wilson, acho que a gente não poderia esperar pro ano que vem.
- 2788 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Wilson e
- Waldemir. E olha, eu concordo contigo, eu acho que algumas reuniões são como você mesmo
- 2790 disse poderiam para não botar (fala rebuscada de difícil transcrição) ... videoconferência bota
- 2791 aquele tempo a critério acrescentar algumas coisas a critério do coordenador da câmera,
- 2792 algumas coisas que fossem deliberativo é realmente melhor para o presencial quando fosse
- 2793 fechamento de determinada matéria.
- 2794 É lógico que você vai fazer a adequação de visão de tarefas, discutir um assunto, você não pode
- 2795 convocar, porque até mesmo que era outra, mas pelo menos uma reunião, alguma coisa ainda
- 2796 a possibilidade da reunião presencial, né?

- 2797 Pra não ficar como se fosse só por videoconferência.
- 2798 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, o que a gente
- 2799 percebeu que até a participação durante a essa pandemia foi maior, sabe, porque facilita as
- 2800 agendas, conciliação de agendas são online. Então, mas a gente precisa ajustar isso no
- 2801 regimento, isso é um fato, tá? Mas, claro não estamos condicionando ser todas realmente,
- 2802 inclusive das câmaras técnicas, vai ficar a critério do coordenador, essa proposta que a gente
- 2803 quer trazer, tá!
- 2804 SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AMAT) -
- 2805 Wilson, será que precisa mexer no regimento, por conta disso?
- 2806 Eu acho que tanto o que isso é a tecnologia, veio e pronto poder presencial, e pode ser por
- videoconferência, não precisa mudar o regimento interno pra prevê essa possibilidade, isso já
- 2808 tá sacramentado na minha opinião.
- 2809 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, a gente está fazendo,
- 2810 mas na prática a gente não tem essa validação no regimento...
- 2811 SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AMAT) Mas,
- mais no regimento fala que a reunião tem quer ser presencial, não fala.
- 2813 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Fala,
- 2814 fala que a reunião tem que ser presencial, viu Wilson.
- 2815 SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AMAT) Fala
- 2816 que tem que ser presencial?
- 2817 SR. JOÃO CLÍMACO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) Se fala que tem
- que ser presencial, é encaminhamento de mudanças, regimentos se não, não. Se não, o Wilson
- 2819 tem total razão, né? O instrumento presencial, o remoto, é arbitrado pelo porquê o conduz o
- 2820 conselho, a instância de governança, aí sim, aí tem uma filigrana importante, mas peço
- 2821 desculpas fazer esse comentário.
- 2822 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Não, mas é isso. É, tá
- 2823 especificado se é presencial, não é isso SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA
- 2824 (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)?
- 2825 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) É.
- pois vou confirmar, mas na época a gente tem até um decreto assim, tem um decreto, até o
- 2827 governo tem até antes da pandemia que já falava já previa a questão de ser é fazer reuniões por
- videoconferência, né! E, aí acho que a gente tem que adequar, né? Essa é a nova realidade,
- 2829 todos estamos todos aí, achando que é melhor, né? Uma videoconferência da maior rapidez aí
- algumas decisões. Mas, vamos checar, e claro, também acho viu Wilson, que é tem coisas que
- já estão implícitas, mas se estiver falando presencial a gente vai ter que mudar mesmo.
- 2832 SR. WILSON DE AZEVEDO FILHO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AMAT) É, se
- 2833 falar presencial, mas eu tenho praticamente certeza que não fala nada de presencial, é muito
- 2834 detalhe, né!
- 2835 SR. ANDERSON BEZERRA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 2836 É, eu fiz uma consulta aqui Wilson, é desculpa, me intrometer, mas eu não encontrei uma
- palavra presencial na resolução 215, que é o regimento interno.
- 2838 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Não Ok! Então, vamos
- 2839 deixar esse assunto para a próxima, é o quórum inclusive já está mais baixo. Se eventualmente,
- 2840 a gente chega à conclusão de que é essencial e vamos ter mais segurança para eventualmente
- 2841 não ser questionadas online. A gente traz então na reunião seguinte, mas enfim, o foco principal
- seria só esse mesmo? Tá, nada além disso, viu Wilson?

- 2843 SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (CONSELHEIRO TITULAR SABESP) –
- Rapidamente, é Wanderley. Rapidamente, é eu acho que se nós estamos sentindo necessidade
- de mexer no regulamento interno, e se for justificável, eu acho que eu não tinha que esperar
- ano que vem, não se a gente tá sentindo a necessidade, vamos discutir, vamos vou discutir...
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) É, tem muita coisa, por
- exemplo, a gente vê se isso, essa gravação está gravada, fica aí repositada ou a gravação dentro
- do site no YouTube, aí a gente tem que fazer a transcrição, sabe? É, não tem umas coisas que
- 2850 inclusive exige gasto de recurso, então é esse tipo de coisa que a gente gostaria de evitar. Mas,
- 2851 enfim.
- Podemos deixar consignado para fazer uma proposta para a próxima reunião, então pode ser
- 2853 assim?
- 2854 **TODOS** Ok, Ok!
- 2855 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Então, pronto. Então,
- a secretário executiva, ela vai trazer uma proposta no que eventualmente precisa mudar no
- 2857 regimento pra apreciação do plenário e, havendo concordância posteriormente, dá tempo para
- 2858 análise com calma, tá certo?
- É isso, então acho que de assuntos gerais que eu me lembro da minha parte, não tem nada da
- 2860 Roseli, tem algo Roseli?
- 2861 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) Aí
- Wilson, é somente informar e o recebimento de vários documentos comitês de bacia que
- encaminharam, os relatórios de atividades deles, né! Que inclusive tá previsto na lei, né? Que
- 2864 todos os comitês de bacia, até 30 de junho, precisam encaminhar seus relatórios do ano anterior.
- 2865 Também, falar aí que a ANA encaminhou, essa apresentação que a ANA fez hoje ela
- 2866 encaminhou o documento, né!
- Falou dos contratos de gestão, e em atendimento a essa resolução 109, alguns comitês
- encaminharam, né, é o Paranapanema, o Parnaíba, o Verde Grande, o PCJ, o São Francisco
- 2869 Grande, o Parnaíba do Sul encaminharam seus relatórios de atividades.
- 2870 E, também que a diretoria provisória do CBH Parnaíba realizou, né, os seminários, 3
- 2871 seminários, aí nesse processo de instalação do comitê. E, também a divulgação aí das
- publicações, né, sobre cobrança pelo uso de recursos hídricos, que a gente teve, esse que a que
- 2873 Socorro informou. No, elaborado pelo CNI, né?
- 2874 E depois, também um livro sobre conjuntura da cobrança pelo uso recurso hídricos no Brasil a
- base legal comentada, que os autores aí são Marco Antônio, a Ana Lívia e o professor Jaildo.
- 2876 Então, é só um somente essas informações a gente já encaminhou todos os documentos para
- 2877 os conselheiros, e aí, ficamos a disposição se precisar de mais alguma informação.
- 2878 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ok!
- Eu me lembrei de um, é que o MDR, vai iniciar uma consulta pública agora no início de julho,
- a gente vai compartilhar o link para todos do CNRH, sobre a estruturação do programa nacional
- de revitalização, que tá sendo feito agora é em âmbito nacional, pra além do apenas do Rio São
- Francisco. Então, na primeira semana de julho a gente vai iniciar essa consulta pública até o
- final de julho. Mas a gente formaliza por e-mail a todos os conselhos.
- 2884 Mais alguém com algum assunto?
- 2885 SR. JOÃO CLÍMACO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) É, secretário é o
- seguinte, eu queria participar ao MDR, e a Secretaria do conselho e ao demais colegas dessa
- plenária o sentimento de frustração e apreensão é que vive os parceiros, e os companheiros que
- 2888 estão nos comitês e os movimentos sociais, é da bacia do Rio Paraguai que sente que há um
- postergamento na condução por parte do conselho e também por parte da ANA, da formulação

- 2890 de diretrizes regulatórias e inferenciais para se premebilitar o plano de bacia do Rio Paraguai,
- para nós isso é uma opção política, que talvez seja por causa do momento de eleição para
- 2892 atualmente esse processo eleitoral aí.
- 2893 Mas o que está acontecendo é que nós estamos sobre um ataque generalizado de tudo quanto é
- 2894 porcaria entulho, é legais para poder prejudicar o Pantanal, tá sendo é proposto na assembleia,
- proposto que tudo quanto é lugar lá e licenciamentos dos mais questionáveis que se possa
- 2896 imagina para impactar o Rio Paraguai, tudo está vindo de uma vez só, e à afirmação de
- regulamentação e implementação das diretrizes gerenciais do plano de bacia do Rio Paraguai
- 2898 seria de bom alvitre para poder a gente vê que não há um corpo mole, ou então porque para
- 2899 nós, por exemplo, para a ANA, que tinha um empenho muito mais afirmativo, está meio
- 2900 devagar.
- E a gente propôs que função disso uma proposta de resolução que a gente precisa dar diretivo
- 2902 e gerencial a bacia do Rio Paraguai, em conjunto com os demais, é atores do sistema, sobretudo
- 2903 porque, por parte dos movimentos sociais e a sociedade civil, a gente quer que a coisa ande,
- 2904 não fique parada do jeito que tá!
- 2905 É uma preocupação que a gente tá informando e pedimos que o conselho, já que a ANA anda
- 2906 meio assim, é "cozinhando galo", a gente também tem um conselho, como ente superveniente,
- 2907 que tem uma responsabilidade sobre isso, que a gente tem um comitê de bacia Rio Paraguai,
- 2908 atuando para resolver muita coisa que está vindo para nós no conselho que não precisava vir.
- 2909 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Sim.
- Não, tudo bem. Acho que hoje até já foi mencionado a necessidade de trazer o assunto do GT,
- 2911 que havia para tratar do plano Paraguai, né? Então, a gente vai encaminhar na próxima pauta
- 2912 esse assunto para ser discutido no plenário, a discussão foi feita lá na CTPA de como
- 2913 acompanhar o plano do Paraguai. Então, Clímaco, é importante você se organizarem pra a essa
- 2914 pauta, na próxima...
- 2915 SR. JOÃO CLÍMACO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE FONASC) E, viu Wilson,
- 2916 tem uma resolução nossa que dá detalhes sobre essa construção de diretrizes gerenciais para o
- 2917 plano. Eu queria que o conselho, especialmente as secretarias, fizesse o empenho, eu sei que é
- 2918 um momento político difícil, mas a gente não pode ficar parado vendo tanto coisa ruim,
- 2919 acontecendo na bacia por causa desse vazio de animação, que sucedeu se nesses últimos 6
- 2920 meses é antes da eleição, a gente espera que o conselho discuta a nossa proposta de resolução,
- 2921 propondo as diretrizes gerenciais para o Rio Paraguai. Obrigado!
- 2922 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Ok!
- 2923 Peço para a equipe da Secretaria, é, checar essas informações do Clímaco, para que a gente
- 2924 avalie essa questão de como é que está essa pauta. Ok?
- 2925 SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) É,
- só informar Wilson, que esse item que o Clímaco levantou já está pautado na próxima reunião
- da CTPA. A proposta de resolução que foi encaminhada pelo Fonasc referente ao PRH do
- 2928 Paraguai.
- 2929 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Pronto, aí já tá a
- 2930 resposta da doutora Roseli. Então é, acho que com isso acho que ninguém mais tem nenhum
- ponto a comentar, se tiver, acho que não? Waldemir? Ótimo, obrigado.
- 2932 Então, gente desculpa aí por ter alongado muito aí quase 1 hora da reunião.
- 2933 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Grande abraço
- 2934 para vocês.
- 2935 SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Obrigado aí para quem
- 2936 esteve conosco até o final.

- 2937 SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Hoje é dia de
- 2938 São Pedro, viu gente?
- 2939 **TODOS** Ah é... ah é...
- 2940 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** Tá chovendo por aí?
- SR. WALDEMIR AZEVEDO (CONSELHEIRO 1º SUPLENTE AESA) Tá chovendo
- 2942 muito.
- 2943 Hoje, choveu muito aqui em João Pessoa.
- 2944 SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (CONSELHEIRO TITULAR -
- 2945 MINISTÉRIO DA MULHER, DA AMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS) Parabéns,
- 2946 Wilson, parabéns pela condução, viu?
- SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) Obrigado Henrique,
- 2948 obrigado a todos... boa noite!
- 2949 **TODOS** Tchau... boa noite!